

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ana Maria Augusta dos Santos

QUEM SÃO ELAS?
A juventude feminina no tráfico de drogas

Belo Horizonte

2017

Ana Maria Augusta dos Santos

QUEM SÃO ELAS?

A juventude feminina no tráfico de drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dr^a. Márcia Stengel.

Área de Concentração: Processos de Subjetivação

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237q Santos, Ana Maria Augusta dos
Quem são elas?: a juventude feminina no tráfico de drogas / Ana Maria Augusta dos Santos. Belo Horizonte, 2017.
135 f. : il.

Orientadora: Márcia Stengel.
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Juventude - Conduta. 2. Mulheres - Aspectos psicológicos. 3. Tráfico de drogas - Investimentos de capital. 4. Prisões. 5. Criminalidade. I. Stengel, Márcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 159.9-055.2

Ana Maria Augusta dos Santos

QUEM SÃO ELAS?

A juventude feminina no tráfico de drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Prof.^a Dr.^a. Márcia Stengel – PUC Minas (Orientadora)

Prof. – Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento – UFMG (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Robson Sávio Reis Souza – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 10 de março de 2017.

AGRADECIMENTO

Dedico meus agradecimentos a todas pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram no percurso da pesquisa. Inicio agradecendo à minha família, minha mãe e meu pai, todo o suporte nesse período. Meu irmão, que, mesmo sem muito contato, de forma indireta, ajudou e presenteou a toda família com sua filha, que, nesses dez anos, faz todos enlouquecerem e amá-la incondicionalmente. Minha irmã, que sempre foi meu alicerce em tudo, desde incentivar a fazer o projeto e me inscrever, na compreensão das matérias e nos momentos em que me sentia perdida e sempre a incomodava. Sem você, minha irmã, esse caminho seria mais difícil. Parabéns à futura psicóloga.

Agradeço a todos os amigos e amigas que disponibilizavam os ombros e os ouvidos para eu poder desabafar sobre o processo, em especial, agradeço a Tati, Janaína, Kelly, Suzi, Edenir (toda família), Eduardo, Débora e Eleciania. Aos amigos da graduação em Serviço Social, que estiveram do meu lado nesse processo de construção da dissertação, Lucilene, Bruno, Márcia, Verônica, Roberto, Atylana, Lilian e Flávia. Obrigados a todos por compreenderem meus momentos de ausência.

Agradeço aos novos amigos que conheci nas salas de aula. Realizamos muita troca de conhecimentos, angústias e felicidades: Nathiele, Rafael, Larissa, Camila, Cleide e Mariana, em especial, Bárbara, Maria Clara, Diná e Emerson.

Agradeço aos professores que conheci no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Jaqueline, Roberta, Maria Ignez, Luciana e João Leite. Aos queridos funcionários da secretaria do curso, agradeço ao Marcelo, ao Diego e à Cláudia a paciência, a gentileza e a disponibilidade.

O interesse em pesquisar sobre as jovens envolvidas no tráfico de drogas é resultado de oito anos de trabalho no Programa Fica Vivo!, no qual tive a sorte de conviver com pessoas que mostraram todos os entraves e a leveza de abordar tal assunto. Agradeço a todas as pessoas que contribuíram com essa conquista: a equipe do Fica Vivo! Palmital, Ana Amélia, Fernanda, Juliana Fontes, Juliana Baldo e Tiago, e as supervisoras Nádia e Ângela. Agradeço à equipe do Fica Vivo! Serra, Vanessa, Gracielle, Mayesse, à supervisora Michelle Gangana e à diretora Michelle Duarte. Em especial, agradeço à Michelle de Paula, querida companheira de trabalho e amiga, todo o apoio no período de ausência e os livros emprestados, que foram fundamentais nesta pesquisa.

Agradeço à Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS e à Cristiane Merllo, gerente do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Agradecimento especial à Tânia Regina, da Diretoria de Atenção à Saúde e Atendimento Psicossocial, a atenção, a disponibilidade e a gentileza para a realização da pesquisa de campo.

Agradeço aos funcionários do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto a receptividade, acolhida e atenção, aos agentes penitenciários que, na entrada e na saída, sempre me trataram de forma educada e gentil. À equipe técnica, que me acolheu de forma carinhosa e atenciosa, em especial a Lucília, que me acompanhou nesse processo de campo. À diretora da unidade Cristiane Marsot, agradeço a atenção e a disponibilidade.

Agradeço à Jéssica a revisão textual e à Carolina a tradução para o inglês.

Agradeço de coração os professores Adriano e Robson por terem aceitado o convite para participar da qualificação e da banca. O Adriano, apesar de todos os percalços que ocorreram na qualificação, aceitou continuar comigo. Agradeço ao Robson Sávio, por quem tenho grande admiração desde a graduação e me sinto contemplada que esteja novamente ao meu lado.

Com enorme gratidão e admiração, agradeço à minha orientadora Márcia Stengel por me mostrar todos os caminhos para realizar uma pesquisa, por mostrar os erros e também os acertos, e pela atenção, perseverança e disponibilidade, principalmente nos últimos meses que mesmo nas férias realizou orientação, muito obrigada por tudo.

Agradeço à Capes pela bolsa que possibilitou a finalização dessa pesquisa.

Agradeço especialmente às jovens que aceitaram participar da minha pesquisa. Sem vocês, nada disso seria possível.

Finalmente, agradeço ao Fabrício, companheiro de muitos anos, o amor, o carinho, a compreensão e o empenho nessa conquista. Você foi fundamental para que eu conseguisse alcançar esse sonho.

RESUMO

O tráfico de drogas ocupa, a cada dia, um espaço maior do cotidiano, sendo representante de uma suposta violência que atormenta a sociedade. Nas últimas décadas, essa atividade se consolidou e se expandiu devido ao grande retorno financeiro. A partir desse contexto, essa dissertação tem por objetivo investigar os processos que influenciaram a entrada das jovens mulheres no tráfico de drogas. Para tanto, foram realizadas entrevistas com mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos, que estavam presas, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. Nos últimos anos, o índice de mulheres presas tem aumentado em grande proporção, sendo a maioria consequência da atuação no tráfico de drogas. A pesquisa buscou demonstrar a diversidade de motivadores que impulsionaram a escolha por essa atividade ilegal, mostrando que cada jovem com sua história de vida tem um processo de fatores que de formas individuais as levou a essa escolha, que, em muitos casos, era a escolha diante de uma escassez de oportunidades. A pesquisa de campo foi baseada na entrevista em profundidade e sua análise teve embasamento na análise do conteúdo. O arcabouço teórico da pesquisa se fundamentou a partir da discussão na primeira parte sobre o tráfico de drogas ao identificar as peças que integram a dinâmica dessa atividade. No segundo momento, são abordadas a juventude e as nuances que atravessam essa categoria. A pesquisa buscou demonstrar a diversidade de motivadores que, de alguma maneira, influenciaram na entrada das jovens no tráfico de drogas. Os resultados da pesquisa mostram que não é possível definir as motivações para a entrada das jovens mulheres no tráfico de drogas sem conhecer sua história de vida e os processos que culminaram na escolha por essa atividade.

Palavras-chave: Juventude. Mulher. Tráfico de Drogas.

ABSTRACT

Every day drug trafficking occupies a larger space of our daily life, representing an alleged violence that affects our society. In the last decades, this activity has consolidated and expanded due to the large financial return. From this context, this dissertation has the objective of investigating processes that influence young women to enter drug trafficking. Therefore, interviews were carried out with woman from 18 to 29 years old who were arrested due to their involvement in drug trafficking, at “Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto” (Estevão Pinto Female Prison Complex). In recent years, the index of women arrested has increased enormously, and most as a consequence of drug trafficking. The research aimed at showing the diversity of motivators that encourage them to choose this illegal activity showing that each young woman with her own life story has a process of factors that individually has led them to make this choice, that, in most cases, was the choice facing a lack of opportunities. Field research was based on the interview in depth and its analysis was based on content analysis. The theoretical framework of the research was based on the discussion, first on drug trafficking by identifying the pieces that integrate the dynamics of this activity. Second, it is addressed on youth and nuances that cross this category. The research aimed at showing the diversity of motivators that somehow encourage young women to enter drug trafficking. Results obtained in our research have shown that it is not possible to define the motivations that lead women to start drug trafficking without knowing their life story and processes that culminated in the choice for this activity.

keywords: Youth. Woman. Drug trafficking.

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 – Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade	42
GRÁFICO 2 – Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade – Homens.....	43
GRÁFICO 3 - Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade – Mulheres	43

Fonte: Elaborada pela autora.

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Perfil das entrevistadas	70
TABELA 2 – A relação das jovens entrevistadas e a prisão	70

Fonte: Elaborada pela autora.

Lista de Quadro

QUADRO 1 – Categorias	68
-----------------------------	----

Fonte: Elaborada pela autora.

Lista de abreviaturas e siglas

CRISP Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais

CV Comando Vermelho

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FV! Programa Fica Vivo!

PCC Primeiro Comando da Capital

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PRESP Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

SEDS Secretaria de Estado de Defesa Social

SENAD Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

Fonte: Elaborada pela autora.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TRÁFICO DE DROGAS.....	19
2.1 A história do uso de drogas no mundo e no Brasil	19
2.2 Tráfico de drogas no Brasil.....	24
2.3 O cotidiano dos jovens no tráfico de drogas.....	34
2.4 O tráfico de drogas também é feminino.....	40
3 JUVENTUDE	49
3.1 A história da juventude	49
3.2 A juventude na contemporaneidade.....	53
3.3 A juventude feminina	57
4 METODOLOGIA.....	63
4.1 O campo de pesquisa	65
4.2 O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto	68
4.3 As jovens da pesquisa: quem são elas?.....	69
5 VIVÊNCIAS NO TRÁFICO DE DROGAS	73
5.1 Histórias de vida das jovens mulheres.....	73
5.2 Entrada no tráfico de drogas	77
5.3 Função e permanência das jovens no tráfico de drogas.....	81
5.4 O sentido e o significado do tráfico de drogas para as jovens.....	89
6 RELAÇÕES FAMILIARES.....	95
6.1 As jovens e seu contexto familiar.....	95
6.2 As relações familiares após a entrada das jovens no tráfico de drogas	99
6.3 As jovens, a prisão e a família	103
7 PERSPECTIVA PARA O FUTURO	111

7.1 O que as jovens buscam.....	111
7.2 As jovens e seus filhos.....	117
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
9 REFERÊNCIAS.....	125
10 ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1980 e 90, as grandes cidades brasileiras vivenciaram um crescimento na taxa de criminalidade. Paralelamente, o tráfico de droga se consolidou e seus conflitos geraram, em grande parcela da população, um sentimento de medo e insegurança. No decorrer dos anos, o tráfico de drogas se tornou altamente rentável e uma alternativa paralela ao mercado de trabalho formal, ficando atrativo principalmente para os jovens. A partir desse contexto, iniciei minha reflexão sobre o tráfico de drogas e o impacto no cenário da violência e criminalidade, especificamente no cotidiano das pessoas que trabalham nessa atividade, tendo um olhar direcionado para os jovens, independentemente do gênero.

As pessoas que atuam no tráfico, em sua maioria, jovens que trabalham na venda direta da droga ao comprador, recebem da sociedade a culpabilidade por toda a situação de insegurança e medo. Não desconsidero o impacto do tráfico de drogas no cenário de violência, pois sua dinâmica de funcionamento leva a um grande número de homicídios, tendo como possíveis consequência a troca de tiros entre grupos rivais, polícias militar e civil e a morte de credores e também dos membros que rompem com as regras estabelecidas pela organização. No entanto, minha discussão remete à desconsideração da história desses jovens enquanto sujeitos de direitos, pois são reconhecidos somente como traficantes e não como indivíduos que possuem uma história que pode possuir fatores que resultaram na escolha pelo tráfico de drogas.

Diante da ascensão do tráfico de drogas, o Poder Legislativo implantou na história brasileira leis e punições rígidas para as pessoas envolvidas nessa atividade. Essas mudanças acarretaram nos últimos anos um aumento significativo de pessoas presas devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, principalmente de mulheres, pois, mesmo sendo um número inferior aos homens presos, proporcionalmente, a porcentagem de mulheres presas pelo tráfico de drogas é maior que a masculina.

Considero a importância de olhar para esses jovens envolvidos com o tráfico de drogas e tentar compreender suas motivações para inserção e permanência nesse contexto, principalmente as mulheres, que são desconsideradas e invisíveis quando se discute essa atividade. Dessa indagação, nasce o objetivo geral da pesquisa, que é investigar os processos que influenciaram a entrada das jovens mulheres no tráfico de drogas. A pesquisa tem como público-alvo as jovens do sexo feminino que se encontram presas devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. São objetivos específicos da dissertação: compreender de que forma

as jovens do sexo feminino se reconhecem a partir da vivência no tráfico de drogas; identificar e analisar as funções que as jovens do sexo feminino ocupam no tráfico de drogas; e analisar quais sentidos e significados que as jovens do sexo feminino dão à entrada e à permanência no tráfico de drogas.

Para além das parcerias amorosas, fator frequentemente associado ao envolvimento das mulheres com a criminalidade, esta pesquisa pretende apontar para a complexidade do fenômeno ao buscar identificar outros atravessadores que levariam as mulheres a essa escolha. Nesse sentido, essa pesquisa pretendeu, a partir da experiência das jovens envolvidas com o tráfico de drogas, analisar esse lugar que elas têm ocupado e como tal ocupação reflete nesse lugar da mulher no corpo social.

O interesse pelo tema provém do trabalho que realizei na Política Estadual de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, diretamente no Programa Fica Vivo! – FV!. O programa foi criado em 2002 no município de Belo Horizonte após uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFGM), que apontou para o expoente aumento do índice de homicídios, enfatizando sua articulação à juventude periférica, tanto como vítimas quanto como autores.

Essa atuação junto aos jovens envolvidos com a criminalidade possibilitou manter-me presente no território e compreender o cotidiano desses sujeitos, pois estávamos no território dos jovens, o que promovia um espaço de diálogo ou, simplesmente, de escuta. Ao longo dessa trajetória de 2008 até abril de 2016, foi possível identificar um aumento no número de jovens mulheres atendidas pelo programa e envolvidas na criminalidade, mais especificamente no tráfico de drogas.

Nesse período, realizei alguns atendimentos a jovens mulheres que relataram sua trajetória no tráfico de drogas e verifiquei a diversidade de motivadores para a entrada nessa atividade ilegal. Quando me deparava com as pesquisas acadêmicas, encontrava pouco material voltado para investigação da mulher na criminalidade, motivo que ocasionou meu interesse em pesquisar o assunto.

Assim, essa dissertação está dividida em nove capítulos. No segundo capítulo, apresento a história do uso das drogas na sociedade, desde o uso tradicional das plantas nos aspectos religioso, terapêutico ou alimentar à utilização no mercado farmacêutico e à fabricação de drogas de origem natural e sintética. Posteriormente, dialogo com o proibicionismo e a batalha mundial contra as drogas encabeçados pelos Estados Unidos da América. Em seguida, abordo a história do tráfico de drogas no Brasil, que inicia como um

território de exportação dos países de origem (Bolívia, Colômbia e Peru) para a América do Norte e Europa, ao surgimento das organizações envolvidas com o tráfico de drogas, a história da legislação brasileira com o intuito de repressão, a realidade brasileira no que tange o tráfico de drogas e abarco a atuação feminina no tráfico de drogas. No terceiro capítulo, abordo o tema juventude. Na primeira parte, discorro sobre a história do jovem na sociedade e, no segundo momento, aponto para o tema da juventude na contemporaneidade e sua construção enquanto categoria de análise. Finalizo esse capítulo com a temática referente à juventude feminina.

No quarto capítulo, discorro sobre as premissas metodológicas que fundamentaram essa pesquisa, o processo metodológico e a relação de troca com os sujeitos investigados. Abordo sobre o método da Entrevista em Profundidade como mecanismo utilizado para a coleta de dados e também trato da Análise do Conteúdo, método escolhido para sistematizar os dados coletados em campo. Também apresento todo o processo para realizar parceria com a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) para a pesquisa de campo no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

Os capítulos cinco, seis e sete remetem à análise dos dados coletados no campo de pesquisa realizado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto. No quinto capítulo, abordo as vivências das jovens no tráfico de drogas, suas histórias de vida anteriores à inserção na atividade em questão, o processo de entrada, as funções desempenhadas, os motivadores para permanência e o reconhecimento do tráfico de drogas em suas vidas.

No sexto capítulo, discorro sobre as relações familiares das jovens, suas relações com a família após a entrada no tráfico de drogas e, posteriormente, a prisão. Nesse capítulo, abordo a diversidade da família e o impacto na trajetória de vida das jovens participantes da pesquisa.

No sétimo capítulo, discuto a perspectiva de futuro das jovens, seus anseios, desejos, sonhos e medos quando retornarem para o convívio social. Discuto, também, o reconhecimento de ser mãe para as jovens e o anseio de poder conviver com seus filhos ou filhas e recuperar o tempo perdido na prisão. No oitavo capítulo, busco articular as discussões apresentadas ao longo de toda a pesquisa. Apresento as facetas da realidade da vida das jovens, as quais contribuem para um olhar mais abrangente sobre a escolha para a entrada no tráfico de drogas, e questiono a importância de investimento que desenvolva a qualidade de vida da população em sua totalidade e potencialize o empoderamento de todos os indivíduos.

Por fim, no nono capítulo, finalizo a pesquisa com a apresentação das referências utilizadas em todo o estudo.

2 TRÁFICO DE DROGAS

2.1 A história do uso de drogas no mundo e no Brasil

O consumo de substâncias que hoje denominamos drogas sempre esteve presente na humanidade para uso religioso, terapêutico ou alimentar. No decorrer dos séculos, o consumo das substâncias a partir de misturas com outros componentes demandou o estabelecimento do controle de normas e condutas pelo poder vigente, e o uso e o consumo das drogas começaram a ser regulamentados e, conseqüentemente, surgiram formas para manter o acesso a elas. Será apresentado um breve panorama da história do uso de drogas no Brasil e no mundo.

Labrousse (2010) relata que as principais plantas que geram diversas drogas ilícitas, tais como coca, *cannabis* e a papoula, possuem registro de uso há muitos séculos. A coca é o principal componente da cocaína e é utilizada em diversos países da América do Sul, tendo como principais a Colômbia, o Peru e a Bolívia. O seu uso está ligado principalmente a crenças religiosas, chás e mastigação.

O autor aponta que a *cannabis*, ou maconha, possui registros da sua utilização na Ásia Central e Noroeste da China, também para fins religiosos, desde o século VII d.C., principalmente nos rituais do hinduísmo e do islamismo. A papoula, que origina o ópio componente da heroína, também foi utilizada pela sociedade na Antiguidade, principalmente pelas culturas chinesa, egípcia, grega, romana e indiana. No decorrer da história, essas plantas foram usadas por diversas culturas, receberam outro emprego e se tornaram um grande problema para a sociedade.

Com a colonização dos países da América Latina que produziam coca, a utilização dessa planta foi incentivada pelos colonizadores, pois estimulava os camponeses e mineiros a trabalharem por maior período. Na metade do século XIX, alguns laboratórios farmacêuticos alemães e holandeses começaram a usar a coca para confecção de remédios e, no decorrer dos anos, chegaram à produção da cocaína. Esses países começaram a importar grandes quantidades da coca para uso medicinal. No decorrer do século XX, essas plantas passaram por processos de alteração em laboratórios, originando substâncias psicoativas no formato que encontramos na atualidade.

No início do século XX, iniciam-se as proibições no uso dessas substâncias e, a partir da década de 60, elas começam a ser produzidas em grande escala para a comercialização ilegal no mercado internacional. Labrousse (2010) aponta que, por iniciativa dos Estados Unidos da América, ocorreram várias conferências mundiais no intuito de iniciar os processos de controle das drogas. Na primeira, realizada em Xangai, em 1909, não foram construídas diretrizes de atuação. Em seguida, a Conferência de Haia, em 1911, resultou na assinatura dos países-membros para proibirem o uso do ópio e da coca que não fosse para fins medicinais.

Essas ações surgem como resposta às demandas da elite assustada com a desordem urbana e os interesses das indústrias farmacêuticas no monopólio das drogas, sendo que os EUA implantam o proibicionismo das drogas. Conforme Feffermann (2006), um fato histórico que aponta para a consolidação do tráfico de drogas remete à Lei Seca, que teve início nos EUA em 1920 e durou até 1933. Essa lei determinava a proibição de produção, venda, transporte, importação e exportação de bebidas alcoólicas. Apesar de o consumo ter permanecido de forma ilegal, a lei teve como resultado o aumento da violência e do contrabando, criando-se um mercado ilegal para as bebidas alcoólicas, principalmente de cerveja e uísque. Em 1933, a Lei Seca é extinta devido ao seu fracasso, pois, em vez de eliminar os problemas associados ao uso de bebidas, acarretou o estímulo e criou novas questões direcionadas à criminalidade, principalmente ao tráfico de bebidas.

Com a extinção da Lei Seca e a consolidação das organizações de tráfico de bebidas, o fortalecimento e o enriquecimento ilícito das principais lideranças, inicia-se um confronto entre o Estado e as organizações criminosas. Os EUA tornam-se a principal liderança a favor do proibicionismo.

Em contrapartida ao proibicionismo, aqueles países que possuíam na sua tradição o cultivo e a utilização das plantas se tornaram os principais produtores. Começaram a receber altos incentivos financeiros e apoio de diversos setores do país para o aumento da produção. Labrousse (2010) e Arbex Júnior (1993) afirmam que esses auxílios para a produção das plantas geraram o enriquecimento de diversas pessoas, a consolidação de vários traficantes e impulsionou a economia dos países de produção, receptação e distribuição.

No período das décadas de 70 e 80, ocorre, em escala mundial, a demanda por drogas, que leva a um momento de mudanças, pois a droga estava diretamente interligada à dimensão de lucratividade das pessoas envolvidas em todo o seu processo. Integrado a isso, o tráfico de drogas direciona suas atividades para atender a essa demanda. Conforme aponta Feffermann (2006):

Na década de 1970, o tráfico de drogas expande-se e se transforma em indústria. Os crimes relacionados às drogas ilegais tornam-se frequentes e se patenteiam na configuração carcerária (...). Ilegal e clandestina a drogas passam a ser fonte de disputa e enormes lucros. Em decorrência disso, o consumo se altera, passando a corresponder à lógica do mercado e não mais aos desejos de grupos. (FEFFERMANN, 2006, p. 24).

Nessa configuração, o fortalecimento da globalização e a reestruturação do capital funcionaram como um impulso para o crescimento de uma rede criminosa em caráter internacional, que estabelece os mesmos critérios de lucratividade do mercado formal. Diante desse novo cenário, iniciou-se mundialmente a guerra contra o tráfico de drogas. De acordo com Arbex Júnior (1993), no ano de 1986, o presidente americano Ronald Reagan estabeleceu como estratégia de intervenção um decreto que permitiu a utilização da força militar na luta contra as drogas. Essa nova postura tornou o uso, o consumo e a comercialização de drogas o inimigo da sociedade americana e uma questão de repressão policial.

Segundo o autor, a partir desse decreto, o presidente americano em questão e seus sucessores, para evitarem que as drogas chegassem ao território norte-americano, iniciaram propostas de intervenção militar nos países que consideraram produtores e exportadores de drogas (Peru, Bolívia, Colômbia, Panamá, México e Brasil). As propostas de intervenções remetiam à destruição de áreas de plantação, mudança na cultura dos países para eliminar as plantas que originam as drogas, incentivo financeiro para os agricultores mudarem de atividades, redução ou extinção de encargos para produtos exportados desses países e presença militar americana nos territórios. As propostas americanas não foram aceitas na maioria dos países, mas influenciaram na construção da política de intervenção interna dos países no combate ao uso e à comercialização de drogas, tal como no Brasil.

No Brasil, não existe registro de tradição cultural no cultivo e na utilização de plantas que originam drogas, no entanto, a história relata o uso de plantas alucinógenas pelos índios, que as utilizavam em suas manifestações religiosas, nos rituais diversos e em confraternizações.

Inicialmente, a relação do território brasileiro com o tráfico de drogas em âmbito mundial remetia ao extenso território e ao fato de fazer fronteira com os principais países produtores de drogas, sendo o principal ponto de importação das drogas produzidas na Colômbia, Bolívia e Peru, além de exportação para Europa e América do Norte. Para Feffermann (2006), durante muitos anos, o Brasil servia para rota do tráfico de drogas do seu país de origem para a distribuição na Europa e nos Estados Unidos da América. As drogas

saíam dos países de origem, entravam no território brasileiro e, a partir de aeroportos e portos, eram distribuídas para os países consumidores.

Os diversos presidentes americanos realizaram várias propostas para auxiliar o Brasil no que se refere ao combate ao narcotráfico. As ofertas americanas se pautavam na ocupação das fronteiras brasileiras com os países que exportam drogas, na participação de especialistas americanos na construção das proposituras no combate à importação e à exportação de drogas e na capacitação contínua dos policiais militares para o cotidiano da repressão contra o comércio, o uso e o abuso de drogas. Contudo, conforme aponta Arbex Júnior (1993), o governo brasileiro não aceitou as propostas americanas.

O Brasil participou das conferências que ocorreram no início do século XX, mas somente no ano de 1921 criou a primeira lei direcionada ao tema das drogas, o Decreto n. 4.294. O decreto contava com 13 artigos que apontavam as sanções para as pessoas que vendessem substâncias venenosas, que se apresentassem em público embriagadas e aos comerciantes que vendessem bebidas fora do horário permitido. A partir dos anos seguintes, vários decretos surgiram para fortalecer o proibicionismo das drogas. Outro decreto importante na história brasileira é o n. 891, de 1938, que aponta mais amplamente para o combate às drogas. Segundo o decreto, o Estado podia internar compulsoriamente usuários de drogas, justificando o papel repressivo do Estado. Em 1971, é publicado o decreto n. 69.845, que regulamenta a Lei n. 5.726, também de 1971, e dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e ao uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. O decreto reforça o papel do Estado na repressão e pontua sobre a importância da capacitação de professores, assistentes sociais, orientadores e diretores como multiplicadores do conhecimento, sendo pautado na disciplina Moral e Cívica.

Mesmo com as publicações de vários decretos de repressão ao uso e ao tráfico de drogas, somente na década de 1980 a legislação se consolida nas principais capitais brasileiras, pois o país deixou de ser somente rota para exportação e passou a ter uma grande demanda interna para consumo. Feffermann (2006) relata sobre o surgimento do primeiro grupo de atuação no tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, no período da ditadura militar, os presos políticos, que foram encaminhados para o sistema prisional por questões políticas, ficavam nos mesmos estabelecimentos dos presos comuns, que cumpriam pena por homicídios, roubos, latrocínio e outros crimes. Nesse período, os presos estabeleceram vínculos, troca de conhecimento e experiências que geraram um novo olhar para as pessoas envolvidas com o tráfico de drogas sobre a forma de condução das atividades. Nesse processo de diálogo e convivência, alguns presos comuns, que tinham

trajetória de envolvimento com roubos e tráfico de drogas, uniram-se e criaram a organização Falange Vermelha, conhecida atualmente como Comando Vermelho. As ações se iniciaram com a tomada de alguns presídios e, posteriormente, com a saída de membros do sistema prisional, que, ao retornarem para a sociedade, introduziram o controle em alguns pontos da cidade do Rio de Janeiro e assumiram o tráfico de drogas devido à lucratividade e à expansão da atividade. Segundo Dowdney (2003):

Em resposta ao número crescente de assaltos a bancos por grupos de oposição ao regime militar, para financiar atividades revolucionárias contra o aparelho militar do estado [...], o governo decretou a Lei de Segurança Nacional, em 1969. Em consequência, todos os suspeitos de assalto armado a bancos e instituições financeiras e de crédito foram julgados por tribunais militares. Os acusados podiam ser condenados a penas de 10 a 24 anos de prisão em estabelecimento de segurança máxima, ou condenados à morte se houvesse vítima fatal em consequência do assalto. Assim, entre 1969 e 1976, prisioneiros políticos e prisioneiros comuns compartilharam algumas prisões de segurança máxima, inclusive a Cândido Mendes, na Ilha Grande, antigo presídio situado a três horas do Rio. A influência educativa dos prisioneiros políticos sobre a população de internos de crime comum e o papel dessa influência no início do Comando Vermelho são discutidos [...]. Mas é geralmente aceito que alguns prisioneiros comuns copiaram noções de organização de grupos e de reciprocidade – utilizadas por prisioneiros políticos para obter algumas vantagens dentro do sistema carcerário. Assim, com alguns presos por assalto a banco criaram um grupo, chamado de coletivo, no fim dos anos 70, que viria a ser conhecido por Falange Vermelha e, depois, Comando Vermelho. (DOWDNEY, 2003, p. 25).

Conforme Feffermann (2006), o tráfico de drogas se torna muito lucrativo no Brasil e, no decorrer dos anos, outros grupos surgem e se consolidam no território brasileiro. No início da década de 90, nasce no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté no Estado de São Paulo o Primeiro Comando da Capital, conhecido como PCC. No intuito de combater as opressões que ocorrem no sistema prisional, rapidamente, as atividades e a ordem dos líderes do grupo se consolidaram em São Paulo e orquestraram ações de rebeliões em diversos presídios, numerosos homicídios de agentes da segurança pública e de presos. No fim da década de 90, o PCC se insere no tráfico de drogas.

Em todo o país, consolidam-se grupos envolvidos com o tráfico de drogas com as características de cada território, porém, os grupos citados anteriormente possuem um papel importante na história do tráfico de drogas no Brasil. Athayde, Bill e Soares (2005) realizaram uma pesquisa sobre o tráfico de drogas brasileiro e apontam para a singularidade de cada localidade, entretanto, com uma estrutura similar em todos no que tange à organização administrativa e estrutural e na divisão de tarefas, ao exemplo das organizações Comando Vermelho e PCC.

Em resposta ao cenário nacional, o combate ao tráfico de drogas a partir de toda a legislação brasileira se tornou questão de repressão da polícia militar, seguida pelo exemplo norte-americano. Na atualidade, a legislação brasileira é regida pela Lei n. 11.343/2006, que rompe com as anteriores e apresenta discussão referente às questões pertinentes às drogas. A lei não considera o usuário de drogas como um criminoso, mas aponta para uma questão de saúde, entretanto, não define a quantidade de drogas que é considerada para uso próprio e o que é definido como tráfico de drogas, sendo tal determinação a critério do juiz responsável pelo caso, o que, em muitos casos, gera a permanência na prisão dos usuários. Essa legislação define como tráfico de drogas:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar [...] (BRASIL, 2006).

Conforme Carneiro (2002), ao pensar no proibicionismo e no uso de determinadas drogas, a discriminação que as envolve segue as imposições culturais e econômicas da sociedade. Existem diversos tipos de substâncias reconhecidas como prejudiciais à saúde, e o uso e o consumo são permitidos, como o tabaco e o álcool. Embora o álcool tenha sofrido restrição pela Lei Seca norte-americana, ele permanece livre para a utilização nas sociedades ocidentais, assim como o tabaco, sendo ambas substâncias reconhecidamente nefastas para o bem-estar. O autor questiona sobre o estabelecimento de legislação que define as substâncias que podem ser consumidas, no entanto, outras são proibidas e potencializam o crescimento do tráfico de drogas.

Nesse estudo, realizo um panorama referente às drogas de origem natural, as quais possuem registros de existência na natureza há muitos séculos, entretanto, não desconsidero o uso, o consumo e a comercialização das drogas sintéticas que são produzidas em laboratórios que foram criadas por pesquisadores no decorrer do século XX.

2.2 Tráfico de drogas no Brasil

A criminalidade para muitos cidadãos é considerada como um dos principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira, sendo possivelmente apontada como motivadora do sentimento de insegurança e medo que aflige as pessoas. Para Donnici (1984),

a criminalidade sempre esteve presente na sociedade e, independentemente do período histórico, sua presença culmina como resposta às diversas desigualdades sociais, econômicas, culturais e intelectuais existentes.

O crime, regido pelos fenômenos considerados inapropriados para a convivência social, pode ser apontado como resultado da socialização dos indivíduos, constituída por determinadas ações que se expressam em certos tempo e lugar. Para Durkheim (2011), o crime é estabelecido como uma transgressão às regras impostas pela sociedade, sendo um fato social normal, pois ocorre em todas as sociedades, desde as mais simplórias às mais desenvolvidas, constatando-se que não existe sociedade sem indivíduos desviantes.

Conforme Durkheim (2011), o crime acompanha a história da humanidade. Segundo o autor, o crime, para além da sua normalidade, é essencial para a vida social, pois se tornou necessário para o progresso da moral e do direito. É fundamental para a sociedade ter as regras estabelecidas por determinadas pessoas, assim como os desvios cometidos por outras pessoas.

Nesta pesquisa, o conceito de desvio é baseado em Becker (2008), que afirma que a sociedade impõe diversas regras para os indivíduos, definindo ações como certas ou erradas. Os indivíduos que quebram essas regras impostas pela sociedade ou grupo são classificados como desviantes, denominados como *outsiders*, sua ação é classificada como desvio, ou seja, “como falha em obedecer a regras do grupo [...]” (BECKER, 2008, p. 20).

As sociedades, em geral, possuem em sua composição grupos dominantes e grupos desviantes e tipos diferentes de desvio. Portanto, os dominantes criam as regras e suas formas de desvio. Becker (2008) aponta que, ao realizar um desvio, há formas diferentes de rotulação, pois considera o poder do indivíduo na sociedade: quanto menos poder, maiores a rotulação e a sanção. Para o autor:

Se tomamos como objeto de nossa atenção o comportamento que vem a ser rotulado de desviante, devemos reconhecer que não podemos saber se uns dados ato será categorizado como desviante até que a reação dos outros tenha ocorrido. Desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele. (BECKER, 2008, p. 27).

Oliveira (2006) aponta sobre a importância de definir o que é crime organizado para posteriormente conceituar o tráfico de drogas. De acordo com o autor, aquele possui as seguintes características: realização de ações ilegais, hierarquia, lucratividade, divisão do trabalho, violência, presença da lei do silêncio e controle territorial. Portanto, o crime

organizado é uma instituição formada por diversos indivíduos, na qual todos têm um objetivo em comum e obedecem às mesmas regras com o intuito de arrecadar lucro financeiro.

Dentro das enormes possibilidades de atividades em que o crime organizado atua, essa pesquisa é voltada para o tráfico de drogas, que, conforme o autor:

[...] Não há necessidade de definir, com base em uma exaustiva argumentação, o que seja tráfico de drogas, porque o termo traficar já denota comércio fraudulento. Desse modo, a definição do tráfico de drogas está associada ao comércio ilegal. No entanto, faz-se necessário classificar o fenômeno tráfico de drogas, ou melhor: as peças que compõem a dinâmica do tráfico devem ser identificadas, possibilitando, assim, a compreensão de possíveis relações mecânicas, e, por conseguinte, a classificação dessas relações. (OLIVEIRA, 2006, p. 119).

As peças que Oliveira (2006) aponta como itens essenciais para o funcionamento do tráfico de drogas remetem ao traficante pertencente à organização ou não, realização de lavagem de dinheiro, vínculo com instituições estatais, tráfico formiguinha e o mercado consumidor. Para efetivação do tráfico de drogas, é fundamental a consolidação como uma organização devido a toda dinâmica que envolve essa atividade. O traficante, que é membro de uma organização, consegue articular com as pessoas envolvidas no mercado atacado para fornecimento das drogas e, principalmente, estabelecer acordo com os agentes estatais, os quais permitem as atividades no período que trabalham em conjunto, pois um traficante que atua isolado sem as particularidades existentes em organizações não se perpetua no mercado ilegal e acaba preso ou morto pelos agentes estatais ou organizações rivais.

De acordo com Oliveira (2006), para a efetivação do tráfico de drogas, é necessária a lavagem de dinheiro, que corresponde a legalizar a renda oriunda da atividade ilícita. Outra peça importante remete ao vínculo com as instituições estatais, que são representadas por atores que não estão presentes no cotidiano do tráfico, mas participam de forma indireta a partir de parcerias com os chefes das organizações e financiamento. O próximo ponto remete ao tráfico formiguinha, que se baseia no trabalho de indivíduos – na maioria, adolescente e jovem – para a venda de drogas para além do espaço da comunidade. Eles se encaminham para a venda com pequenas quantidades de drogas e precisam ficar indo e vindo à “boca de fumo”, local de venda de drogas, para pegar drogas e vender aos compradores. Esse método ocorre para fragilizar as batidas policiais, que não conseguem encontrar drogas em posse dos vendedores. O processo finaliza com a peça do consumidor a partir do pressuposto que, sem demanda, não existe oferta.

De acordo com Faria e Barros (2011), para compreender o tráfico de drogas, é necessário analisar três dimensões. A primeira diz respeito ao tráfico de drogas e à economia,

no que se refere à importância que o tráfico de drogas possui na economia do território em que atua e do mundo em geral, por gerar rendimento lucrativo em proporções, por exemplo, superior à área petrolífera. A inserção dos jovens em uma atividade que gera grande retorno financeiro possibilita a inclusão no mundo capitalista, tornando-se um consumidor.

O segundo ponto remete ao reconhecimento das pessoas da comunidade em que atuam. A entrada no tráfico de drogas possibilita ser desejado e invejado por diversos indivíduos devido ao grande retorno financeiro que possui e ao poder sobre a comunidade, pois os moradores têm medo das pessoas que estão envolvidas nessa atividade. Faria e Barros (2011) apontam que, em muitas comunidades, os traficantes são como heróis para os moradores devido à ascensão social, ao respeito, à admiração e por ser um ideal a ser alcançado.

A terceira dimensão se refere ao funcionamento da organização, pois, apesar da ilegalidade em que se encontra o tráfico de drogas, ele possui estrutura operacional das atividades desempenhadas por cada membro, que são regularmente divididas nos parâmetros das grandes empresas. O “avião” possui a tarefa de fazer pequenas tarefas para o gerente e o “dono da boca”, desde comprar refeição, levar recado e até entregar drogas para o vendedor da “boca de fumo”. A função de “vapor” remete ao vendedor de droga ao cliente na “boca de fumo”. O “olheiro” ou “fogueteiro” é designado a garantir segurança da boca de fumo, das inserções da polícia ou da invasão de facções rivais. Nessa função, os jovens têm que ser ligeiros em comunicar ao restante da organização. “Mulas” são pessoas que transportam a droga de uma periferia para outra ou entre pontos de vendas. O “gerente da boca” realiza a organização geral das ações diárias da venda das drogas e se relaciona diretamente como “dono da boca”. O “dono da boca” tem o cargo superior na organização, ele é responsável pela compra das drogas que serão vendidas, pelo fornecimento de armas aos empregados e pela manutenção do diálogo com outros donos de boca e a polícia.

Algumas funções fundamentais para o tráfico de drogas não são apresentadas pelas autoras, mas Athayde e Bill (2006) e Feffermann (2006) colaboram para a importância delas no funcionamento do tráfico de drogas, sendo elas “endoladores” e “fiel”. Os “endoladores” são os responsáveis em preparar as drogas para a venda, misturando diversas substâncias e, consequentemente, aumentam o produto final, criando mais lucro. “Fiel” não é um funcionário fixo do tráfico. Ele realiza atividades eventualmente com a responsabilidade de esconder armas e drogas na sua casa.

Como saliento, entender a dinâmica do tráfico de drogas é essencial para conseguir a plenitude do objetivo da pesquisa, que se aos processos que influenciaram a entrada da juventude feminina nessa atividade. Diante disso, pretende-se trazer para a discussão o cotidiano do tráfico de drogas a partir das características apontadas anteriormente e da realidade das mulheres que participam desse contexto.

Nesse sentido, para além da compreensão da organização do tráfico de drogas, para Souza (2005), é possível apontar para dois tipos de sistema de tráfico de drogas, o atacado e o varejo. O primeiro se refere ao fornecimento das drogas para o varejo, os responsáveis por vender as drogas para o “dono das bocas”. O segundo ponto é direcionado à venda direta das drogas para indivíduos nas bocas de fumo. Ambos os sistemas são essenciais para a completude das atividades, mas a pesquisa é direcionada para o sistema em varejo em todas as esferas em que atua a juventude feminina.

De acordo com Souza (2005), para a efetivação do sistema do atacado, são fundamentais o investimento financeiro de terceiros e as parcerias com o Estado no que tange ao Judiciário, ao Legislativo e ao Executivo, pois remete a diversas ações, como importação ilegal, transporte e confecção das drogas, lavagem de dinheiro e corrupção, somente com a operacionalização exitosa que as mercadorias chegam para a venda no varejo. Com a grande demanda existente, a venda direta acarreta grande lucratividade para todos os participantes do sistema atacado e eles são pessoas invisíveis na repressão ao tráfico de drogas. Zaluar (1994), Feffermann (2006) e Athayde e Bill (2006) colaboram com o autor ao apontarem que o sistema varejo acontece na maioria das cidades brasileiras, principalmente em periferias, tendo como mão de obra os adolescentes e jovens, tornando-os principais alvos da repressão policial.

Conforme Feffermann (2006), a globalização mundial torna a sociedade pautada pelo mercado e consumo, de forma que os sujeitos se definem pelos bens materiais que possuem, pois a sociedade se torna individualista, narcisista, e o sujeito tem valor em relação aos bens de consumo que possui. Essa nova concepção gera mudanças na estrutura da sociedade, uma vez que desestabiliza as relações sociais entre os indivíduos.

A autora aponta situações que exemplificam essas mudanças, tais como o avanço da tecnologia, que desenvolve novos mecanismos de trabalho, que, em algumas situações, retiram do indivíduo sua ocupação e eleva o número de indivíduos desempregados, aumentando o exército de mão de obra livre. Outro ponto é que, aos poucos, ocorre o enfraquecimento do “Estado de Bem-Estar Social”, o qual, de acordo com Pereira (2011), foi criado em respostas à demanda de maior igualdade que se estruturou em três nortes de

atuação: a regulação econômica e social a partir do pleno emprego, a seguridade econômica e de existência e os direitos de cidadania. Os países que aderiram ao Estado de Bem-Estar Social tiveram, após a Segunda Guerra Mundial, uma consolidação da economia e a diminuição da desigualdade social, pois acreditavam que a pobreza não era um problema individual, mas sim social, como resposta à falta de emprego, aos baixos salários, à falta de acesso à educação, à saúde e à alimentação.

O enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social resulta do princípio neoliberal, que visa à não intervenção do Estado na economia. Concomitantemente, a partir de privatizações de setores públicos, diminui o seu papel na garantia de serviços públicos e políticas sociais que auxiliavam um grande leque da população, além de não investir em políticas sociais que combatem as desigualdades sociais. Esse novo formato do Estado acentua as desigualdades sociais e econômicas. Para Feffermann (2006), esses pontos elencados anteriormente intensificam a desigualdade social, pois afetam diretamente no acesso ao trabalho, ao mercado e ao consumo, potencializando outros métodos, tais como tráfico de drogas, roubos e furtos para garantir o reconhecimento da sociedade.

Não se pode interligar a violência e o tráfico de drogas com a pobreza, mas sim à ausência do Estado, pois, ao eximir a garantia dos direitos fundamentais do indivíduo em determinados territórios, a população é colocada em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a ausência do Estado permite a entrada de outros atores como mantenedores da subsistência de muitas pessoas, principalmente de classes sociais mais baixas. Nesse processo, as organizações que gerenciam o tráfico de drogas se consolidam nos territórios e se tornam as portadoras do poder, pois começam a dar suporte nas lacunas abertas pela ausência do Estado, sendo as responsáveis para a subsistência de muitas pessoas.

Justificar o tráfico de drogas e a violência como o resultado da pobreza é simplificar uma questão complexa e gerar a invisibilidade do fator mais impactante para esse cenário, ou seja, a desigualdade social na sua forma perversa, que fomenta o desejo de consumo para todos independentemente da classe social. Assim, quando a sociedade reforça que o sujeito que possui dinheiro conseguirá suprir todos os seus desejos de consumo e, em contrapartida, os que não possuem recursos financeiros para prover suas vontades e anseios de consumo conviverão com essa falta, alguns sujeitos podem criar mecanismos legais ou ilegais para sua obtenção, podendo o tráfico de drogas ser uma resposta, como salientam Feffermann (2006) e Zaluar (1994).

Nesse contexto, com o aumento do desemprego, a precariedade das relações de trabalho, o avanço da tecnologia, a distância do Estado com sua população desprovida financeiramente, o tráfico de drogas surge como uma alternativa de sobrevivência desses sujeitos ao possibilitar o acesso aos bens de consumo para si próprio e sua família. Mesmo diante de sua ilegalidade, o tráfico de drogas se apresenta como uma alternativa de trabalho para indivíduos que convivem com escolhas escassas. Faria e Barros (2011) apontam que, para muitos, a partir do momento em que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, o qual se apresenta mais excludente e concorrido, o tráfico de drogas se torna uma alternativa de subsistência informal.

O tráfico de drogas é um fenômeno complexo e ocorre em escala internacional, tendo se consolidado com raízes profundas na sociedade, uma vez que passa a atender à demanda do mercado capitalista e, inclusive, por sua ilegalidade, consegue obter grande lucro. Para Silva (2015), essa atividade se adapta à abertura do mercado e para o negócio, de maneira que possibilita a sobrevivência de diversos indivíduos. Nesse sentido, é importante abordar o tráfico de drogas como uma forma de trabalho, pois, para muitos jovens, é uma alternativa de sobrevivência. Feffermann (2006) pontua como a realidade econômica fomenta o crescimento do tráfico de drogas:

A globalidade, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas à produção induzem à expansão dessa indústria ilegal. A realidade econômica decorrente dessas transformações incide diretamente sobre o trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica. (FEFFERMANN, 2006, p. 15).

A globalização mundial cria uma sociedade caracterizada pela exclusão, uma vez que não consegue incluir todos no mercado de trabalho, de maneira que potencializa as desigualdades sociais. Conforme Antunes (2002), o mundo do trabalho com o objetivo principal de gerar lucro, automaticamente, retira as condições dignas de trabalho, pois possui consciência do exército de mão de obra disponível que, para garantir a sobrevivência, submete o trabalhador a condições precárias de trabalho. Essa realidade torna o trabalhador vulnerável e empobrecido, pois não consegue se inserir nos meios de globalização e ter acesso aos meios de produção.

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, entre tantas outras consequências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o

enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 2002, p. 15).

Para Antunes (2002), a consolidação do sistema neoliberal incumbe ao trabalhador toda a responsabilidade pelo seu fracasso no que tange ao mercado de trabalho quando não consegue acompanhar e adequar às mudanças ocorridas em toda a sociedade. Feffermann (2006) também colabora com a discussão ao apontar que “o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica, gerada pelo neoliberalismo e pelo capitalismo, que como consequência, acarreta a o desemprego” (FEFFERMANN, 2006, p. 15).

Diante desse cenário de expansão do desemprego, consequentemente, uma parcela da população, para garantir sua sobrevivência, começa a ingressar no trabalho informal, outros, no trabalho ilegal. De acordo com Silva (2015), as políticas neoliberais geram grandes mudanças na estrutura social, estabelecendo formas de inclusão marginal e precária, potencializando e consolidando atividades ilegais como o tráfico de drogas.

Para alguns indivíduos, o tráfico de drogas é apontado como grande propagador da violência e criminalidade no Brasil, que gera grande sentimento de insegurança e medo. O jovem que opta pelo tráfico de drogas proporciona colocar em xeque o discurso imposto na sociedade de que todos os cidadãos possuem as mesmas possibilidades e condições de vida, pois traz à tona toda a ineficiência dos direitos garantidos por lei.

Souza (2005) pontua que o tráfico de drogas que atua diretamente no varejo, com suas “bocas de fumo” nas periferias e que ganha destaque significativo e permanente nos principais veículos de comunicação da sociedade brasileira, retira do cenário o sistema que se desenvolve no atacado e, assim, o tráfico de droga se resume às vendas do varejo. O tráfico de drogas no sistema de varejo é realidade em caráter mundial e tem impacto no cenário da violência e criminalidade em virtude dos desdobramentos que acarreta devido à dinâmica de funcionamento, às guerras entre gangues rivais, às mortes dos credores e ao investimento em armas de fogo, fatores que geram um elevado número de homicídios.

Nessa linha, Feffermann (2006), a partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo com jovens envolvidos no tráfico, na cidade de São Paulo, relata diversas características essenciais do tráfico de drogas: manutenção de redes internacionais para o escoamento de produto ilegal; conquista de territórios; confecção de códigos de conduta intragrupo em organizações hierárquicas; solução frequentemente violenta de disputas; influência no aparato repressivo estatal e em outras instâncias de governo.

O tráfico de drogas possui regras e normas de conduta conforme toda empresa, que são impostas e respeitadas por seus membros e pela comunidade. As leis têm o intuito de garantir o controle, o medo e o respeito de todos submetidos a ela.

As facções de drogas desenvolveram um sistema de “reciprocidade forçada” para servir às suas necessidades de defesa e às necessidades de “lei” e “ordem” da comunidade. A “reciprocidade forçada” é aplicada através da tática dupla: de apoio mútuo e de um sistema de violência punitiva em caso de desobediência... Não é a total ausência do poder público que capacita as facções a continuarem a dominar as favelas, mas sim a incapacidade do estado de cumprir sua parte do contrato social. (DOWDNEY, 2004, p. 42, grifos do autor).

Segundo Dowdney (2003), nas relações estabelecidas entre os moradores da comunidade na qual cada organização do tráfico de drogas atua e os “donos da boca”, existe um contrato social, que determina como os indivíduos estabelecem suas relações comunitárias, sociais e políticas no intuito de garantir a ordem social da localidade a partir dos anseios do traficante, sendo que, nesse contrato social, os traficantes impõem regras e condutas de comportamento dentro da comunidade. As regulamentações apresentadas pelo autor são oriundas das entrevistas realizadas com moradores e pessoas envolvidas com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que relataram as principais regras e condutas para os moradores, sendo elas: “nada de roubos na comunidade, nada de brigas (físicas) entre moradores, nada de estupros, nada de assédio sexual de crianças, não bater na mulher, não conversar com a polícia, não ser dono de uma arma sem os traficantes saberem”. (DOWDNEY, 2003, p. 54).

Para Ferffermann (2006), o contrato social fortalece as desigualdades sociais, pois o Estado não cumpre seu papel para garantir os direitos a todos os cidadãos, e essa desigualdade reflete em todo o desenvolvimento do sujeito. O Estado o culpa por estar na situação que se encontra, no argumento de que disponibilizou os recursos e que a pessoa no âmbito individual não soube usufruir. Isso acaba retirando toda a responsabilidade do Estado e culpando o sujeito.

A obediência da comunidade não é simplesmente um ato de cumplicidade, mas sim uma estratégia para sobrevivência diante da falta da presença do Estado e do presente poder dos traficantes na comunidade, os quais podem decidir o direito de viver e morrer dos moradores. Ao quebrar uma regra, a pessoa vai sofrer a punição, que varia conforme o nível de gravidade e do perfil do “dono da boca”. As organizações regulamentam a ordem social a partir de uma estrutura de reciprocidade imposta e de sanção por desobediência.

A comunidade não é o único lugar em que ocorre a comercialização de drogas, mas representa a relação menos sofisticada do tráfico de drogas e a mais visada pelos órgãos de justiça, pois nas comunidades ocorrem as disputas de território, que adolescentes e jovens portam armas, que moradores são reféns e ameaçados por bala perdida, conforme afirma Oliveira (2006).

Os membros das organizações de tráfico de drogas também são sujeitos às punições quando quebram as regras e as condutas impostas pelo dono da boca. De acordo com Feffermann (2006), as formas de controle e punição para os jovens envolvidos com o tráfico de drogas ocorrem por meio do debate, que é um espaço de “escuta e julgamento”, no qual os jovens envolvidos diretamente no tráfico de drogas, quando são acusados de quebrar alguma regra ou norma do contrato social, possuem esse espaço para relatar sua versão da história e ter seu julgamento.

O “debate” é o mecanismo para resolver os conflitos da comunidade envolvida no tráfico de drogas e no crime em geral. As desavenças e os mal-entendidos são explicados no “debate”, ocasião em que são resolvidas as dúvidas, e que o acusado pode apresentar argumentos para ser absolvido [...]. (FEFFERMANN, 2006, p. 251, grifos da autora).

Esse espaço, na maioria das vezes, é convocado pelo gerente ou por um indivíduo, que tenha interesse na questão a ser debatida, e algumas testemunhas, no qual apresentam as acusações, e o jovem acusado pode se defender, podendo, em determinados casos, ser considerado culpado e a pena ser sua morte. O debate é um instrumento de grande demonstração de poder dos donos da boca de fumo, pois têm seus funcionários sob o total controle a partir do medo. O dono da boca ou o gerente são as pessoas que ocupam o cargo de juiz, porém, quem executa a sentença são os jovens que ocupam os cargos mais baixos. Ao realizar a pena, o jovem consegue ganhar mais respeito na organização e a possibilidade de crescer ou simplesmente de manter-se vivo devido à obrigatoriedade de acatar as determinações de seus superiores.

O estabelecimento do contrato social não é uma característica exclusiva dos grupos envolvidos com o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, o contrato social é vigente nas localidades que possuem organizações que atuam no tráfico de drogas. Dois membros de grupos que atuavam na capital mineira foram executados por descumprir regras do contrato e, no debate, tiveram a pena definida. Os relatos seguintes foram extraídos de jornais:

“Um homem de 29 anos, conhecido como gerente do tráfico de drogas do Aglomerado da Serra, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, foi assassinado com cerca de 30 tiros nessa sexta-feira (12). A vítima foi atingida no momento em que cortava cabelo”. (CAETANO, 2014). “Um jovem de 26 anos foi executado com aproximadamente 20 tiros na noite de terça-feira (8) no Aglomerado da Serra, região Centro-Sul de Belo Horizonte”. (JOVEM, 2015).

Ambas as matérias apresentam a vulnerabilidade com a qual os jovens que atuam no tráfico de drogas convivem diariamente, qualquer ação considerada ilegal tem sua pena determinada pelo dono da boca. No primeiro caso, a pessoa que sofreu o homicídio tinha fama de agredir as jovens da comunidade com quem se envolvia amorosamente e, após diversas reclamações das mães das jovens com a ameaça de chamar a Polícia Militar, a pauta foi levada para debate e a punição foi a morte. No segundo relato, após a prisão do dono da boca, jovem de 26 anos assume a liderança da organização e começa a modificar regras do grupo. Em diálogo com o dono da boca que estava preso, os outros membros relatam a situação e todos decidem pela execução do jovem devido à quebra do contrato social do grupo.

Conforme Dowdney (2003) e Feffermann (2006), esse poder dos traficantes perante a comunidade e os envolvidos no comércio das drogas ocorre, conforme citado anteriormente, pela ausência do Estado, pois, se o governo mantivesse o contrato social com todos os moradores das regiões controladas pelo tráfico de drogas e possuísse uma presença por meio de investimentos locais e garantias de qualidade de vida com acesso aos direitos garantidos a todos os cidadãos, os traficantes não conseguiriam impor o controle e reger sobre a comunidade.

Outro ponto frisado por Dowdney (2003) e Feffermann (2006) remete ao representante do Estado, a Polícia Militar, que convive nas comunidades e quebra o contrato social, pois rompe com todas as regras de garantir a segurança da população ao realizar atividades de corrupção e ilegalidade, por em determinadas situações, receber propina dos traficantes e em troca não realizar seu trabalho, fator que modifica a ordem social e, automaticamente, potencializa as organizações ilegais. De acordo com Oliveira (2006), a Polícia Militar, que deveria garantir as leis, a ordem e a segurança, acaba em determinados territórios ocupando o papel de perigo para os moradores, pois suas ações não são direcionadas aos indivíduos que atuam no tráfico de drogas, mas a toda população, tendo os jovens como principais alvos.

2.3 O cotidiano dos jovens no tráfico de drogas

A criminalidade preocupa toda a sociedade, porém, sua aflição é aumentada quando se remete à dimensão do envolvimento dos jovens nesse cenário. Athayde, Bill e Soares (2005) realizaram uma análise sobre o cotidiano de jovens envolvidos com a criminalidade, especificamente os que estão inseridos no tráfico de drogas, e as violências resultantes desse abarcamento em vários Estados brasileiros. Apontam relatos deles referentes à precariedade da sua sobrevivência e de seus familiares, à falta da garantia de acessos básicos (saúde, educação, alimentação e lazer) e bens materiais, reconhecendo no trabalho com o tráfico de drogas uma forma rápida e fácil de melhorar a qualidade de vida.

Para Abramovay et al (2010), a vulnerabilidade pode ser compreendida como efeito negativo da relação entre as formas de garantia de vida a partir do acesso à alimentação, à saúde, à educação e à moradia, e dos desejos de cada indivíduo e grupo no acesso a lazer, cultura, bens materiais e simbólicos. Esse efeito elucida as fragilidades ou as desvantagens para o desempenho e a mobilidade social desses atores. Os autores reforçam a importância de compreender a vulnerabilidade social como um motivador para determinados grupos escolherem a criminalidade, porém não a aponta como resposta absoluta. Desse modo, ao se pensar na juventude inserida na criminalidade, não se pode vincular essa escolha como consequência direta da pobreza, porém, toda a falta de acesso aos diversos direitos fundamentais discutidos pode ter como resposta a opção de alguns jovens pela criminalidade.

O preconceito direcionado aos jovens de periferia, chamados de “bandidos”, devido ao fato de serem, em sua maioria, negros e pobres, torna-os invisíveis perante o restante da sociedade por não serem ouvidos, vistos, considerados como uma pessoa ou cidadão pela sociedade em geral. Soares, Bill e Athayde (2005) abordam sobre essa problemática como fomentadora para os jovens colocarem a arma na mão e, a partir do medo que geram nas pessoas, conquistarem seu espaço e serem reconhecidos enquanto sujeitos, mesmo que de forma negativa para a sociedade. Segundo os autores, para muitos jovens, estar no tráfico de drogas pode amenizar toda a exclusão social que permeia sua vivência, pois rompe com a invisibilidade social e possibilita a construção de uma identidade grupal, com reconhecimento, poder, dinheiro e prestígio.

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. (...) há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito e da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. (...) O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. Quem está ali não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas

emoções e medos, suas ambições e desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível. (...) Prever o seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. (...) Os cientistas sociais diriam que este é um caso típico de “profecia que se autocumpre”. (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 175, grifos dos autores).

Faria e Barros (2011) apontam que, para muitos jovens, a inserção no tráfico de drogas permeia uma trajetória de vida com opções limitadas para inclusão social e econômica, sendo essa entrada, mesmo que marginal, uma estratégia para a sobrevivência. As autoras frisam que são jovens que não tiveram acesso à educação, que não possuíam um suporte para adequação ao mercado de trabalho formal, o qual é excludente e competitivo, e convivem em um ambiente em que o traficante é a realidade o modelo de sucesso, pois possui recurso financeiro e poder.

Zaluar (1994) relata uma pesquisa que realizou no ano de 1987 para investigar mais detalhadamente a criminalidade. Nessa pesquisa, ocorreram diversos imprevistos devido à própria realidade do tráfico, tais como receio da comunidade em relatar seu cotidiano, o medo dos jovens de exporem suas ações e ameaças aos entrevistadores. Entretanto, a pesquisa, ao retratar o cotidiano do tráfico, possibilitou perceber que a estrutura organizacional, que remete às funções e às tarefas, permanece a mesma nos anos atuais. Com toda a tecnologia, os indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas utilizam as mesmas ferramentas da década de 80. A diferenciação desse período abordado pela autora com a atualidade é que, na década de 80, crianças, adolescentes e jovens não atuavam diretamente no tráfico, alguns realizavam pequenos trabalhos para os membros da organização e, hoje, são os principais atores da comercialização do varejo.

O tráfico de drogas tem sido uma possibilidade para obtenção de renda para diversos sujeitos devido à sua alta rentabilidade e ao rompimento com as condicionantes exigidas no mercado formal, tais como experiência profissional e escolaridade. Assim, a inserção de jovens do sexo masculino e feminino no tráfico de drogas proporciona o acesso a bens de consumo que eles não conseguiam anteriormente. O fato de estarem incluídos nesse ambiente também gera fama e *status* na comunidade em que atuam, o que os tornam visíveis na comunidade e perante o restante da sociedade. Segundo Barcinski (2012), o ingresso da juventude mais pobre das cidades brasileiras na criminalidade possibilita que, ao ocupar um lugar que gera incômodo para que aqueles que antes os ignoravam, eles deixem de ser invisíveis para a sociedade, ainda que ocupando um lugar de resto social.

De acordo com Feffermann (2006), as funções no tráfico de drogas são definidas, assim como o comportamento dos trabalhadores durante o expediente e no tempo livre, e possui severas punições com o descumprimento. Situações relatadas por Athayde e Bill (2006) nas diversas entrevistas com jovens que atuam como falcões¹ no tráfico de drogas evidenciam atitudes como a execução de alguns deles por próprios companheiros de grupo devido a “vacilos” cometidos durante o plantão e, no debate interno, a pena foi a morte. Feffermann (2006) aponta que, em diversos depoimentos dos jovens, ao descreverem a relação com os outros membros do grupo, relataram não possuírem confiança em ninguém no tráfico de drogas, pois o seu amigo hoje pode lhe matar amanhã.

Nas entrevistas realizadas por Feffermann (2006) e Athayde e Bill (2006), os jovens descrevem que o trabalho no tráfico de drogas é dividido em escalas de 12 horas, em todos os dias da semana, e as folgas são possíveis conforme solicitadas e confirmadas pelo gerente ou dono da boca. De acordo com a função exercida, especialmente o “olheiro ou fogueteiro”, é necessário o uso de drogas, principalmente a cocaína, para permanecer acordado durante todo o plantão, pois qualquer vacilo coloca sua vida em risco.

O cotidiano dos jovens no tráfico de drogas os joga em constante batalha pela sua sobrevivência devido aos conflitos com a polícia, grupos rivais e clientes. Essa relação acentua uma desvalorização da vida e os lançam para a morte, os jovens valorizam o momento e vivem todos os dias intensamente, pois sabem que não possuem muitos anos após a entrada no tráfico de drogas.

A vida é reduzida a possibilidade de ter, possuir, independentemente do tempo, dos meios, do espaço. O imediato satisfaz: “O prazer só tem lugar ainda onde há presença imediata”. Para esses jovens, o prazer parece se apresentar como algo que deve ser alcançado sem impedimentos. São utilizados todos os recursos para a obtenção do que se deseja. (FEFFERMANN, 2006, p. 316).

Os jovens, ao se inserirem no tráfico de drogas, possuem conhecimento dos riscos que lançam à sua vida e da periculosidade das consequências. Para muitos, a vida anterior à entrada se resumia em uma invisibilidade pela sociedade e em uma realidade de desejos não realizados. A inserção no tráfico de drogas possibilita, então, o acesso a grandes quantidades de dinheiro, armas, consumo e existência perante o outro.

Segundo Feffermann (2006), para as organizações que atuam no tráfico de drogas, a arma de fogo é uma grande aliada do poder, pois potencializa o traficante independentemente

¹ Falcões: realizam a mesma função que o “olheiro” ou o “fogueteiro”, termos utilizados na pesquisa em questão para os jovens que atuam na vigilância e proteção das bocas contra a Polícia Militar, organizações rivais e qualquer indivíduo que gere problema na boca de fumo. São nomenclaturas diferentes para a mesma função.

da função que exerce com todos os seus opositores, com a comunidade e entre os membros. A autora aponta que, nos relatos dos jovens, as armas eram adquiridas com o dinheiro do tráfico de drogas e da parceria com alguns policiais ou pessoas que circulam nas instâncias de segurança pública do país.

O simples ato de trabalhar para os jovens envolvidos os submete à tensão devido às diversas possibilidades de conflitos. Esses enfrentamentos ocorrem com grupos rivais, na disputa por território para novos pontos de “boca de fumo”, ou simplesmente por vingança de algum membro da organização rival, e são conflitos que passam por gerações e, em muitos casos, os jovens não possuem conhecimento do real motivo da disputa com o rival.

Durante minha experiência de trabalho no Programa Fica Vivo! no Aglomerado da Serra, sempre indagava aos jovens integrantes de organizações, comunidade e oficineiros a origem dos conflitos, e as respostas eram sempre fragmentadas, com ampla diversidade e, em grande parcela, envolviam questões banais, tais como se envolver com mulher do outro, discussão banal de família e inveja da popularidade do rival. Oficineiros são os responsáveis pela execução das oficinas do Programa Fica Vivo!, de forma qualificada, a fim de intercalar a atividade que executa, sendo essa de diversas áreas: esporte, lazer, artesanal, artísticas e cultural, articulando com os objetivos do programa. Nos últimos anos, presenciei conflitos que iniciaram ou retornaram após anos de acordo de paz devido a mídias sociais, principalmente o WhatsApp, que é um aplicativo utilizado para troca de mensagens de texto, vídeos, fotos e áudios por meio de uma conexão à Internet. Esse novo mecanismo possibilita a circulação de comentários de um grupo para seu oponente com conteúdos ofensivos e vexatórios, o qual, para manter a honra, o reconhecimento e o poder sobre seus membros e comunidade, gera ou inicia o conflito.

Os confrontos armados contra a Polícia Militar, mesmo não ocorrendo diariamente, suscitam grande tensão aos jovens que atuam no tráfico, principalmente o “olheiro ou fogueteiro”, pois são os responsáveis em comunicar a chegada deles na comunidade. De acordo com Dowdney (2003), essa modalidade de embate não ocorre com frequência, pois, em muitas localidades, a polícia é aliada das organizações e suas incursões na comunidade se baseiam na busca por propina ou referente à alguma ação de repressão que estende o poder da Polícia Militar.

Outro ponto importante é a desvalorização da vida dos jovens por eles mesmos. Muitos apontam que não se preocupam com a morte, pois, se morrerem, outro jovem assume sua função e somente sua mãe, esposa e filho se lembrarão dele. Esse fato aponta para a

invisibilidade desses jovens pela sociedade e sua vivência resulta da relação sujeito e o tráfico de drogas.

Para muitos jovens, entrar no tráfico de drogas se torna a única possibilidade diante de uma sociedade que vira as costas para eles na garantia dos seus direitos fundamentais, sendo a única escolha que não os exclui. A sociedade e o Estado, na sua dinâmica e imposição, já colocam esses jovens como problemas e sem solução, o mercado formal fecha as portas e a necessidade de sobrevivência não espera. Nos depoimentos colhidos por Athayde e Bill (2006), muitos jovens relataram que tentaram se inserir no mercado formal de trabalho, mas a negativa prevalecia e a maioria almejava outra possibilidade de vida para si como perspectiva para o futuro.

(...) todos os bandidos que conheci, independente do documentário, sempre foram muito carentes. Sempre se mostraram contra o crime e inconformados de viver daquela forma. Para quem está de fora, a visão de que se tem é de sem-vergonhice, mas para quem tá dentro, é como uma praga jogada sobre eles, difícil de desatar (...)
(ATHAYDE; BILL, 2006, p. 95).

O tráfico de drogas possibilita para o jovem um leque de vantagens que foram descritas nos diversos relatos obtidos por Athayde e Bill (2006), sendo o dinheiro unânime nos depoimentos de todos os jovens, que possibilitava ajudar a família, comprar bens materiais, impressionar as garotas e financiar o uso de drogas. Conquanto relatavam que esse dinheiro desaparecia com a mesma facilidade que entrava, pois gastavam grandes quantidades comprando roupas de marcas, na “balada”, com as diversas namoradas, contudo, não conseguiam adquirir bens duráveis, como casa ou carro, pois o dinheiro era utilizado em bens a que podiam ter acesso no momento.

Desvantagens também apareceram nos relatos dos jovens. Ao entrarem no tráfico de drogas, os jovens perdem o direito mais precioso da vida de qualquer indivíduo, a sua liberdade, pois a circulação fica restrita ao limite de atuação da organização em que participa. Muitos jovens relatam que perdem o acesso à escola, à saúde e ao lazer devido à sua restrição de circulação e ultrapassar esse limite é potencializar o risco de morte. O dinheiro obtido não é usufruído da melhor maneira. Alguns jovens descreveram o desejo de ir ao cinema com a companheira, levar os filhos ao parque, ir ao *shopping* comprar presentes, mas não realizam atividades básicas e designam outras pessoas que não têm envolvimento para essa função.

Viver intensamente o hoje sem perspectiva para o amanhã permeia as falas dos jovens envolvidos em todas as entrevistas realizadas por Athayde e Bill (2006) e Feffermann (2006). Estar inserido no tráfico de drogas é uma escolha do jovem e existem diversos motivadores,

em que cada jovem possui uma história de vida. Para a maioria dos jovens de ambos os sexos, não é uma forma de sobrevivência digna, pois convivem com uma exploração do trabalho, risco de vida constante e privação de liberdade.

Essas relações do jovem com o trabalho no tráfico de drogas se intensificam quando a função é exercida por mulheres. Vários estudiosos do tema, como Abramovay (2010), Barcinski (2009) e Carvalhaes e Tonelli (2011) assinalam que as mulheres envolvidas nessa atividade sofrem as mesmas discriminações dos homens, porém, o desvio se torna mais grave por ser mulher e realizar essa atividade de cunho masculino, o que rompe com a percepção de bondade da mulher.

2.4 O tráfico de drogas também é feminino

Pensar na mulher infratora e na sua relação com a sociedade nos leva a voltar à história e fazer um paralelo como as herdeiras da Inquisição, período no qual a mulher poderia ser morta na fogueira. Na maioria dos casos, as mulheres eram acusadas de bruxaria, tachadas como prostitutas, loucas e desviadas, sendo que sua sentença ocorria por deliberação masculina, situação que aponta para a opressão e submissão histórica da mulher em relação ao homem.

A mulher que se insere na criminalidade é julgada pela sociedade de forma mais ampla em relação ao homem que realiza a mesma atividade, pois, além de estar efetuando uma ação ilegal, quebra com a percepção imposta de padrão de docilidade da mulher na convivência social. Na vida em sociedade, o indivíduo se depara com regras e normas já existentes, que devem ser aceitas e obedecidas. Conforme Durkheim (2011), a sociedade condiciona e controla as ações dos indivíduos pelas regras impostas e seguidas por todos, pois, sem as regras, a sociedade não existiria.

De acordo com Abramovay et al (2010), em nossa sociedade, o sujeito do sexo masculino recebe como papel a desempenhar ser o sujeito que representa a força pela violência, impondo medo. Em outro caminho, o sexo feminino é representado pela pessoa meiga e carinhosa que não pratica alguma forma de violência. Essa percepção da exclusividade da violência pelo sexo masculino gera a invisibilidade das transformações dos papéis desempenhados pelas mulheres que praticam violência em todas as formas existentes e, devido a esse estereótipo masculino imposto, não permite a ampliação do olhar para a mulher vinculada à violência.

Trabalhar com a discussão de gênero traz a possibilidade de retirar do sujeito toda a identidade imposta e roteirizada, pois permite olhar para o sujeito independentemente do sexo e reconhecer que ele permanece em processo constante de mudança, um sujeito múltiplo. Conforme Abramovay et al (2010), o masculino e o feminino possuem identidades múltiplas que interagem com o contexto social. Para os autores, a mulher que perpetua a violência não retira de si as normas do ser feminino para se tornar masculino, mas reinventa nova interpretação para determinada esfera do comportamento tradicional feminino, buscando como os homens, uma nova expressão identitária, reconhecimento e visibilidade.

De acordo com Pimentel (2008), existe grande invisibilidade da mulher nos estudos acadêmicos para investigar seu papel na criminalidade. A autora reforça a necessidade de compreender a mulher para além do elo afetivo com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e começar a enxergá-la como participante das práticas criminais.

Barcinski (2012) afirma que, nos últimos anos, houve um aumento expressivo de mulheres na criminalidade, porém, mesmo diante desse cenário, existem poucas pesquisas no Brasil direcionadas ao protagonismo feminino na criminalidade. A autora discute sobre o reconhecimento da mulher na sociedade brasileira como a pessoa que sofre a violência, e que existe pouco aprofundamento teórico sobre o papel desempenhado pela mulher como a pessoa que comete a violência contra o outro. A maioria dos estudos referentes ao tema da criminalidade aponta para a centralidade do poder masculino, sendo as mulheres apenas aquelas que possuem relacionamento amoroso com homens envolvidos diretamente com a criminalidade. Dessa forma, a relação da criminalidade feminina está diretamente entrelaçada à subordinação ao masculino.

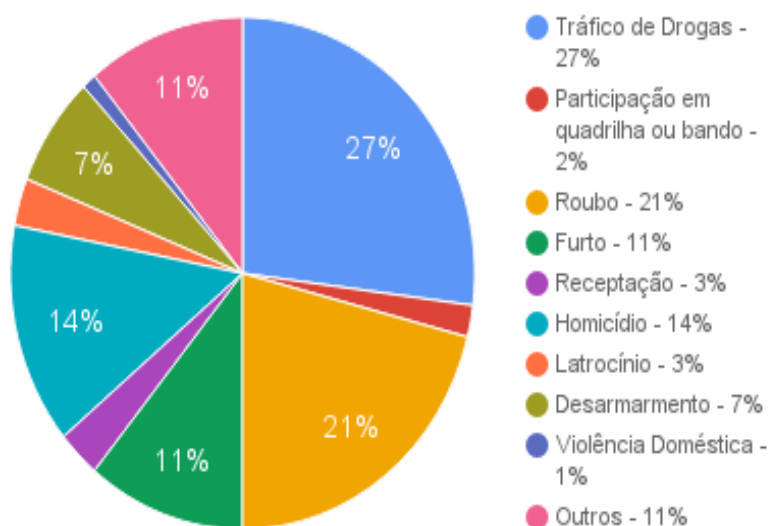
A invisibilidade das mulheres que atuam no tráfico de drogas fortalece o posicionamento tradicional de estudos e pesquisas que reproduzem a discussão direcionada ao homem como protagonista da criminalidade e do tráfico de drogas. Para Carvalhaes e Tonelli (2011), essa ausência da problemática da mulher de modo geral na sociedade pode ser resultado de um olhar viciante para os papéis firmemente estabelecidos historicamente e culturalmente para os homens e mulheres. De acordo com os dados apresentados no Mapa do Encarceramento (BRASIL, 2014), a população prisional em todo o território brasileiro é predominantemente masculina, contudo, entre os anos de 2005 e 2012, teve um aumento de 67% da população feminina no sistema prisional em comparação aos 39% da população masculina. A população encarcerada na sua totalidade abrange os jovens entre a faixa etária

de 18 a 29 anos e tem como principal causa de suas prisões o envolvimento com o tráfico de drogas.

O número de mulheres presas no Brasil devido ao envolvimento com o tráfico de drogas tem aumentado em maior porcentagem que em relação aos homens. O documento Mulheres Presas (2011) apresenta esses dados da elevação do encarceramento feminino entre os anos de 2008 e 2010, em que as mulheres presas totalizam o número de quase 35.000. No documento oficial, são apresentados dados sobre o perfil delas, sendo que 40% têm ensino fundamental incompleto, 60% estão presas pela acusação do tráfico de drogas e, com relação à faixa etária, 26% têm entre 18 e 24 anos e 23% entre 25 e 29 anos de idade, o que compreende a faixa etária de 18 a 29 anos estabelecida no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) para os jovens.

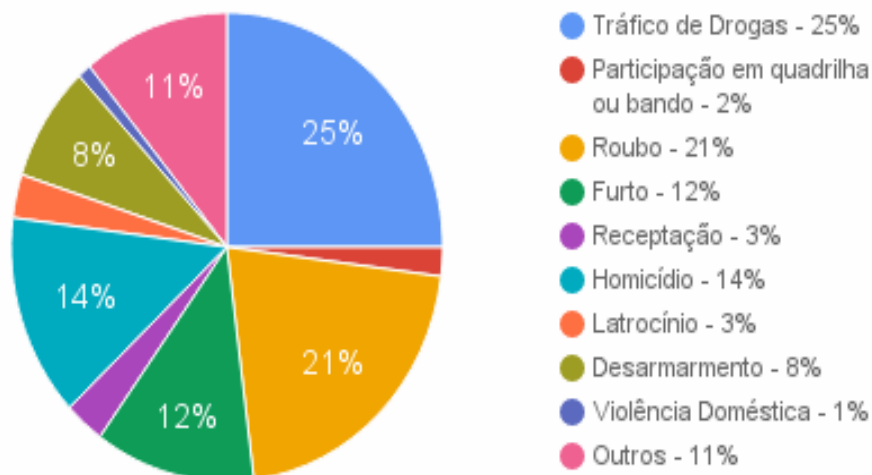
Na atualidade, não é possível desconsiderar que as mulheres estão envolvidas com a criminalidade, especificamente com o tráfico de drogas, pois desmascara uma realidade que, para muitos, não existe ou simplesmente é ignorada. Os dados do sistema prisional possibilitam tornar essa situação palpável conforme os dados seguintes:

Figura 1 – Distribuição de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade



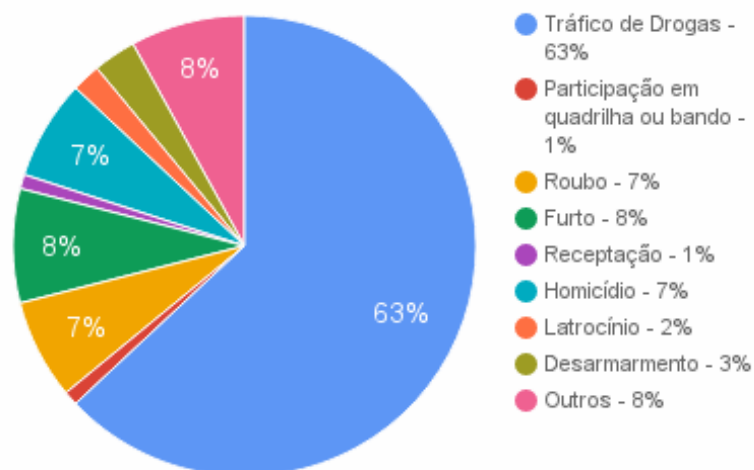
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen, junho de 2014.

Figura 2 – Distribuição por gênero de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade – Homem



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen, junho de 2014.

Figura 3 – Distribuição por gênero de crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade – Mulher



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Infopen, junho de 2014.

Os dados apresentados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN, realizado no Brasil (exceto Rio de Janeiro, Tocantins, Distrito Federal e São

Paulo, pois não enviaram os dados da forma correta ou não forneceram os dados), referente às pessoas privadas de liberdade, que foram condenadas ou aguardam julgamento, totalizam 188.866 pessoas. Os dados apontam que, nesse cenário, o crime de tráfico de drogas possui maior porcentagem em ambos os sexos, porém possui uma grande discrepância no sexo feminino, o qual corresponde a 63% das prisões em comparação aos homens, que remetem a 25% e possuem uma distribuição próxima em outros crimes. É fundamental começar a ampliar o olhar sobre a mulher na criminalidade e levar a discussão para os espaços acadêmicos e de formulação de intervenções públicas.

Zaluar (1994), na pesquisa que realizou em uma comunidade da cidade do Rio de Janeiro, mostra que, na década de 90, as mulheres que atuavam na criminalidade ocupavam um lugar secundário, atuando principalmente com roubos e furtos sem o uso ou porte de armas. Nessa pesquisa, a autora encontrou três mulheres que eram envolvidas com a criminalidade e que possuíam algum tipo de destaque na comunidade.

Bill e Athayde (2007) afirmam que, na construção do livro “Falcão: meninos do tráfico”, na busca por garotos para entrevistar, deparavam-se com algumas jovens no caminho e que, durante algum tempo, elas eram ignoradas e não se sabia como lidar com essa presença, mas começaram a ser afetados pela dificuldade de enxergar essas mulheres no tráfico de drogas e perceberam a importância de revelar essa realidade escondida nos becos das comunidades em todo o Brasil. Os autores relatam histórias de diversas mulheres de diferentes idades, valores e projetos de vida que, de alguma maneira, passaram a integrar a indústria do tráfico de drogas. Os relatos trazem à tona as histórias dessas mulheres e apresentam para o Brasil uma nova realidade que envolve o tráfico de drogas que, durante muitos anos, foi invisível e ignorada.

Em cada capítulo, Bill e Athayde (2007) relatam a história de uma mulher que faz ou fez, de alguma forma, parte do tráfico de drogas brasileiro. Os autores descrevem as trajetórias dessas mulheres sem linguagem acadêmica e dotado de pura realidade e as questões que perpassam o cotidiano delas, tais como zelo com os filhos, relações de trabalho na organização, convivência com a comunidade e cuidado com as parcerias. São histórias variadas sobre as motivações de entrada e permanência na atividade do tráfico, que perpassam pela parceria amorosa, *status* social, dificuldade financeira e facilidade de inserção.

Entre os diversos fatores que culminam para a inserção das mulheres no tráfico de drogas, a parceria amorosa possibilita vivenciar a realidade do tráfico e, aos poucos, ter uma atuação efetiva. Barcinski (2009) relata histórias de vidas de cinco mulheres que tiveram longas trajetórias no tráfico de drogas, tendo como motivadores principais para inserção e

permanência na atividade em questão o *status* e o poder adquiridos por ser uma mulher traficante, o retorno financeiro e o auxílio aos companheiros ou familiares que são envolvidos e estavam presos.

A autora aponta sobre a grande valorização, respeito e medo que essas mulheres geravam nas outras pessoas independentemente do sexo, sendo a entrada no tráfico o caminho para o reconhecimento, pois as mulheres inseridas no tráfico de drogas circulavam na comunidade e nos eventos culturais com armas na mão, fator que gerava um grande sentimento de poder e controle perante as outras mulheres, pois estas ficavam observando suas ações e comportamento.

Barcinski (2009) também apresenta a análise dos dados de oito entrevistas realizadas com mulheres que tiveram história de envolvimento com o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. A autora relata que as mulheres justificaram para a inserção no tráfico de drogas a dificuldade de entrada no trabalho formal e a necessidade de sustentar seus filhos e familiares.

As mulheres que atuam no tráfico de drogas independentemente do tempo e da competência possuem cargos inferiores aos dos homens. Barcinski (2009) relata que as entrevistadas atuaram bastante tempo no tráfico de drogas, porém, somente uma ocupou função considerada importante na estrutura organizacional de tarefas do tráfico, sendo “gerente da boca de fumo”. A maioria das mulheres envolvidas ocupa funções como “vapor” ou “mulas”, tarefas secundárias e menos lucrativas.

A mulher que se insere no tráfico de drogas consegue alguma posição de poder, porém ainda convive com a estrutura de submissão e inferioridade em relação aos homens. Toda a opressão dos homens presente em diversas áreas de trabalho legal na sociedade é reproduzida no submundo do tráfico de drogas em relação às mulheres. Silva (2015) aponta para o tráfico de drogas como estratégia de sobrevivência financeira diante da precarização do mundo do trabalho legal, porém como reprodução das profundas desigualdades existentes marcadas por relações de poder, exploração e violência.

Segundo Sena (2014), diversos fatores permeiam a entrada das mulheres na atividade, desde a falta de recursos financeiros, dificuldade de entrada no mercado formal de trabalho, filho para sustentar e a inserção, na maioria dos casos, é realizada por pessoas conhecidas de um círculo de confiança por meio de familiares, amigos e companheiros. Os cargos ocupados pelas mulheres variam na mesma proporção que ocorre com os homens, mas a autora aponta que constatou que o deslocamento referente à posição é superior entre as mulheres, pois muitas conseguiam crescer dentro da hierarquia do tráfico de drogas.

Algumas mulheres têm conseguido romper com a inferioridade no âmbito do tráfico de drogas e ocupar funções de liderança, porém são processos que necessitam de determinadas mudanças no comportamento e na postura dessas mulheres. Sena (2014) aborda sobre a trajetória de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, algumas conseguem romper com a ideia central do protagonismo masculino e alcançam posição de liderança e prestígio como “dona da boca”, retiram do homem o protagonismo no tráfico a partir de posturas e trabalho que foram reconhecidas pela organização como um todo e a conquista do cargo principal pode ocorrer em relação ao reconhecimento.

Sena (2014) aborda, inclusive, o papel do homem na inserção da mulher no tráfico de drogas em vários vieses, pois, em muitos casos, o relacionamento amoroso com um indivíduo envolvido diretamente leva à iniciação das mulheres com pequenas atividades e, em um processo de confiança, elas são implicadas e cedem na tentativa de conquistarem o companheiro. Outro ponto é que o enlace com um parceiro permitiu para mulheres que estavam envolvidas terem maior segurança, pois, ao trabalharem sozinhas em pontos de venda ou em suas residências, vivenciavam diversas situações de perigo e, ao assumirem um relacionamento, havia automaticamente maior respeito e segurança perante os clientes do sexo oposto. A autora finaliza com outro ponto importante, afirmando que o envolvimento proporcionou sair de um lugar de violência familiar, visto que, muitas mulheres sofriam violência física, sexual ou psicológica no âmbito familiar e a relação proporcionava o fim dos abusos.

A maioria dos estudos aborda algumas características essenciais para as mulheres que se inserem no tráfico de drogas: ser “confiável e fiel”. A mulher confiável é aquela que realiza sua função corretamente e, quando recebe outras atividades para realizar, realiza com exatidão. Um ponto que a torna de total confiança da organização é quando ela vai presa e não entrega algum membro. A mulher fiel possui envolvimento com o traficante, sendo esposa, mãe, namorada, familiar ou amante, umas realizam algumas atividades como atravessar armas e drogas de um território para o outro, mas a grande maioria não efetua atividades para a organização, sendo as responsáveis por amenizar as batidas e as prisões do seu companheiro. Quando esses eventos ocorrem, ela é a responsável por realizar as visitas e o envio dos bens de consumo permanentemente no presídio.

Esses estudos apontam sobre a diversidade da realidade das mulheres que escolhem entrar para o tráfico de drogas. Em muitos relatos, as mulheres, mesmo atuando no tráfico de drogas e adquirindo todos os benefícios com esse trabalho, permanecem invisíveis perante a presença masculina, mas, em outros casos, as mulheres conseguem, a partir de méritos,

alcançar o maior nível hierárquico nesse meio. É importante salientar que, na maioria dos estudos, as mulheres que alcançam patamar de liderança possuem um perfil padrão de comportamento visto como de pertencimento do homem, pois rompe com características que a sociedade define como exclusivamente femininas, tais como docilidade, afetividade, paciência e compaixão, tomando a brutalidade e a imparcialidade como formas de comportamento. A relação com outras mulheres que interagem com a realidade do tráfico de drogas em níveis inferiores é apontada com mais brutalidade ou total invisibilidade, pois as mulheres que assumem o poder reproduzem a visão machista da sociedade.

Independentemente da função exercida pela juventude feminina no tráfico de drogas, a pesquisa visa conseguir, a partir de estudo e realização de prática de campo, uma leitura mais ampla e direcionada aos motivadores que levam à escolha delas, pois acredito que, tendo um novo olhar, é possível conseguir prevenir a ampliação das mulheres envolvidas e possivelmente encarceradas.

3 JUVENTUDE

3.1 A história da juventude

Neste tópico, é apresentado o tema juventude. Primeiramente, discorro acerca da história do jovem na sociedade e, posteriormente, analiso como o tema juventude é abordado atualmente e como ocorre sua construção para análise. Por fim, apresento uma abordagem referente à juventude feminina.

Levi e Schmitt (1996) relatam a história dos jovens desde o Período Medieval, que ocorreu entre o século V e século XV. Segundo os autores, não existia a nomenclatura juventude, mas a sociedade era dividida em grupos de acordo com a faixa etária, sendo os seguintes termos mais presentes: crianças, adultos e velhos. No entanto, esse reconhecimento não atingia todos os indivíduos da sociedade, pois muitos não eram reconhecidos como sujeitos. Essa afirmativa foi constatada pelos autores a partir de estudos realizados em registros, gravuras e retratos.

[...] a imagem opera sua própria seleção. Alguns jovens ou grupos de jovens jamais apareceram nela; outros raramente. Entre eles, os jovens do mundo rural, que, como a classe camponesa em seu conjunto figura entre os grandes excluídos da iconografia medieval. É verdade que não estão totalmente ausentes - nós os encontramos nos calendários, nas cenas que associam os meses as atividades agrícolas -, mas comparados aos jovens da nobreza, formam um corpus bastante pequeno (ainda que os pastores e pastoras se façam mais numerosos no final da Idade Média). (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 248).

Nessa citação, é possível perceber que a invisibilidade de determinados grupos de jovens ocorre ao longo período na história da sociedade, anteriormente à consolidação do sistema capitalista, pois as divisões dentro da sociedade sempre existiram e determinados grupos sempre foram invisíveis.

Segundo Levi e Schmitt (1996), durante esse período, não houve o reconhecimento das características entre o período que consideravam o sujeito como criança, pois ocorrem grandes modificações físicas e psicológicas no indivíduo. Em contrapartida, os autores abordam que o fim dessa fase era delimitado, a partir do casamento, da aquisição da casa própria e da independência em relação aos pais. Tornava-se, então, adulto, porém os autores enfatizam, conforme apontado anteriormente, que, quanto mais inferior a classe social, maior

a frequência de os filhos não conseguirem realizar todos os procedimentos para a mudança efetiva de fase, pois não possuíam condições financeiras.

No período da Idade Moderna, que aconteceu entre os séculos XV e XVIII, período de grandes transformações na sociedade, com as expansões marítimas, que ocasionaram as descobertas de novas terras, o Renascimento contestava os valores feudais, firmando novos valores, e a Reforma Protestante coloca em xeque a estrutura da igreja e implanta novas ideias. Como resultado de todos esses acontecimentos, a organização da sociedade na política, economia, cultura e no modo de viver sofre grandes modificações, o que impacta na relação do sujeito com o seu modo de viver.

De acordo com Levi e Schmitt (1996), na Idade Moderna, o indivíduo do sexo masculino que transitava entre a fase de ser criança e tornar adulto era visto pela sociedade como problemas para todos, pois perambulava pelas ruas à noite, embebedava-se, arruma brigas ou confusão e, independentemente da classe social, gerava grandes desconfortos para o restante dos cidadãos, mas os autores reforçam que esse indivíduo possuía o direito de interação no âmbito social público. Conquanto, as mulheres da mesma faixa etária não desfrutavam dessa liberdade e das formas de socialização. Os autores apontaram alguns relatos sobre a proibição de circulação das jovens virgens pelas ruas, principalmente à noite, uma vez que as elas eram destinadas ao espaço doméstico e familiar.

Essa tensão entre a cultura juvenil e o mundo adulto permeou durante anos, conforme Levi e Schmitt (1996), pois o indivíduo não conseguia controlar e ter autoridade perante aquele grupo. Os jovens se reuniam à noite para realizar algumas formas de romper as regras impostas de comportamento, tais como gritar pelas ruas, destruir os bondes, saquear alguns comércios, vandalizar espaços públicos e privados, de maneira que as autoridades criaram decretos que puniam essas ações, mas isso não gerava o encerramento das atividades.

Nesse período os jovens eram as imagens da coragem, desobediência, violência, força física e habilidades são fundamentais para o reconhecimento no mundo adulto para os jovens do sexo masculino. A cultura dos grupos de rapazes solteiros era sem dúvida caracterizada ao máximo pela tendência às atividades violentas. (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 303).

Importante frisar que essas manifestações eram realizadas ou seus registros somente apontavam como ação exclusiva dos homens, mas questiono se essa ausência realmente aconteceu ou se a mulher foi excluída dos documentos.

A imagem desse grupo etário sofre grandes modificações. No século XIX, os jovens tinham grande interesse em participar da guerra, pois o ingresso gerava a entrada para o mundo adulto, uma vez que a instância militar permite ao indivíduo, independentemente da idade, poder usufruir da sua emancipação econômica, afetiva, sexual e responsabilidade. De acordo com Levi e Schmitt (1996), com os conflitos e a necessidade de militar, o jovem era a imagem que eles desejam e, no decorrer dos anos, tornou-se contra o trabalho precoce e começou a valorizar a educação. Para as instâncias militares, o trabalho precoce pode gerar graves problemas, como acidentes que debilitam os jovens, baixa disposição e a falta de saúde devido a serviços que necessitava de muita força física, e a educação potencializa a criatividade e o desenvolvimento do jovem nos momentos de conflitos. Essa realidade estabelece, no fim do século XIX, a educação primária gratuita e obrigatória, porém, algumas famílias ainda permaneciam com o trabalho precoce para garantir o próprio sustento, tornando um direito para as crianças e jovens de famílias mais abastadas.

Nesse período, ser uma criança abarcava um longo período que transitava em ser uma fase anterior à maturidade e a responsabilidade do adulto. Somente começa a ocorrer a distinção entre essas fases da vida devido à obrigatoriedade da escola, que ocorre no século XIX, que delimita 14 anos como limite para mudança de ciclo, tornando-se um adulto, porém ocorria somente nas classes sociais mais elevadas, uma vez que os jovens oriundos das classes sociais mais pobres não frequentavam a escola, porque necessitavam trabalhar juntamente com seus responsáveis para ajudar no sustento da família. Desfrutar das vantagens de ser jovem era para poucos. A moratória, período que a sociedade disponibiliza para esse grupo etário para o desenvolvimento das ferramentas sociais, ocorria somente para determinado círculo da sociedade.

No período da industrialização, esse grupo ganha maior importância, pois fornecia uma mão de obra mais barata e com maior disposição. Nesse cenário, as mulheres também ganham destaque, visto que sua mão de obra era inferior à masculina no que tange ao pagamento.

O reconhecimento da categoria juventude ocorre no século XX, quando se inicia o desenvolvimento de estudos, conceitos, legislação e políticas públicas no decorrer do período em questão, ampliando o olhar e identificando como fruto das relações sócio-históricas e culturais nas sociedades contemporâneas. A legislação começa a reconhecer a infância e a juventude brasileira no início do século XX devido à grande influência europeia no cenário do pós-guerra que reconhecia a importância de implantar políticas sociais e econômicas a partir da égide da filantropia. No ano de 1927, foi criado o Código Mello Mattos / Código de

Menores, que trazia a pauta especial para a infância e juventude, porém, sem reconhecer os seus direitos.

O Código Mello Mattos tratava especificamente de criança abandonada e do jovem delinquente, que, durante muitos anos, era denominado como menor, sendo de cunho extremamente opressor. Conforme Cabrera (2010), o complicador desse Código remetia à vinculação direta entre pobreza, menor e delinquência, pois os vinculava diretamente como causa e consequência, que permitia ao Estado a retirada do convívio com a sociedade do menor que tivesse comportamento de vagabundagem pelas ruas ou simplesmente estar fora dos padrões dos jovens da elite.

A propósito, vale ressaltar que os avanços na legislação menorista passaram a ser especialmente notados a partir dos tratados internacionais sobre direitos humanos, especialmente em razão da discussão acerca de sua aplicabilidade aos menores. Após a Declaração de Genebra, datada de 1924, seguida pela Declaração dos Direitos do Homem, de 1928, observou-se a necessidade de discriminação da infância e da juventude em relação aos adultos, o que refletiu no ordenamento jurídico brasileiro e fomentou a criação dos Códigos de 1927 e de 1979. (CABRERA, 2010, p. 1).

No ano de 1979, foi outorgado o Código de Menores, que, em suma, não trouxe muitas modificações em relação ao código anterior, reproduzindo a visão negativa referente à criança, ao adolescente e ao jovem das classes sociais menos favorecidas economicamente, e com punições mais severas para os indivíduos desses grupos que não tivessem no enquadramento imposto. Importante salientar que, no momento da implantação do novo código, o Brasil vivenciava o período da Ditadura Militar, que representava um regime governamental autoritário e conservador.

De acordo com Cabrera (2010), diante do cenário no Brasil, no mesmo período de decreto do novo código, a sociedade brasileira apresentava diversas reivindicações contra o autoritarismo, que incluía o direito da criança, do adolescente e do jovem. Esse movimento permeou na década de 80 com vários debates acadêmicos em organizações de classe e setores empresariais. O principal resultado da movimentação social pela cidadania da juventude brasileira ocorreu na Convocação da Assembleia Constituinte e a consequente promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal vigente, portanto, representa o melhor regramento jurídico constitucional em matéria de infância e juventude no Brasil, dispensando à área a atenção e o status merecidos, em prol do progresso legislativo e social do país. De início, a Constituição Federal de 1988 apresenta a existência do direito de proteção

conferido às crianças e aos adolescentes, sem que dispense maior detalhamento. (CABRERA, 2010, p. 2).

Em âmbito internacional, discutia-se o reconhecimento da criança, do adolescente e do jovem como sujeitos de direitos, que culminou com a implantação de legislação direcionada a esses grupos. No Brasil, em 1990, ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como aponta Cabrera (2010):

Em 14 de julho de 1990, enfim, correspondendo ao engajamento dos diversos setores da sociedade brasileira, foi promulgada a Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, não só por ser a legislação que atualmente vige no país, mas também por representar a maior evolução legislativa no tratamento à menoridade, terá, nos mesmos moldes da Constituição Federal [...]. (CABRERA, 2010, p. 3).

No ano de 2013, é instituído o Estatuto da Juventude – Lei n. 12.852, que legitima os jovens como sujeitos de direitos, pois abarca um grupo etário que não tinha cobertura pelo ECA, que abrange a faixa etária de 12 até 18 anos e, em casos excepcionais, até os 21 anos. No Estatuto da Juventude, em seu parágrafo primeiro, é afirmado que: “Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013).

A história da legislação brasileira que abarca a juventude é carregada de conservadorismo e preconceito, pois essa categoria não tinha reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, mas sim como indivíduos enquadrados em normas e regras de conduta e, quando não correspondiam com as expectativas, eram simplesmente retirados do convívio social. Alguns avanços ocorreram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com as legislações que ocorreram posteriormente, o que possibilitou o reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. A grande questão permeia a concretude da legislação, pois, em muitos locais, não ocorre a efetividade da legislação, uma vez que os direitos e os deveres dos jovens não saem do papel, e eles continuam invisíveis na sociedade.

3.2 A juventude na contemporaneidade

Ao pensar em construir um conceito referente ao termo “juventude”, deparo-me com diversos autores que apontam sobre a dificuldade de uma definição exata, pois a categoria inclui uma grande variedade e diversidade de sujeitos e uma determinada classificação não alcançaria a totalidade da juventude.

Na atualidade, perpetuar a juventude é um desejo da maioria dos indivíduos que ultrapassam a faixa etária e começam a apresentar aspectos físicos de ruptura com esse período, que repercutem na grande indústria de cirurgias plásticas, produtos e vestuário como estratégia para apresentar-se mais próximo da juventude, conforme aponta Kehl (2004):

A juventude é estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado em que todos querem se incluir. Parece humilhante deixar de ser jovem e ingressar naquele período da vida em que os mais complacentes nos olham com piedade e simpatia e, para não utilizar a palavra ofensiva - velhice -, preferem o eufemismo “terceira idade”. (KEHL, 2004, p. 44).

A autora relata que o reconhecimento da categoria juventude é um fato recente, pois, no início do século XX, o reconhecimento como adulto era o desejo de todos os indivíduos, e a sociedade valorizava as pessoas que se comportavam e vestiam como adultos. Nesse período, o jovem era o sujeito sem lugar, imaturo e irresponsável, que começa a ocupar seu espaço na sociedade como o indivíduo que rompe com as tradições e comportamentos, que pode mudar a sociedade.

Para León (2009), a juventude é uma categoria que teve o seu desenvolvimento teórico, conceitualização e políticas públicas nas últimas décadas, ampliando o olhar e o reconhecimento da diversidade existente na categoria ao conceber diferentes “jovens” como frutos das relações sócio-históricas e culturais nas sociedades contemporâneas. Assim, o conceito de juventude corresponde a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que, a partir das diferentes épocas, processos históricos e sociais, foi sendo modificado.

Questiono como pensar na juventude de forma universal. É difícil encontrar um formato global para definição dessa categoria, pois a idade que define as etapas da vida não é universal, e cada sociedade vivencia os momentos da vida e cria mecanismos de comportamento. Segundo Debert (2000), a idade é instrumento para periodizar as etapas da vida, sendo uma construção histórica e social. As categorias surgem por influência da modernidade, que necessita padronizar o processo organizacional de toda a sociedade, em que cada categoria possui um papel a desempenhar.

Conforme Debert (2000), as mudanças estruturais que ocorrem na sociedade com a modernidade impactaram diretamente na relação do indivíduo com seu papel na sociedade, diversas mudanças ocorreram e, também, novos infortúnios. Diante desse cenário, surgem as categorias para delimitar determinado problema e construir as novas intervenções para regulamentar e atender às demandas dos indivíduos.

Existem várias tentativas de se definir o conceito de juventude, embora nem todas as sociedades concordem com a existência desse período da vida. Cada cultura possui uma forma distinta de demarcar esse momento da vida, baseando-se em diversos fatores que vão de acordo com suas crenças, estilos de vida, etc. Nas sociedades ocidentais, a juventude, um período efetivo da vida, com características próprias e demarcadas, é algo tomado como certo.

Conforme Léon (2009), a juventude é um tema muitas vezes difícil de ser explicitado, encarada como um período de transição dotado de dilemas e problemáticas, ora visto como uma das melhores fases da vida humana, ela é sem dúvida um período ou um momento muito importante, em que o se tornar adulto parece algo inevitável.

Dayrell (2003) discorre sobre a importância de compreender a diversidade existente na juventude e reforça a impossibilidade de uma definição que compreende toda a complexidade desse grupo, pois cada sujeito vivencia um modo de ser jovem. Por isso, muitos autores utilizam o termo “juventudes”. O reconhecimento da juventude como categoria permite iniciar um processo de novas discussões sobre a diversidade, a qual não pode simplesmente ser vista como unitarista, mesmo tendo como principal norteador a faixa etária definida, pois é um período vivenciado de formas diferenciadas pelos indivíduos, como resultante da construção social e da subjetividade.

Para o autor, jovens da mesma faixa etária vivenciam realidades de vida desiguais devido às disparidades de origem, condição social e acessos diferenciados à educação, ao lazer e ao mercado de trabalho, meios materiais e simbólicos. Diante dessas desigualdades, é fundamental reconhecer as diversas juventudes e a sua individualidade.

Outro ponto importante apresentado por Dayrell (2003) remete à juventude ser considerada um período de vir a ser um adulto, sendo um momento de transitoriedade da infância para a vida adulta, fator que gera invisibilidade dessa categoria enquanto sujeito social. Dayrell (2003) também aponta para a necessidade de romper com esse paradigma e legitimar a juventude portadora de sujeitos capazes de terem seu posicionamento perante a vida em geral e ter suas percepções do mundo.

Uma categoria nasce como resultado da percepção pela sociedade para determinado segmento com características similares em diversos aspectos. Segundo Pais (2003), os jovens sempre existiram na sociedade, porém somente começam a ser reconhecidos e estabelecidos como pertencentes a uma fase da vida quando começam a incomodar a sociedade, pois começam a se organizar como grupo identificado por comportamentos distintos dos padrões socialmente estabelecidos.

Para o autor, o tema juventude se constrói de diversas formas. Nessa perspectiva, são apresentadas as correntes geracional e classista, principais correntes teóricas que norteiam os estudos sociológicos sobre juventude. A corrente geracional se baseia na categoria juventude como uma fase da vida, de enfoque unitário e homogêneo. Em contrapartida, na corrente classista, a juventude é reconhecida como um conjunto social diversificado, em que os jovens vivenciam diferentes situações sociais.

Pais (2003) afirma que a juventude está diretamente vinculada como problema social com questões que interferem na sociedade, estando presente nas realidades material e social, pois está vinculada à instabilidade e não ao enquadramento das responsabilidades impostas para o adulto. O autor apresenta a juventude como um problema social:

[...] eles são os problemas de inserção profissional, os problemas da falta de participação social, os problemas de drogas, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente reconhecidos como específicos dos jovens. Mas sentirão os jovens estes problemas como seus problemas? (PAIS, 2003, p. 34).

Conforme citado anteriormente, para Pais (2003), entre os problemas que atingem diretamente a juventude, o principal remete à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que traz diversos empasses de ordens econômica, social e familiar. Mesmo os jovens obtendo mais acesso à escolarização, esse fator não garante o acesso ao trabalho e, conseqüentemente, não há retorno financeiro.

Segundo Bordieu (1983), o desejo dos jovens de se tornarem adultos é um reflexo do reconhecimento perante a sociedade, pois está vinculado à aspiração da ascensão social e financeira, uma vez que os jovens desejam ter dinheiro para realizar suas vontades de consumo.

Diversos estudiosos, como Dayrell (2003), Feffermann (2006), Kelh (2004) e Pais (2003), discutem a preocupação acerca da relação do jovem em meio à sociedade de consumo, que os enxerga como uma mercadoria. As preocupações dos autores permeiam ao bombardeio de bens de consumo vinculados aos jovens e, diante da diversidade existente no modo de ser jovem, nem todos conseguem acessar seus desejos de consumo, e alguns jovens acabam inventando novas formas de obter o que tanto anseia, que impacta diretamente no seu cotidiano, inventando novas sociabilidades e perspectivas de futuro em meio a essa sociedade de consumo.

O jovem precisa saber conviver com o mercado de consumo, o qual, em grande rapidez, produz novas mercadorias que classificam e influenciam as relações sociais. Muitas vezes, nesse meio, o jovem pode se tornar um refém do consumo, característica fundamental de uma sociedade capitalista, que analisa os bens que cada indivíduo consome.

Percebe-se que a mídia e o consumo não escolhem um determinado tipo de jovem para seu consumo, ambos geram o desejo na maioria da juventude, independentemente da classe social. Conforme Kelh (2004), todos os grupos de jovens se identificam com a mídia e os produtos de consumo, porém, nem todos conseguem o acesso aos desejos e tal situação pode ocasionar o aumento da violência e da criminalidade.

Feffermann (2006) aponta que o consumismo atinge diretamente os jovens devido ao momento de busca de pertencimento em um grupo, e um dos fatores que diferenciam os membros de cada grupo é o modo de vida. É, então, necessário o consumo de determinada roupa, estilo musical, frequentar determinados lugares e consumir um tipo de bebida ou droga.

Para Erikson (1987), a juventude é representada por um período de crise, visto que busca encontrar sua identidade própria em conjunto com o outro. Dessa maneira, o jovem valoriza a inserção em um grupo, com seus iguais e, ao mesmo tempo, entra em conflito com os jovens que não são do grupo devido ao medo de perda da sua identidade.

A cultura de mercado se torna um novo papel imposto de imagens a serem integradas aos jovens, como de consumidor. Instala para essa categoria mais um conflito que, no entanto, não se faz equivalente pela maioria dos jovens brasileiros, já que o *status* de consumidor não pode ser estabelecido apenas pelo desejo, mas sim pelo seu poder de compra, que não é igualitário para todos.

Nesta pesquisa, o instrumento para conceituar juventude se baseia na faixa etária. Assim, ao pensar na definição, corroboro com a discussão da juventude como uma construção social, ou seja, a categoria não pode ser estabelecida isoladamente, mas como resultado de suas diversas relações e contextos sociais. Nesse sentido, pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça/etnia, classe social, moradia, pertencimento religioso e o principal: não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade.

3.3 A juventude feminina

De acordo com Levi e Schmitt (1996), entre os séculos V e XIX, existiu uma invisibilidade da mulher na sociedade no que tange ao registro da sua participação na história da humanidade. Os dados coletados pelos autores descrevem que as jovens nesses séculos não possuem um lugar social de destaque. Eles relatam que, no início dos estudos, basearam-se nos registros fotográficos para compreender os papéis desenvolvidos por cada grupo na sociedade, e que as mulheres na fase da vida que, atualmente, denominados como juventude eram totalmente invisíveis, uma vez que, nos quadros, eram registrados sem detalhes da fisionomia, os cabelos longos a esconder as jovens e sempre em um nível de inferioridade em relação aos homens da família.

De acordo com os autores, no decorrer dos séculos, a sociedade teve muitas mudanças na sua estrutura, mas que, para as jovens mulheres, não teve muito avanço. A realidade das jovens permeia o âmbito familiar e doméstico, tendo a circulação nos espaços públicos em ocasiões especiais e sempre em companhia de familiares. Contudo, essa realidade não atingia todas as camadas da sociedade, como descrito anteriormente, a população mais carente financeiramente possui outra realidade apagada dos registros históricos conforme apontado por Levi e Schmitt (1996).

Na atualidade, as mulheres conseguiram atingir lugares de destaque na sociedade por meio de grandes conquistas das predecessoras, as quais lutaram para garantir o direito de todas as mulheres, que saíram do espaço doméstico e alcançaram o espaço público. Com o resultado, elas conseguiram obter destaque no mercado de trabalho, inserindo-se em áreas profissionais anteriormente de cunho exclusivo dos homens.

Entretanto, com todas as conquistas das mulheres, ainda é importante reconhecer a desigualdade existente entre os gêneros em todas as esferas da sociedade, mesmo que esta pesquisa não possua o cunho teórico direcionado à discussão de gênero, mas propõe uma reflexão referente à juventude feminina e as diferenças que permeiam seu modo de vida. Essa desigualdade foi refletida na pesquisa pelo referencial teórico específico sobre juventude feminina, e o material encontrado foi reduzido, mesmo a temática juventude possuindo vários estudos, ainda são poucos os direcionados à juventude feminina.

Scott (1995) argumenta que o conceito de gênero foi criado para se opor a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente

social, um saber sobre as diferenças sexuais. Ocorre, então, uma relação entre o poder, no qual o gênero entrelaça as relações de poder, possibilitando dar sentido às relações.

Para a autora, gênero é o entendimento referente às diferenças sexuais. Ela fomenta que a discussão deve caminhar em direção às formas como são estabelecidas e como se constroem os sentidos e os significados para essas diferenças, dando sentido e, conseqüentemente, posicionando dentro de relações hierárquicas. Quando se evidencia que o feminino e o masculino são construções sociais fundamentadas nas relações de poder, a análise permite compreender e visibilizar as desigualdades sociais decorrentes da interação entre as mulheres e os homens.

Ser jovem é mais abrangente que possuir a mesma idade, mas sim estar inserido em um quadro mais amplo de códigos e símbolos, comportamento, modo de vestir e falar, além de estar atento às mudanças constantes que a sociedade contemporânea apresenta com variabilidade e velocidades crescentes. Estar inserido na categoria juventude, pertencer à mesma geração e à mesma classe social, não determina o mesmo modo de vida, uma vez que alguns autores apontam que existe uma grande diferença entre ser um jovem e uma jovem.

A diferença de sexo interfere diretamente no modo de ser jovem, visto que, mesmo vinculado biologicamente à categoria juventude, as vivências modificam a partir do sexo. De acordo com Margulis e Urresti (1998), a condição juvenil é diferente entre os sexos, porque existem limites biológicos que se impõem a um e outro de modo diferente, mas a diferença vai além das questões biológicas, uma vez que abrange também questões culturais, pois são mediadas por contexto, valores, etnia, religião, crenças, subjetividade e escolarização.

El género incide también en la condición de juventud: el cuerpo procesado por la sociedad y la cultura plantea temporalidades diferentes para hombres y mujeres. La biología determina tiempos y ritmos, que inciden en cada género en lo que atañe a su maduración, posibilidades, disposiciones y deseos, y ello es procesado por la cultura que interactúa con la biología y va condicionando los ámbitos y modalidades de acción y de expresión. (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 11).

A juventude feminina está condicionada ao desejo da maternidade, principalmente para as jovens de classes sociais com recursos financeiros mais baixos, devido à falta de acesso aos métodos contraceptivos que as outras classes sociais possuem mais acesso, visto que, ao iniciarem a vida sexual, a possibilidade de uma gravidez impacta diretamente no modo de vida, de modo que pode afetar no encerramento antecipado dos estudos e na inserção precoce no mercado de trabalho.

Chacham (2012) reforça a discussão ao apresentar uma pesquisa realizada em Belo Horizonte com jovens de camadas médias e jovens de camadas populares da zona Sul da cidade em questão. Na pesquisa, a autora afirma que, independentemente da camada que a jovem pertencia, já havia tido experiência sexual, porém, no que tange à gravidez, as jovens da camada popular possuíam um elevado índice de gravidez em comparação à outra camada, que tinha índices insignificantes de jovens nesse perfil. Para a autora, esse é um fator que impacta diretamente no modo de vida das jovens.

[...] a gravidez para essas jovens não é malvista, mesmo quando não planejada, porque dentro da trajetória, do contexto de vida delas, a gravidez aparece como uma alternativa possível entre a falta de possibilidades de escolarização mais longa e de acesso de maior qualidade ao mercado de trabalho. De qualquer maneira, a gravidez significa uma interrupção nos planos futuros dessas jovens, mesmo que tenham saído da escola. Os discursos das meninas que engravidaram, em geral, centram-se no que têm de fazer para cuidar do filho, enquanto no das jovens que não engravidaram há sempre a questão da possibilidade de melhor qualificação, de crescimento pessoal. Mesmo que a gravidez seja desejada, traz alguma consequência para a trajetória de vida dessas jovens. (CHACHAM, 2012, p. 102).

Conforme Margulis e Urresti (1998), o tempo é decorrido de forma diferente entre os homens e mulheres, o que torna a maternidade mais impactante do que outros fatores, uma vez que, além de atingir o corpo, atinge também a maneira de configurar a juventude, pois a jovem mulher acaba abrindo mãos de seus projetos. Os autores reforçam que outros fatores fortalecem essa diferença, tais como a liberdade de desfrutar da vida, sendo os jovens do sexo masculino mais livres para vivenciar esse momento em comparação às jovens, que possuem mais restrições. Outro ponto é o acesso dos jovens ao mercado de trabalho formal e informal, enquanto as jovens ficam a cargo do trabalho doméstico.

A classe social também impacta diretamente na diferença das formas de vivenciar a juventude entre os gêneros. Segundo Margulis e Urresti (1998), um jovem de classe média usufrui de um modo de ser jovem, diferente de uma jovem de classe média alta, de forma que ocorre um maior distanciamento em relação a uma jovem pertencente a uma classe social inferior.

Na pesquisa realizada por Chacham (2012), a classe social é um grande diferenciador entre as jovens da capital mineira, pois, conforme os dados obtidos, as jovens da camada popular reproduzem os papéis tradicionais de comportamento imposto pela sociedade, principalmente no que tange à relação com o sexo masculino. Em contrapartida, as jovens da camada média estão mais abertas a romper com as imposições da sociedade e ter os mesmos direitos dos homens. A autora aponta o acesso à educação como importante difusor entre as

jovens, visto que as jovens da camada popular, em sua maioria, não tinham finalizado o ensino médio, não estudavam e apenas uma pequena parcela estava na universidade, ao passo que as jovens da camada média, a maioria, já tinham concluído o ensino médio, estavam no ensino superior ou estudando para seu ingresso e não havia jovem que encerrou os estudos sem finalizar o ensino médio.

Bourdieu (1983) aborda que o modelo de sistema escolar é uma estratégia de reprodução social, no qual o sistema exclui da qualificação, quase que em uma seleção natural, os jovens das classes populares que encontram diversos entraves para continuar e finalizar os estudos.

Pais (2003) corrobora com a discussão referente às diferenças no modo de ser jovem. O autor aborda a corrente classista, que aponta sobre a importância de reconhecer a categoria juventude pautada pelas desigualdades sociais. Segundo o autor, mesmo com o aumento significativo das mulheres na educação e no mercado de trabalho, as jovens são as mais afetadas quando ocorre aumento do desemprego, tendo que ocupar o papel de esposa ou mãe.

Conforme citado anteriormente, diversos autores que abordam a temática juventude apontam a importância de reconhecer o termo “juventudes” diante da diversidade no modo de ser jovem. Após essa breve discussão sobre a juventude feminina, é evidente que a diversidade vai além do modo de viver, sendo essencial reconhecer as diferenças entre a juventude feminina e a masculina.

4 METODOLOGIA

O intuito desta pesquisa é a investigação dos processos que influenciaram a entrada das jovens mulheres no tráfico de drogas a partir dos sentidos e significados das jovens nessa vivência. Para o alcance do objetivo, o projeto se baseia na pesquisa de natureza qualitativa, pois visa apresentar as contradições, as ambiguidades e a originalidade que fundamenta o campo de percepção nas relações humanas, sendo a pesquisa um entrelaçamento entre a realidade pesquisada e a subjetividade do pesquisado.

Para Chizzotti (2010), a pesquisa qualitativa tem como princípio a relação entre o sujeito e o mundo, pois considera fundamental a compreensão do fenômeno vivenciado pelo sujeito e sua leitura dessa vivência. O autor aborda o papel fundamental do entrevistador na pesquisa qualitativa, que deve chegar ao campo em uma postura de distanciamento de seus preconceitos e princípios e aberto para as manifestações que contemplará para conseguir captar o sentido do fenômeno que será repassado pelo sujeito entrevistado. O entrevistado também possui grande relevância na pesquisa qualitativa, na qual é considerado como sujeito que edifica o conhecimento e constrói formas de romper com os problemas que identifica.

Segundo Capalbo (2008), a pesquisa qualitativa amplia o leque de pesquisa, pois abarca a diversidade existente nos fenômenos da sociedade e na subjetividade de cada sujeito na sua vivência. Outro aspecto que surge nesse campo de pesquisa remete ao vínculo necessário entre entrevistador e entrevistado, o que possibilita uma troca constante de conhecimento.

O método pressupõe um conjunto de processos ou operações que devem ser utilizados na investigação, sendo o caminho de raciocínio adotado no processo de conhecimento da realidade delimitada, oferecendo bases lógicas para uma nova intervenção. Segundo Fachin (2003), a metodologia direciona a escolha do campo ou espaço da pesquisa e os procedimentos e instrumentos da análise de dados. É uma trilha que orienta toda ação desenvolvida, observando os fundamentos da concepção filosófica, guiando, assim, os principais instrumentais técnicos.

Dessa forma, como o método de coleta de dados, foi escolhida a entrevista em profundidade, que é o método mais difundido e tido como um dos mais importantes para a pesquisa social. Conforme Chizzotti (2010), a entrevista em profundidade é um método de entrevista aberta que permite estudar determinado fenômeno a partir do relato de um sujeito ou grupo que vivenciou tal situação. Essa estratégia de coletas de dados tem como objetivo

examinar como o entrevistado vivencia determinado acontecimento a partir de um tema inicial para discussão. De acordo com o autor, esse método de coleta de dados permite colher dados menos controlados ou censurados e mais captados pelos sentimentos, pois aborda temas de cunho pessoal e de grande carga afetiva. Assim, as entrevistas em profundidade são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e as contradições não estejam claramente explicitados.

A pesquisa de campo foi realizada no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, que se localiza na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. A escolha pelo número de seis jovens mulheres entrevistadas deveu-se às possibilidades de executar com qualidade todos os processos necessários à finalização da dissertação, como a realização do trabalho de campo, as transcrições das entrevistas, a criação das categorias e a análise final. Além disso, esse número mostrou-se suficiente para se obter um material rico para a pesquisa.

O objetivo das entrevistas é investigar os processos que influenciaram a entrada das jovens mulheres no tráfico de drogas a partir da percepção de cada entrevistada sobre esse fenômeno em sua vida. Os encontros foram baseados em um roteiro flexível de entrevista, o qual aborda questões relativas à vida, à entrada no tráfico de drogas, às relações no espaço do tráfico de droga, à família, entre outras. As entrevistas foram gravadas em aparelho de MP3.

Após esse processo de coleta de dados, parti para o método de análise dos dados. Esse momento da pesquisa tem como intuito sistematizar os dados obtidos na fase anterior de coleta para torná-los coerentes e compreensíveis. Na pesquisa em questão, o método de análise utilizado será a análise do conteúdo.

A análise do conteúdo em uma pesquisa, conforme Bauer (2011), é o processo de análise que tem como objetivo compreender a essência estabelecida no tratamento de dados em diversas formas de registros, e possui o princípio de identificar o que é dito referente a um determinado tema. De acordo com o autor, a análise do conteúdo se baseia em duas dimensões: a sintática, que se estrutura na lógica quantitativa, a partir da investigação da frequência de termos, expressões, estilo e gramática presente no texto, e a dimensão semântica, que utiliza os procedimentos qualitativos, estruturando com os enlaços que surgem a partir das relações estabelecidas entre as palavras. A pesquisa em questão é fundamentada na dimensão semântica.

De acordo com Bauer (2011), o pesquisador que utilizar a análise do conteúdo poderá ter como perspectiva a posição do sujeito perante determinado tema, legitimada socialmente pela junção do social, da história e ideologia, que, em conjunto, produzirá sentidos.

A linguagem é considerada, na análise do conteúdo, uma representante das trocas nas relações sociais entre os indivíduos e dos sentidos compartilhados das vivências por cada sujeito, uma vez que pessoas diversas podem pronunciar o mesmo verbete, mas com interpretações diferentes. Cada sujeito manifesta seus sentimentos e experiências na sua fala, assim gerando um sentido único para a linguagem. Essa abordagem metodológica possibilita realizar uma ligação entre diversos fatos sociais, políticos, econômicos e sociais.

A escolha da utilização da análise do conteúdo permeia o interesse do pesquisador no que se refere a uma perspectiva que abrange um novo olhar para determinado assunto, rompendo com a repetição de um conhecimento ou realidade absoluta. Para Bauer (2011), a análise do conteúdo não tem como foco questões tradicionais, mas tem como posição epistemológica novas situações ou novas leituras das antigas questões, tendo sempre em vista que esse modelo de análise deve realizar uma operação descritiva, de forma a produzir significados.

Segundo o autor, para a efetivação da análise do conteúdo, diversos passos devem ser seguidos. A análise é iniciada pela entrevista, na qual a construção partirá da clareza dos objetivos e de perguntas elaboradas na entrevista em um ambiente favorável com o entrevistado. No segundo momento, ocorre a transcrição fidedigna, com todos os detalhes da gravação e também as percepções do entrevistador com os momentos de silêncio. O próximo passo constitui o espírito da leitura cética, que significa começar a analisar os dados transcritos com a suspensão de crenças, preconceitos e pressupostos estabelecidos, é ter um olhar limpo, descarregado e estar aberto para uma nova linguagem. A quarta fase remete à codificação que se baseia na leitura aprofundada das transcrições e, posteriormente, na criação de categorias que abranjam o objetivo da pesquisa. O último passo é analisar o conteúdo de todo o material das entrevistas codificadas e iniciar a procura por um padrão nos dados, que podem abordar as semelhanças e as diferenças no material coletado. A pesquisa em questão teve com norte de análise todos os passos aqui apresentados.

4.1 O campo de pesquisa

Ao escrever o projeto para a seleção do Mestrado, a proposta inicial era realizar a pesquisa nos locais de trabalho das jovens mulheres e, após diálogos com a orientadora e amadurecimento pessoal com relação à pesquisa e às nuances do campo, percebi que seria inviável. Posteriormente, iniciei a procura para um novo local para a pesquisa, tais como no sistema prisional, nas medidas socioeducativas, em especial a internação, e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp. A internação foi descartada após diversas conversas com pessoas que atuam no local e apontaram a dificuldade que seria o alcance do público, pois, segundo as informações, não chegavam aos estabelecimentos jovens acauteladas devido ao tráfico de drogas.

Em relação ao Presp, foi realizado contato com a Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade – CPEC em setor específico, a Assessoria de Gestão das Informações, com o intuito de estabelecer parceria para a efetivação do campo com egressas do sistema prisional pelo envolvimento com o tráfico de drogas. O setor de Assessoria de Gestão das Informações solicitou uma listagem de documentos, os quais foram enviados pela pesquisadora e, posteriormente, a pesquisa foi liberada. Foi iniciado um diálogo com a gerente do Presp, que foi bastante atenciosa e acessível, e solicitou para as equipes técnicas o levantamento do público atendido. Com o retorno, foi detectado que o programa não atendia ao público-alvo da pesquisa.

Anteriormente ao contato com a Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade, foi realizado contato na Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS. Foi um processo desgastante que durou três meses até o contato com a Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial da SEDS, local onde consegui dialogar e realizar todos os procedimentos para solicitação da pesquisa. Mesmo diante das burocracias existentes e do período longo para liberação da pesquisa, ela foi autorizada pela Secretaria de Estado de Defesa Social. Posteriormente, iniciei o diálogo com a direção do estabelecimento prisional, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, para apresentar a pesquisa e combinar todos os detalhes do campo.

A pesquisa em questão foi encaminhada para o Comitê de Ética da PUC Minas e teve sua aprovação sob o número CAAE 1.533.801.

Mesmo diante de todas as burocracias existentes em uma unidade prisional, o que acarretou um prazo longo de espera, no mês de julho de 2016, iniciei o trabalho de campo, que foi finalizado na primeira semana de outubro. No primeiro dia de campo, fui apresentada à psicóloga de referência para a pesquisa, que me acompanhou da entrada do presídio ao local das entrevistas. Em um segundo momento, conversamos sobre a pesquisa e ela informou que

as jovens indicadas foram selecionadas em uma reunião de equipe, após apresentação da minha pesquisa, de uma conversa com a equipe que indicou as detentas que atendiam ao perfil desejado para a investigação.

Após a finalização de apresentação e diálogo com a psicóloga de referência, iniciei a primeira entrevista, que ocorria sem problemas até os quatro minutos, quando houve batidas na porta e, ao atender, fui informada que teria que ser acompanhada pela psicóloga de referência, pois é uma regra da instituição. Essa presença de uma pessoa da instituição acarretou grandes problemas na entrevista, pois o sigilo foi um ponto importante para as entrevistadas. Com a presença da técnica da instituição, a entrevistada modificou seu relato e não foi questionada a mudança na narrativa, pois compreendi que a exposição da história da entrevistada poderia acarretar problemas perante a justiça. Essa situação causou mal-estar, e uma grande preocupação com a possibilidade de acontecer novamente. No fim da entrevista, foi possível conversar na instituição, apontar todos os entraves e as consequências negativas para a pesquisadora e a entrevistada.

As cinco entrevistas posteriores ocorreram sem a presença da psicóloga de referência, o que possibilitou a integridade da pesquisa, principalmente no que tange ao sigilo das informações, o ponto mais questionado pelas entrevistas e que aqui é fomentado com veemência.

Um ponto que possibilitou a fidelidade da pesquisa foi a autorização do uso do aparelho de MP3 para gravar as entrevistas, fator que não estava definido anteriormente à entrada no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto.

Importante frisar que os nomes das entrevistadas são fictícios, uma vez que é fundamental manter o sigilo de suas identidades. Os nomes utilizados foram indicados pelas próprias entrevistadas.

Conforme apontado anteriormente, foram realizadas seis entrevistas, com jovens em privação de liberdade devido o envolvimento com o tráfico de drogas. Posteriormente à coleta de dados foi realizada a transcrição fidedigna das entrevistas, seguida da organização das categorias e a análise dos dados. Abaixo o quadro com as categorias criadas a partir das entrevistas, que foram o suporte para a análise dos dados.

QUADRO 1 – Categorias

- Processos que influenciaram na entrada no tráfico de drogas.
- Motivações para permanecer no tráfico de drogas.
- Funções que ocupavam no tráfico de drogas.
- Percepção em relação ao tráfico de drogas.
- Possíveis modificações nas relações familiares após a entrada no tráfico de drogas e a prisão.
- Perspectiva em relação ao futuro.
- De que forma se reconhecem a partir da vivência no tráfico de drogas.
- Presença de outras mulheres no grupo.

Fonte: Elaborada pela autora.

4.2 O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto

No Brasil, a população carcerária feminina não acarretou muita preocupação, pois a participação de mulheres em atos ilegais se iniciou de forma tímida. Somente em 1937 foi criado o primeiro estabelecimento prisional feminino, o Reformatório de Mulheres em Porto Alegre. Posteriormente, veio o Presídio Feminino em São Paulo, em 1941, e a Penitenciária do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1942. De acordo com Freitas (2012), o Estado de Minas Gerais consta com os seguintes estabelecimentos penais femininos:

Centro de Remanejamento, Ceresp Centro-Sul (Belo Horizonte); Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Belo Horizonte); Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (Vespasiano); Presídio Feminino José Abranches Gonçalves (Ribeirão das Neves); Presídio de Caxambu (Sul de Minas) e Presídio de Rio Piracicaba (Central). (FREITAS, 2012, p. 136).

Várias discussões que abordam o encarceramento feminino apontam para o sofrimento e o abandono que cercam as mulheres, desde familiares, marido e do próprio Estado, pois, ao entrar em uma instituição total ou fechada, são necessários a entrega dos objetos pessoais e o uso do uniforme, o que retira a vaidade feminina e padroniza as detentas.

O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto foi fundado em 1948, tendo como público-alvo as mulheres condenadas à pena privativa de liberdade independentemente do

regime, fechado, aberto ou semiaberto. O complexo penitenciário se localiza na região Leste da cidade de Belo Horizonte.

Quando eu cheguei ao Complexo Penitenciário, sempre havia diversas pessoas do lado de fora esperando por alguma informação referente à alguma presidiária. A recepção, como em qualquer unidade prisional, era demorada, pois necessitava da confirmação da minha documentação e da autorização da SEDS e da instituição. Os agentes penitenciários responsáveis pela entrada sempre foram atenciosos e receptivos comigo, mesmo que minha presença trouxesse incômodo, uma vez que eles tinham que me acompanhar na entrada e na saída da instituição.

A realização do campo foi sempre carregada de muitas surpresas e angústia, situações que acontecem com a realização de uma pesquisa, uma vez que algumas jovens desistiram de participar da pesquisa e outras estarem de castigo na hora da realização da entrevista. Cada entrevista foi carregada de muitos sentimentos, pois o tema abordado trazia para as jovens participantes lembranças de aspectos de suas histórias, que, para algumas, eram segredos e, aos poucos, foram sendo revelados, o que causou diversos momentos de choro durante as entrevistas após o desligamento do aparelho de MP3.

4.3 As jovens da pesquisa: quem são elas?

No campo de pesquisa, entrevistei seis jovens, as quais foram selecionadas pela equipe técnica do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, tendo como referenciais a idade, entre 18 e 29 anos, e o motivo por estarem presas, o envolvimento com o tráfico de drogas.

Conforme apresentado no subcapítulo “O tráfico de drogas também é feminino”, o número de mulheres presas tem aumento consideravelmente nos últimos anos e em proporção maior que os homens. Sendo o tráfico de drogas o principal motivador das prisões femininas, a maior parte dessas mulheres é presa com idade entre 18 e 29 anos e possui baixa escolaridade.

Na tabela 1, são apresentados os dados das jovens que participaram da pesquisa a partir das informações colhidas durante as entrevistas. Entre as entrevistadas, quanto à idade, varia entre 20 e 26 anos, 50% possuem 20 anos, e as outras têm 22, 23 e 26 anos. O segundo quesito é correspondente à escolaridade, na qual 50% não possuem o ensino fundamental completo e 50% ingressaram no ensino médio, mas somente cursaram os anos iniciais. Com

relação à raça, 80% se declaram negras e 20%, pardas. No que tange ao estado civil, 70% das jovens são solteiras, 20% casadas e 10% divorciadas. Entre as entrevistadas, 80% possuem filhos ou filhas e 20% não possuem descendente. O perfil das jovens entrevistadas se entrelaça com a maioria das mulheres presas segundo o documento Mulheres Presas (2011).

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Raça	Estado civil	Filhos
Bela	23 anos	8ª série	Parda	Casada	2
Camila	22 anos	6ª série	Negra	Solteira	0
Novinha	20 anos	1º ano EM	Negra	Casada	1
Lili	20 anos	2º ano EM	Parda	Solteira	0
Nath	20 anos	1º ano EM	Negra	Solteira	1
Kaká	26 anos	8ª série	Negra	Divorciada	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Durante as entrevistas, um fator que chamou a atenção remete ao período de pena das jovens, pois, de acordo com a Lei n. 11.343, de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, no Art. 33, é apontado como pena para tráfico de drogas: “Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa” (BRASIL, 2006).

Tabela 2 – A relação entre as jovens entrevistadas e a prisão

Entrevistada	Pena	Situação prisional	Tempo da pena cumprida
Bela	Sem informação	1ª prisão	4 anos
Camila	6 anos e 8 meses	2ª prisão por tráfico de drogas	Sem informação
Novinha	14 anos	2ª prisão por tráfico de drogas	2 anos
Lili	19 anos	1ª prisão	2 anos
Nath	Sem informação	2ª prisão por tráfico de drogas	Sem informação
Kaká	20 anos	2ª prisão por tráfico de drogas	2 anos

Fonte: Elaborada pela autora.

Diante do exposto pelas jovens, suas penas são superiores ao determinado pela legislação vigente. Foi solicitado à SEDS informações sobre o processo das jovens para verificar elas respondiam por outros delitos, mas não consegui a liberação. Com as informações obtidas, é possível questionar se as punições dessas jovens possuem um caráter de dupla punição, ao serem condenadas pelo delito cometido e pelo fato de ser uma mulher realizando uma ação de caráter masculino, pois suas penas são muito elevadas.

Outro ponto que se destaca remete à elevada taxa de jovens reincidentes na prisão pelo delito do tráfico de drogas. No documento oficial, essa temática não é abordada, mas, entre as entrevistadas, 80% são reincidentes.

Apresento brevemente as histórias de vida das jovens. Bela é uma jovem que, aos 14 anos, sofreu abuso sexual pelo padrasto e, ao contar para sua mãe, foi expulsa de casa, indo morar nas ruas. Começa a usar drogas e fazer pequenos serviços para os traficantes do bairro que morava em troca de comida e moradia, até começar a namorar com um traficante. Bela tem dois filhos, uma menina de 6 anos e um menino de 4 anos, ambos criados pela família do marido.

A Camila, também com 14 anos, sofre abuso sexual do pai e sai de casa. Ao se tornar moradora de rua, começa a roubar, a se prostituir e a traficar como mecanismos de sobrevivência. Nessa trajetória a jovem perde o contato com sua família e cria fortes laços com os amigos e amigas que conheceu na rua. Camila está em sua segunda prisão devido o envolvimento com o tráfico de drogas.

Novinha foi criada por uma tia e tinha pouco convívio com sua mãe, pois sua tia não permitia devido ao fato de a mãe da jovem ter envolvimento com drogas. Com 15 anos, Novinha briga com sua tia, sai de casa e vai morar com sua mãe. Nesse período, conheceu seu marido e foi morar com ele, iniciando sua entrada no tráfico de drogas.

Lili, vítima de violência física por parte materna, tem uma infância regada de maus-tratos, que resultou no seu acolhimento institucional. Nesse período, seu pai estava preso. Após um ano na unidade de acolhimento, foi morar com sua avó paterna. Ao menstruar, começou a sofrer abusos sexuais do seu pai e, para acabar com seu sofrimento, iniciou um namoro com um traficante, o que resultou na expulsão da casa da avó pelo seu pai. Ela, então, foi residir com a mãe e, em seguida, estava atuando no tráfico de drogas com sua família. A jovem não se identificou com a dinâmica e regras da organização e optou por sair, começou a trabalhar em uma padaria e retornou a atuar no tráfico de drogas vendendo droga para os clientes da padaria.

Nath cresceu em um lar com um pai usuário de drogas, o que gerou, no decorrer de alguns anos, a separação dos pais e a entrada do seu padrasto na família, o qual abusou sexualmente dela. Nesse contexto, ela saiu de casa, indo morar com o ex-namorado, que era envolvido com o tráfico de drogas e ela, aos poucos, foi sendo inserida na atividade. Nath está em sua segunda prisão devido o envolvimento com o tráfico de drogas e possui uma filha de 5 anos que reside com sua família.

Para finalizar, Kaká, jovem que viu sua vida desmoronar ao descobrir que seu marido era infiel, na revolta, decidiu tornar-se outra pessoa e iniciou com seu primo uma organização de tráfico de drogas. Nath está em sua segunda prisão devido o envolvimento com o tráfico de drogas e possui uma filha de 5 anos que reside com sua família.

5 VIVÊNCIAS NO TRÁFICO DE DROGAS

5.1 Histórias de vida das jovens mulheres

Desde que os homens alcançaram a capacidade de narrar e anotar fatos, esses registros fazem parte da sociedade e possibilitaram a compreensão da história da humanidade em todas as esferas. Contar e ouvir história faz parte de cada indivíduo, e essa narrativa, por assim dizer, deve ser reconhecida, visto que cada sujeito possui sua trajetória que necessita ser valorizada. Para a pesquisa em questão, conhecer a história de vida das entrevistadas foi fundamental, uma vez que possibilitou que elas pudessem falar por si próprias e elencar os processos que compuseram sua vida.

Os resultados aqui descritos objetivam propiciar a discussão acerca dos processos que influenciaram a entrada de jovens mulheres no tráfico de drogas. A partir dessa questão, iniciei todas as entrevistas com o seguinte ponto: “Gostaria que você contasse um pouco sobre sua história de vida, sua infância, sua adolescência”. A escolha dessa introdução para as entrevistas foi em decorrência do reconhecimento da importância de saber a história de cada entrevistada e a realidade que elas vivenciaram e construir um olhar perante suas trajetórias.

A história de vida das entrevistadas e o objetivo geral da pesquisa se cruzam, e é necessário aprofundar na vida pessoal das participantes da pesquisa para apurar como elas vivenciaram a entrada no tráfico de drogas. A história de vida das jovens envolvidas diretamente com o tráfico de drogas, de alguma forma, proporcionou a escolha pelo ingresso nessa atividade. Seguem alguns relatos coletados durante as entrevistas. Ressalto que estão transcritos aqui os trechos de acordo com o que foi dito pelas entrevistadas, em linguagem oral e sem correções gramaticais.

Onde eu nasci eu fui criada até mais ou menos meus oito anos, que fui criada com meu pai era muito bom, meu pai por mais que era alcoólatra, ele tinha um carinho muito grande, aí ele e minha mãe separaram, aí minha mãe arrumou um padrasto. (Bela)

Minha infância, foi quando eu era pequena e eu já tinha envolvimento com as drogas porque meu pai é usuário de pedra, convivia com as drogas desde pequena, aí aquilo, fui ficando adolescente, quando virei adolescente comecei a usar droga. [...] Com o tempo meus pais separaram e minha mãe arrumou um namorado que virou meu padrasto rapidinho, eu não gostava muito dele. (Nath)

Ambas as jovens falam sobre a separação dos pais motivada pelo uso e abuso de álcool e *crack*, fator que culminou à entrada de um padrasto na vida delas. Ao pensar no sofrimento como um padecimento ou dor que a pessoa sente diante de determinada situação que a acomete, não existe uma receita como resposta, uma vez que cada indivíduo reage de forma consciente ou inconsciente à determinada situação a partir de sua subjetividade. Em diversos pontos, as histórias de vida se repetem. Das seis entrevistadas, quatro sofreram abuso sexual por um membro da família, sendo o pai ou o padrasto, significativamente entre 14 e 15 anos. O resultado foi a saída das jovens de casa.

[...] quando eu fiz treze quase completando quatorze ele tentou abusar de mim, [...] aí minha mãe não acreditou, eu contei pra ela e ela não acreditou, [...], minha mãe não acreditou falou que se eu quisesse era pra sair de casa que safada era eu, que ela tinha muito ciúme dele [...] terminou que eu saí de casa [...] eu tinha 14 anos. (Bela)

Minha infância não foi assim aquela infância, porque minha família não tinha muita condição, mas graças a Deus nunca faltou nada pra mim. Eu comecei a entrar vida louca mesmo como dizem, com 14 anos de idade, logo depois que aconteceu uma coisa errada na casa do meu pai ((entrevistada abaixa a cabeça e fecha o corpo)) e saí de casa. (Camila)

[...] meu padrasto, ele fez uma coisa comigo que não gostei, mas sobre isso eu não falo porque é muito constrangedor pra mim. [...] com o tempo eu parei de conversar com ele e tive algumas brigas com a minha mãe por causa dele, e ela nem sabe do que realmente aconteceu, eu saí de casa e fui morar com meu ex-namorado que é pai da minha filha, isso eu tinha uns 14 pra 15 anos. (Nath)

[...] Minha vida ficou tranquila até o dia que tive minha primeira menstruação, porque depois desse dia meu pai começou a me violentar, violentar não, ele me estuprava mesmo. [...] eu não podia contar pra ninguém porque ele falava que não tinha medo de voltar pra cadeia e que antes disso ele me matava e a minha avó também. Isso durou muito tempo, eu acabei contando pra uma amiga que sempre estudou comigo e pensamos em várias coisas pra acabar com isso. (Lili)

Conforme Faleiros (2003), o abuso sexual ocorre quando uma criança ou adolescente é usada para fomentar o desejo sexual de outra pessoa, em muitos casos realizado por familiares ou pessoas de grande convívio. Segundo a autora, o abuso sexual é acompanhado pelo poder que o abusador possui em relação à vítima, fator que impulsiona o silêncio da vítima e a omissão das pessoas que possuem conhecimento do fato.

O abuso sexual se estabelece como resultado de uma relação de poder, na qual a força é implantada de maneira desigual para manter a dominação em todas suas esferas. O conceito de poder se baseia em Foucault (2014), que aponta que não existe poder, mas sim relações de poder, que não atuam de forma isolada, mas alcançam a sociedade em totalidade, em todos os espaços e em todas as pessoas. O poder opera como uma força impondo, submetendo e controlando os indivíduos de acordo com suas vontades.

Como relatado pelas entrevistadas, os abusos ocorreram por pessoas que possuíam determinado poder perante elas, que ocupavam papel de pai ou padrasto, sujeito que, conforme determina a sociedade e diversas legislações, é a pessoa responsável pela garantia da qualidade de vida dos filhos ou enteados. Nas histórias das jovens, em determinado momento, o poder é usado em interesse próprio daqueles que deveriam protegê-las.

Vários pontos elencados por Faleiros (2003) apontam para as situações que as jovens vivenciaram: a descrença no relato da vítima, o silêncio da vítima e o receio de contar para outras pessoas. Esses fatos são consequências da dominação do abusador com a vítima do abuso e das pessoas que estão ao entorno.

Para resolução do problema ou por imposição de outra pessoa, as entrevistadas saíram de casa após os abusos. Quando se pensa em casa, automaticamente, interligamos a um espaço de segurança e carinho, o que não ocorreu com a maioria das entrevistadas. Quando elas se veem na situação de terem de sair de casa, pode-se considerar como se lançar em um mundo sem muito conhecimento e maldade, uma vez que possuem entre 14 e 15 anos, e são todas adolescentes em período de construção da identidade. A jovem Bela consegue apontar para toda a fragilidade do ser adolescente: “[...] Eu acho que 14 anos ainda é uma criança, a maioria entra nessa idade 12, 13, 14 ou 15 anos ainda é uma criança”. (Bela)

Como definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Nesse período, o adolescente deixa de ser a criança que recebe todos os cuidados dos pais e não possui um lugar de reconhecimento na família e na sociedade. Ao entrar na adolescência, as relações se desconstroem e o adolescente inicia a busca pelo seu lugar no mundo. Como apontado por Erikson (1987), a adolescência é um período de crise de identidade, daí a importância de o adolescente ter uma pessoa em que ele possua um sentimento de referência, confiança e que consiga se identificar, pois é fundamental que esse período possa ser vivenciado de forma completa.

Muitos adolescentes têm um processo de construção da identidade incompleto ao terem entrado na vida adulta sem o amadurecimento interior necessário. Conforme Erikson (1987), a identidade é construída ao longo da vida, porém, na adolescência, o indivíduo vivencia a crise interna de conhecimento de si próprio, sendo que esse sentimento demanda reconhecimento das representações feitas pelo adolescente e dos outros perante ele. Nesse momento, conhecer a si próprio se torna a possibilidade da existência.

Em todos os relatos, as jovens perdem a referência da figura paterna e, conseqüentemente, a relação com os outros membros da família ficaram fragilizados. No primeiro relato, Bela pontua que contou o fato do abuso para sua mãe e, como resultado, foi expulsa de casa. A jovem, durante toda a entrevista, aponta grande mágoa em relação à sua mãe por esse fato, pois, no momento em que mais precisou dela, foi abandonada e se deparou sozinha nas ruas da sua cidade. Nos outros relatos, as jovens se silenciaram perante seus familiares: Camila e Nath optaram por sair de casa, e Lili preferiu conversar com uma amiga.

O poder exercido pelo responsável de uma adolescente pode ocorrer em diversos âmbitos para além do abuso sexual. A agressão física também é uma manifestação da dominação que uma pessoa exerce sobre outra, como no caso relatado a seguir referente à mãe de Lili, que resultou no acionamento da rede composta pela escola, Conselho Tutelar e instituição de acolhimento, que, para garantir a segurança da entrevistada e de seu irmão, retirou ambos de sua casa.

Minha vida não é das melhores. Minha infância foi muito pobre e sofri muito porque morava com minha mãe e ela era muito violenta. [...] As coisas melhoraram quando entrei na escola porque tinha mais gente pra brincar, comida e fiz amigas que me ajudaram durante toda a minha vida. Como minha mãe sempre me maltratava, na escola eles perceberam isso [...] e chamou o Conselho Tutelar [...] e eles levaram a gente pra um lugar, era uma casa com muita criança, eu tinha nove anos e meu irmão quatro anos. Eu não gostava muito de lá, porque tinha muita regra e eu não sabia como seguir, na casa da minha mãe não tinha regra nenhuma[...] eu fiquei quase um ano e voltei pra casa da minha avó paterna, aí minha vida melhorou, sabe minha avó cuidava bem de mim, aí quando já tinha 11 anos meu pai saiu da cadeia e foi morar com a gente [...]. (Lili)

A entrevistada Kaká relata que teve graves problemas emocionais após descobrir a traição do seu marido. Essa situação remete à quebra de confiança, retirando um vínculo fundamental existente em uma relação, que é acreditar na verdade das ações de uma pessoa para outra, o que trouxe para ela grande sofrimento, sentimento de revolta e o desejo de tornar-se outra pessoa.

Minha infância foi boa, sou de uma família com condições financeiras razoáveis, sabe, nunca passamos fome, mas também não tínhamos tudo. [...] O problema onde deu errado que eu casei com 13 anos, fiz seis anos de casada. O pai da minha filha [...], meu ex-marido, foi meu primeiro amor, minha primeira paixão, meu primeiro de tudo, aí eu peguei ele ficando com um homem [...] aí eu não fiquei bem, eu entrei em depressão, e aquilo não se encaixava e eu tomei raiva de igreja. Aí beleza, aí eu peguei e falei: “Já que ele gosta de coisa errada, eu vou entrar pro lado errado”. (Kaká)

A jovem Novinha relata que teve uma infância sob os cuidados de sua tia. Quando entrou na adolescência, os atritos iniciaram devido ao desejo de a jovem visitar sua mãe e não

obter o consentimento da sua tia, fato que resultou em fugas de casa pela jovem:

Minha infância foi boa, eu vivia com a minha tia e era uma coisa meio assim, se ela pudesse me colocava numa bolha e me deixava lá dentro [...] ela me deu tudo de bom, infância, escola, casa, tudo, tinha uma vida de princesa. Quando adolescente, eu comecei a querer a ver minha mãe mais vezes, quando ela não deixava eu fugia de casa. Nessa de fugir de casa eu conheci a maconha foi quando eu comecei antes de fumar maconha eu já fumava cigarro, comecei a fumar eu tinha 12 anos. (Novinha)

As histórias de vida de todas as entrevistadas, independentemente da individualidade de cada uma, reproduzem situações que remetem as jovens a escolhas em meios escassos de possibilidades. São caminhos que se cruzam com o tráfico de drogas e, conseqüentemente, elas se inserem nessa atividade.

5.2 Entrada no tráfico de drogas

Ao pensar em jovens envolvidos com o tráfico de drogas, diversos pontos são definidos como motivadores pela escolha, mas, na maioria das vezes, alocam a culpa no jovem. Essa pesquisa aponta que, diante de uma pessoa, existem diversos processos que direcionaram para determinada escolha, não é uma situação com um único motivador, mas sim multifatorial, em que se consideram os fatores individuais, sociais, econômicos, culturais e familiares.

É importante reconhecer que são jovens que possuem maturidade para distinguir a diferença entre o certo e o errado. A entrada no tráfico de drogas varia de acordo com a realidade das jovens: mesmo com histórias de vida que se cruzam, cada uma teve a sua singularidade em lidar com suas escolhas. A entrada no tráfico de drogas aparece para as jovens posteriormente a conflitos no núcleo familiar, que levaram à quebra dos laços familiares, à saída de casa e ao encontro com o mundo das ruas. Este aparece, por sua vez, como um encontro com a criminalidade em geral, uma vez que a rua pode ser caracterizada como lugar dos excluídos, dos miseráveis e da liberdade.

Tudo começou mais pela minha mãe, porque ela me pediu pra sair de casa, eu queria ser arquiteta, a minha vida era estudar, ir pra escola, eu não queria ter filho [...], então a partir de quando eu saí de casa e tava na rua, aí a oportunidade que eu tive foi essa, casei com ele, mesmo ele sendo do tráfico, porque foi uma pessoa pra mim tipo pra cuidar de mim. (Bela)

Para as jovens que se encontram nas ruas sozinhas, o tráfico pode tornar-se a estratégia de sobrevivência diante de uma escassez de alternativas. Feffermann (2006) pontua que os traficantes utilizam a vulnerabilidade de muitos jovens para atraí-los para o tráfico de drogas.

Quando saí de casa cada dia eu dormia na casa de uma amiga minha [...], porém, passou um tempo a mãe dela já começou a não gostar, a falar: “ah não, todo dia dormir aqui em casa”. Aí foi onde eu comecei a conhecer a droga, conheci quem vendia droga e comecei a andar junto com eles e fazer alguns favores, tipo comprar coisas, tipo comida, roupa, porque eles tinham casa, eles me davam tudo que eu precisava, roupa, tudo, comecei a usar droga. (Bela)

A realidade da jovem Bela ao sair da casa da sua mãe e começar a vagar pela casa das amigas durou um determinado período. No decorrer dos dias, a situação incomoda as mães das amigas, que proíbem a continuidade, e ela vai definitivamente para as ruas. Posteriormente, como estratégia de sobrevivência, começa a se envolver com os jovens que atuavam no tráfico de drogas para conseguir o que lhe foi retirado quando teve que sair de casa.

Camila relata que, ao sair da casa devido aos abusos sexuais que sofreu do seu pai, o envolvimento no crime e na prostituição foi a forma para conseguir sobreviver perante a realidade das ruas. Ela aborda vários pontos que a autora Feffermann (2006) discorre no seu estudo, ao apontar que, para muitos jovens, o crime pode ser uma alternativa para obter um ponto de referência pessoal.

Saí de casa, aí eu comecei a envolver no crime, foi onde eu comecei a usar droga, comecei a me prostituir, comecei a roubar e fazer coisas erradas. [...] mas o meu intuito de eu ter ido pro tráfico de drogas não foi por causa de homem que eu envolvi com ele e sim por causa do meu pai, foi por causa dele, porque talvez tipo se não tivesse acontecido a coisa dos abusos comigo dentro da casa dele (Camila).

Conforme descrito no segundo capítulo, existe um contrato social entre as organizações de tráfico de drogas e a comunidade em que atuam. Como Dowdney (2003) afirma, os traficantes criam regras e normas de convivência de forma autoritária e o não cumprimento pode acarretar a morte do indivíduo infrator das regras. As regras são estabelecidas de acordo com o interesse de cada organização e com a realidade de cada comunidade. No relato de Lili, a jovem explana que, como método para acabar com os abusos sexuais cometidos pelo seu pai, em parceria com uma amiga, elas construíram planos, os quais envolviam diretamente o tráfico de drogas. No primeiro momento, elas pensam em relatar o fato para os membros da organização, mas Lili desiste por ter conhecimento do

contrato social existente entre a organização e a comunidade, que determina que estupradores sejam mortos, e teve receio pela vida do seu pai. Entretanto, as jovens percebem que, ao se envolverem amorosamente com um traficante, melhoraria a situação e, com o tempo, esse envolvimento levou à inclusão da jovem e de sua família no tráfico de drogas, como relatado a seguir:

Tava falando que comentei com uma amiga sobre tudo e uma das ideias era contar pro pessoal que mexia com o tráfico, porque onde eu moro estuprador é morto pelos traficantes, mas não tive coragem aí nós pensamos que se eu comesse a namorar com alguém do tráfico, eu ia ficar protegida. Aí começamos a frequentar os lugares que os meninos ficavam vendendo droga, e comecei a ficar com uns rapazes até que um cara mais importante teve interesse em mim e comecei a ficar com ele, levava ele lá em casa, ficava com ele na boca no horário de trabalho dele, aí meu pai parou de mexer comigo e depois de um tempo me expulsou de casa. Nesse momento procurei minha mãe e voltei a morar com ela, ela tava super feliz porque eu tava namorando esse cara, porque ele tinha dinheiro e ajudava com as coisas lá em casa e depois de três ou quatro meses ele foi morar com a gente, aí eu comecei a envolver no tráfico de drogas, tanto eu, minha mãe e meus irmãos mais velho e mais novo. (Lili)

Muitos estudos mencionam que as relações amorosas são apontadas como principal motivador do envolvimento das mulheres no tráfico de drogas. Pimentel (2008) propõe que a relação amorosa pode contribuir para o envolvimento das mulheres na criminalidade, principalmente no tráfico de drogas. De acordo com a autora, para muitas mulheres, para a vida possuir sentido, elas necessitam de um companheiro ao seu lado e, ainda para muitas mulheres, a sua identidade é construída a partir dos princípios do seu parceiro. Essa necessidade resulta na aceitação das mulheres em participar ativamente do mundo do seu companheiro, independentemente da área de atuação.

Athayde e Bill (2007), ao descreverem as histórias de vida de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, afirmam que o motivador principal era resultante de parceria amorosa ou devido ao envolvimento do filho. Os autores expõem a preocupação com esse cenário, pois é uma maneira de apresentar a desorganização da sociedade brasileira, uma vez que namorada, esposa ou mãe necessitam do envolvimento com o tráfico de drogas para conseguir ter uma condição de vida digna. Para eles, “Era normal a gente conhecer mulheres que trabalhavam ou trabalharam no tráfico por causa da falta de dinheiro ou por um motivo que acho que é ainda pior: o envolvimento de algum filho ou marido no crime organizado.” (ATHAYDE; BILL, 2007, p. 121).

[...] eu sabia onde minha mãe ficava lá no meio eu conheci um cara e esse cara morava junto com meu marido hoje, aí eu conheci meu marido e comecei a ficar

com o meu marido e nessa eu entrei no tráfico [...]. Meu marido porque eu fui morar numa casa que já havia o tráfico, eu não era totalmente envolvida, às vezes falava assim: “vai vim fulano aqui, você entrega?”, eu entregava, “vai vim fulano aqui você recebe?”, eu recebia, entendeu, né? (Novinha)

[...] não tinha como financiar meu uso [de drogas], eu comecei a envolver com cara que vendia e eu aos meus 16 anos comecei a namorar com um traficante, que foi quando comecei a ter envolvimento com o tráfico de drogas que ele começou a me dar droga pra mim vender, aí eu vim presa. Só que desde pequena eu tinha presente com as drogas porque meu pai usava na minha frente, aí eu cresci e queria usar e queria vender pra manter meu uso. (Nath)

Pimentel (2008) propõe que vivemos em uma cultura que impõe a importância do amor como completude da vida, sendo que, para muitas pessoas, é fundamental vivenciar o amor. Nesse sentido, algumas mulheres buscam provar seu amor e fidelidade ao seu parceiro, que pode ser por simples gestos, como uma tatuagem, mudança no visual ou o envolvimento no tráfico de drogas.

Ao abordar a entrada das mulheres no tráfico de drogas e sua conexão com a representação, vê-se como uma forma de interpretar e pensar o cotidiano ao criar conhecimento referente ao comportamento e à comunicação entre os sujeitos para conseguir compreender sua posição e o modo de interpretar a realidade. Nesse sentido, na pesquisa, discuto sobre a relação existente para a mulher na associação com o amor. Para Pimentel (2008), muitas mulheres que se envolvem no tráfico de drogas em consequência de parceria amorosa, mesmo possuindo consciência do seu ato, não conseguem se reconhecer como criminosas, mas sim como parceiras fiéis, pois, para elas, o amor está acima das leis estabelecidas pelos membros da sociedade.

Depois que descobri ele com o homem, ainda ficamos junto um tempo, como ele era meu primeiro namorado, meu primeiro de tudo. Eu tinha 17 anos, tava quase completando 18 anos, nós ficamos junto um pouco tempo, aí ele começou a trazer uns amigos dele e tal, e falou que era pra mim vender, que pra mim não dava nada e que ele ia preso e que se eu amasse ele, eu que tinha que ficar segurando, eu que tinha que guardar o dinheiro, eu que tinha que fazer as coisas e eu fui fazendo em nome do amor. (Kaká)

A naturalização da dominação do masculino perante o feminino é resultado de um processo ideológico que colaborou para a construção da representação acerca da identidade dos sujeitos e seus papéis e, portanto, das práticas sociais, sendo interligado ao contexto histórico e cultural dos indivíduos envolvidos. As diretrizes de comportamento são estabelecidas para o funcionamento dos papéis que cada indivíduo desenvolve na sociedade. Segundo Durkheim (2011), a sociedade necessita de regras para seu funcionamento, sendo elas que regem os comportamentos de todos os indivíduos.

Em uma sociedade patriarcal, que impõe a superioridade masculina e na qual os modos de vida se diferenciam conforme o sexo de cada indivíduo, as regras são mais rígidas para as mulheres em todos os aspectos da vida. Esse modelo de sociedade impõe para a mulher a importância de uma relação amorosa para seu reconhecimento perante o outro, resultando em uma cultura que sobrepõe ao seu amor próprio e a renúncia de si para a valorização do outro.

Os relatos das jovens entrevistadas apontam que a entrada no tráfico de drogas não foi uma escolha qualquer como resultante de um desejo, mas sim uma possibilidade diante de poucas alternativas e uma estratégia de sobrevivência. Apesar de o estabelecimento de relação amorosa das jovens com um parceiro envolvido com o tráfico de drogas ter ocorrido de forma diferenciada para cada uma, devido à diversidade no modo de vida delas, ele foi um fator significativo na entrada para o tráfico de drogas.

Em diversos pontos das entrevistas, foi possível perceber que esse laço afetivo das jovens com seu parceiro impactava diretamente no reconhecimento delas nas funções que desempenhavam no tráfico de drogas e como um motivador para a permanência nele.

A sociedade estabelece que, para a mulher poder existir e estar completa, ela necessita de um complemento, que, para muitos, é estar envolvida em uma relação afetiva. Toda essa imposição gera em algumas mulheres o fato de estarem sujeitas às imposições que a relação acarreta para a vida dela, como Pimentel (2008) enfatiza que, para muitas, cometer um delito possui outra configuração, como um ato de demonstrar o amor delas para ele.

5.3 Função e permanência das jovens no tráfico de drogas

O tráfico de drogas está inserido na sociedade como um modo de produção que determina relações sociais e econômicas. A lógica do tráfico de drogas está diretamente estruturada como qualquer outro tipo de organização que necessita de divisão do trabalho para possibilitar o funcionamento das atividades e a obtenção do lucro.

Como as organizações que atuam de forma legal, as organizações que operam no tráfico de drogas, para conseguir prestígio e reconhecimento perante o cliente, possuem a atuação de cada membro bastante definida, conforme descrito no segundo capítulo, sendo as funções: “avião”, “vapor”, “olheiro ou fogueteiro”, “mulas”, “gerente da boca” e “dono da boca” (FARIA; BARROS, 2011). Ainda como funções, Athayde e Bill (2006) e Feffermann

(2006) citam as de “endoladores” e “fiel”. Essa divisão do trabalho é encontrada em diversas organizações que atuam com a comercialização de drogas ilícitas, em algumas, a nomenclatura da atividade modifica, mas as funções estão presentes em todas.

Conforme discutido anteriormente, as mulheres que se inserem no tráfico de drogas ocupam cargos de menor prestígio, sendo eles os de “vapor” ou “mulas”, os quais, além de possuírem menor prestígio na organização, têm retorno financeiro menor e maior rotatividade. Barcinski (2009) relata, como resultado de sua pesquisa com mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, que grande parte das entrevistadas exerceu atividades com menor prestígio na organização, atuando como “vapor” ou “mula”, somente uma das entrevistadas conseguiu alcançar o cargo de “gerente da boca”.

No campo realizado para a efetivação desta pesquisa, ao questionar as funções das jovens no tráfico de drogas, a maioria atuou como apontado anteriormente, na função de “vapor”, que é o responsável pela venda direta ao cliente nas “bocas de fumo”.

Eu recebia dinheiro, eu vendia, antes do meu marido ir preso eu só recebia o dinheiro, depois que ele foi preso eu vendia. [...] Eu ia pra rua vender, ficava na boca que meu marido trabalhava. [...] A gente ficava sentada e ficava gritando: “tá rolando” e eles vinham comprar. (Novinha)
Eu vendia, só vendia, vendia, carregava droga, carregava arma e buscava droga quando não tinha mais na boca pra vender. Minha função mesmo era vender droga, mas eu ajudava em várias coisas pra ganhar ponto, mas como eu era usuária isso queima filme. (Camila)

Novinha relata que, quando começou, era a responsável por receber o dinheiro dos clientes do seu marido e, nesse período, não participava da venda. Importante frisar que a entrevistada pontua uma diferenciação no seu trabalho que é determinada pela prisão do marido, pois antes ela somente recebia dinheiro, após a prisão dele, começou a vender na rua, passando a exercer a função de “vapor”. A diferenciação entre as funções que desenvolve retoma a discussão anterior referente à parceria amorosa, pois, na fala da jovem, o reconhecimento do envolvimento com o tráfico de drogas está diretamente interligado à função de “vapor” que realizou na ausência do marido, uma vez que, enquanto ele estava na rua, ela era invisível e sem identidade própria, sendo simplesmente recebedora do dinheiro.

A jovem Camila em seu relato aponta que atuava como “vapor”, mas, para ganhar reconhecimento perante os membros da organização, realizava diversas funções, como “mula”, ou seja, a pessoa que transporta droga de um local para o outro. Também menciona que carregava droga e arma, que são funções de “fiel”, que é uma pessoa de confiança, mas que não está diretamente vinculada à organização.

Eu vendia droga, ficava na boca a noite inteira, depois de um tempo eu comecei a recolher o dinheiro da venda de todo mundo que ficava na boca e entregar pro gerente [...]. Eu ficava na venda, aí depois comecei a recolher o dinheiro do plantão de todo mundo e levava para o patrão. Quando o gerente oficial foi preso eu fiquei no lugar dele por um tempo porque rapidinho ele saiu. Aí eu voltei a fazer o que fazia antes. (Nath)

Das jovens entrevistadas, Nath foi a única que conseguiu obter reconhecimento e crescer na organização. Ela relata que atuava como “vapor” e, após um determinado período, conseguiu ampliar sua atuação e recolher o dinheiro. Essa é uma atividade que envolve um elo de confiança entre a funcionária e os principais cargos, o “gerente da boca” e o “dono da boca”. A experiência possibilitou a ascensão de Nath quando surgiu a oportunidade de ser gerente.

Vale salientar que, independentemente do gênero, a ascensão dentro do tráfico de drogas acarreta uma grande disputa, pois envolve uma enorme diferença financeira: a ascensão ocorre mediante a prisão ou a morte do trabalhador da função desejada. A realidade do tráfico de drogas tem como uma das principais características o grande contingente de mão de obra de reserva, entretanto, para os cargos de maior destaque, como “gerente” e o “dono”, esse número de concorrentes é reduzido, pois são cargos nos quais as pessoas permanecem por longo período. Quando ocorre a substituição, esta acontece de forma responsável e por um indivíduo que contemple a maioria dos envolvidos na organização de forma direta e indireta.

A droga chegava, ele levava lá pra casa e a gente fazia mistura e embalava, a gente que fazia a droga aumentar a quantidade e dá mais dinheiro. Aí tinha uma pessoa que passava lá em casa com dia e hora marcada, conferia a droga, o sabor mesmo, porque às vezes se misturar muita coisa na droga fica ruim, corta até a onda que a droga dá na pessoa e o cliente não volta mais, então tinha que ser tudo na medida certa, aí a pessoa pagava a gente e levava a droga. (Lili)

Lili foi a única das jovens entrevistadas que atuou como “endoladora”, que é quem prepara a droga para a venda. Ela trabalhava juntamente com seus familiares. Essa atividade, como o próprio relato descreve, é exercida pela pessoa responsável por pegar a droga e acrescentar substâncias, que aumentam a quantidade e geram o lucro para o “dono da venda”. Esse trabalho ocorria no espaço da sua casa, o que possibilita à jovem e a seus familiares a segurança do lar e a proteção frente aos perigos de atuar nos pontos de vendas. “[...] eu tinha toda a segurança porque tem os meninos que ficam no radinho e avisam de tudo, então a gente não precisa preocupar com nada [...]” (Lili).

Essa jovem possui outro diferencial perante as outras entrevistadas, pois foi a única que saiu do tráfico de drogas, conseguiu um emprego legal e, posteriormente, voltou a atuar

no tráfico de drogas concomitantemente ao trabalho e ocupando uma nova função, “vapor”, em um bairro de classe média alta em Belo Horizonte.

Quando fui trabalhar na padaria, eu ralava demais e recebia muito pouco e como te contei comecei a vender drogas pro pessoal do bairro [...] com o tempo comecei a conhecer o pessoal do bairro de onde a padaria ficava que é um bairro de gente rica aqui em Belo Horizonte e o pessoal lá usava muita droga e ainda pagava bem. Aí eu procurei os traficantes do meu bairro e comecei a pegar droga e vender pro pessoal do bairro da padaria que eu trabalhava. O bom que eu pegava uma quantidade e mexia bastante na droga. (Lili)

A jovem rompe com o tráfico de drogas e consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Ao perceber a realidade do bairro no que tange ao uso de drogas, a jovem procurou a organização que atuou anteriormente como “endoladora” e retorna a atuar no tráfico de drogas com uma nova função, tendo como público-alvo os clientes da padaria e outros moradores do bairro. Importante frisar que, nesse segundo momento, a jovem, por escolha, procura a organização e retorna a trabalhar, tendo como motivador o retorno financeiro.

Esse relato escancara que o uso de drogas está além do espaço das comunidades, das favelas, aglomerados e de seus moradores. A jovem relata que, ao perceber que muitos moradores usavam drogas e ainda pagavam uma quantia alta para sua obtenção, percebe uma oportunidade de conseguir lucrar com a venda a partir do seu conhecimento como “endoladora”.

Entre as entrevistadas, Kaká foi a única que atuou como “dona da boca”. A entrevistada inicia vendendo droga para o seu ex-marido, em um círculo restrito a conhecidos, e, após a separação, cria sua organização com um primo. Ela descreve como a organização começou a atuar e todo o processo para sua consolidação no mercado informal.

Eu entregava a droga, buscava, guardava o dinheiro, dava dinheiro pra ele [ex-marido] e daí foi indo, aí depois que eu larguei ele, que nós separamos, aí juntou eu e o meu primo que já era do crime, aí nós fomos mexer pra nós, eu e o meu primo [...]. Eu e o meu primo começamos a trabalhar a meio, nós dois começamos a trabalhar a meio [...] Nós dois era o patrão. Eu e ele éramos dono de tudo, nós tinha dez pessoas que trabalhavam para nós. (Kaká)

Era até normal porque nós começamos aos poucos e fomos crescendo, nós começamos vendendo e quando precisamos expandir contratamos outras pessoas que já conhecia. (Kaká)

No começo quando eu comecei eu mesmo vendia, corria duas ruas pra baixo ia buscar, subia correndo e entregava a droga sempre subindo e descendo. Aí depois comprei uma bicicleta, depois uma moto, carro, caminhonete, isso era só eu e o meu primo, depois nós fomos às pessoas que queriam trabalhar com nós e fomos dar uma força pra eles, aí na hora que vi já tava aquela facção danada toda armada. (Kaká)

Em outro momento da entrevista, Kaká relata todos entraves e mudanças de papel quando se torna patroa, pois, como em qualquer empresa, a responsabilidade aumenta. No relato a seguir, ela expõe a interação entre várias cidades, Estados e países no comércio de drogas ilícitas no âmbito do atacado e do varejo, conseguindo apresentar o que acompanhamos em séries de televisão e filme, mas, nesse caso, era sua experiência de vida.

Com meu primo era pior porque tinha arma, com meu ex-marido era só passar o negócio, pegar o dinheiro e era só com pessoas conhecidas. Com meu primo não era qualquer um, tinha que andar armada 24 horas, tinha que ir em várias cidades, não era só na nossa cidade era coisa mais grande, a gente mexia mais forte e mais perigosa [...] A gente ia de cidade em cidade, vamos supor a gente ia em São Paulo, aí a gente conhecia outras pessoas do Rio de Janeiro, que já vem vai pra Bolívia, vai pro Mato Grosso, aí vai pra Ribeirão das Neves, aí vai vendo e quando você vê já tá lá na Bolívia, você começa sem sair do lugar transferir dinheiro pra tudo quanto é lado. (Kaká)

Nesse relato, Kaká aponta que, mesmo sendo uma organização de uma cidade do interior, ela conseguiu articular com organizações espalhadas pelo Brasil e no âmbito internacional, demonstrando a grande estrutura que abrange as organizações que atuam com o tráfico de drogas. Oliveira (2006) discute que a estrutura que abrange o funcionamento desse tipo de empreendimento informal é consolidada e uniforme entre a maioria das organizações, uma vez que, para efetivação das atividades, é necessário manter a integridade das dinâmicas e que são poucas pessoas que se lançam nesse contexto de circulação entre as organizações, pois gera grande visibilidade e pode gerar consequências graves, como prisão ou morte.

Outra atribuição desempenhada por todos os membros da organização, exceto pelos “donos da boca” e o “gerente”, é a participação efetiva nos conflitos armados contra organizações rivais ou polícias militar e civil. Conforme Feffermann (2006), os jovens, em diversos momentos do seu estudo, relataram que a função principal de todos os membros era a participação nos conflitos, pois era a chance de mostrar que tinham disposição e que a organização estava em primeiro lugar na vida deles, mesmo que resultasse em sua morte.

Tinha guerra, tem guerra, tem muito conflito com a polícia também, quando a gente via a polícia a gente corria, quando a gente tinha guerra com outra favela a gente tinha que trocar tiro, e a gente trocava também, porque quando a gente entra pra vida do crime, pra essa vida a gente tem que tá pra tudo, ou é pra você matar ou pra você morrer, tipo assim, você entrou é porque já tá ciente do que vai fazer de tudo, você tem que tá preparado pra tudo o que vai acontecer com você. (Nath)

Em sua fala, Nath evidencia a disposição perante os conflitos existentes em uma organização que atua com o tráfico de drogas. A jovem relata que participava dos conflitos

armados entre organizações rivais, lançava-se à morte. Ao descrever que, de forma igualitária ao homem, ela participava dos embates com arma na mão, desmonta-se o estereótipo rotulado para a mulher de ser vítima, uma pessoa boa, recatada e do espaço privado, mostra que a mulher também consegue participar de uma guerra e usar uma arma de fogo.

Nas entrevistas realizadas, ocorreu uma maior diversidade de funções desenvolvidas pelas jovens nas organizações em que atuavam. Essa diversidade foi importante para a pesquisa, pois possibilitou ampliar o olhar sobre diversos aspectos do tráfico de drogas e da atuação da mulher nesse espaço.

Segundo Feffermann (2006), a relação dos jovens com o tráfico de drogas remete ao reconhecimento, mas para muitos é a única forma de sobrevivência. Nas relações de troca entre trabalhador e empregador, o que resulta na permanência no trabalho são os motivadores positivos, que envolvem retorno financeiro, identificação com o trabalho e experiência profissional. Conforme apontado por Feffermann (2006), Athayde e Bill (2006) e Dowdney (2003), diversos motivadores influenciam na permanência de jovens no tráfico de drogas: dinheiro, poder, reconhecimento e *status*.

Porque eu ganhava dinheiro demais, eu não tinha outro objetivo [...] Pra entrar pro tráfico de drogas o que te atrai é o dinheiro, é o dinheiro. [...] Ganha muito dinheiro, você olha assim é muito dinheiro, nossa, não tem nem como explicar. (Camila)

Eu era mais pelo dinheiro, eu corria atrás do dinheiro, eu não mexia tanto com a droga, era mais pelo dinheiro (Novinha)

Ganhava muito dinheiro, aí foi quando eu comecei a traficar e vi que ganhava muito dinheiro, eu usava muita droga, aí eu fui me envolvendo mais e mais, até que eu cheguei a ser presa. (Nath)

A gente conseguia muito dinheiro, numa noite a gente conseguia 20 ou 30 mil, dependendo da noite tirava até 50 mil e olha que isso foi em dois e nove, não, dois mil e nove não, foi dois e sete, isso mesmo dois e sete. (Kaká)

[...] você perguntou por que mesmo trabalhando eu voltei a trabalhar no tráfico, fui só por causa do dinheiro que eu ganhava, eu já sabia mexer na droga e aumentar o dinheiro, então era fácil, eu pegava a droga, mexia nela, vendia e tinha muito dinheiro. (Lili)

Outro motivador presente no discurso das jovens para sua permanência no tráfico de drogas remete ao uso e abuso de drogas. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD (2011), o uso de drogas significa consumir qualquer quantidade de substâncias psicoativas. Já o abuso de drogas é um uso constante da substância, o que potencializa os riscos ao usuário. A dependência resulta do desejo de consumo de substâncias psicoativas e dificulta ao usuário cumprir suas obrigações cotidianas, sua rotina gira em torno

de como conseguir as substâncias e usá-las.

Você vende droga pra comprar mais droga e vender mais droga, e aquilo ali vira um círculo. Eu compro um quilo de droga, eu vendo esse quilo de droga, o meu lucro eu compro alguma roupa, uso a droga. Igual no meu caso eu era usuária de cocaína, cheirava, e o resto do dinheiro comprava mais droga pra vender, aí aquilo ali era um círculo, eu achava que aquilo ali eu tava feliz, mas eu não tava feliz, tava só me afundando. (Novinha)

[...] meu interesse no tráfico de drogas era pra bancar minha droga que eu não tinha dinheiro e meu namorado não bancava o tempo todo, aí eu pedi pra ele me dar droga pra vender e com o dinheiro eu comprava droga pra usar, e eu gostava de usar droga pra esquecer todas as coisas ruins que aconteceram na minha vida. Com o tempo fui gostando e ficando no tráfico porque dava muito dinheiro, eu conseguia comprar droga e ainda me sobrava dinheiro demais. (Nath)

[...] o que acarreta depois disso, você acaba virando um viciado porque pra ficar acordada a noite inteira você acaba cheirando. (Kaká)

O uso e abuso de drogas está presente na vida das jovens entrevistadas. Em nenhuma entrevista aparece como motivador para entrada no tráfico de drogas, mas como um fomentador para permanência, e, como Kaká relata, é um mecanismo para conseguir manter-se acordada nos horários de plantão.

Era diferente, era de seis a seis, de seis da manhã a seis da manhã, 24 horas. Um dia sim e outro não. Mas se eu quisesse trabalhar dois dias diretos, de seis a seis um dia e plantão, tipo assim se eu quisesse vender *crack* de seis a seis num dia e pó de seis a seis no outro eu podia, aí aquilo ali eu ficava virada, aí tinha que usar muita droga, eu vendia *crack* e cocaína. (Novinha)

Tinha, tinha o plantão. Eu pegava às cinco horas até o outro dia de manhã, eu pegava às cinco da tarde e largava pela manhã, aí chegava outra pessoa. Era todos os dias, a gente não tinha folga não. (Nath)

As dinâmicas de trabalho apresentadas pelas jovens corroboram com os dados mostrados no segundo capítulo referentes às pesquisas de Feffermann (2006) e Athayde e Bill (2006) ao discutirem sobre o horário de trabalho. Os plantões são presentes em ambas as pesquisas e também o uso de drogas como um auxílio para os trabalhadores conseguirem cumprir com êxito sua função, pois qualquer erro pode custar sua vida.

Uma questão indagada às entrevistadas era se na organização em que atuavam havia outras mulheres. Das participantes, somente Bela e Novinha pontuaram que onde atuavam não tinha, as outras confirmaram que existiam outras mulheres na organização.

Onde que eu ficava tinha três, quatro mulheres comigo. [...] Todas elas também vendendo droga na boca ou guardando armas e drogas para o patrão. (Camila)

[...] tinha outras mulheres não era só eu, mas só eu peguei o cargo de gerente, só era eu, as outras vendiam por vender mesmo, só ficavam na boca, mas era de boa que a gente sempre estava juntas e éramos disposição igual os meninos. (Nath)

Trabalhava eu, minha mãe, meu irmão mais velho e meu irmão mais novo, acho que nessa época minha mãe ou estava grávida ou meu irmão tinha nascido há pouco tempo. (Lili)

Tinha outras mulheres sim, como a gente não tinha tempo pra muita coisa, tinha umas mulheres que eram contratadas para cozinhar, lavar nossas roupas e arrumar a casa, que não dá tempo no mundo do crime não dá tempo pra você fazer quase nada [...] a gente tinha uma casa que a gente vendia droga, não ficava na rua não. (Kaká)

Na sociedade atual, o consumo é fundamental e o reconhecimento perante o outro é baseado a partir dos bens de consumo que a pessoa usufrui. Essa discussão permeia alguns pontos apresentados por Kehl (2004) ao sinalizar que a sociedade tornou o jovem o sujeito principal do consumo, tendo as diversas formas de publicidade como difusor desse ideal. Para a autora, independentemente da condição social, os desejos de consumo dos jovens são os mesmos e, como consequência da falta de acesso aos bens de consumo, pode ocorrer o aumento da violência e de atividades ilegais que podem possibilitar para muitos jovens o acesso aos bens de consumo que desejam.

É dinheiro, fama, poder, as pessoas do bairro falar de você e te respeitar, terem medo de você. Isso acontecia mesmo e era bom o respeito das pessoas quando a gente tava andando nas ruas, ficava todo mundo olhando. [...] Quando eu tava era bom, que os outros respeitam, é que é medo, era medo mesmo. Então eu me via a bambambam, queria ser mais que os outros. Isso tudo era na comunidade que eu morava, todo mundo me conhecia. (Nath)

O tráfico de droga dá muito dinheiro, dá muito poder, tem muitos amigos, você vai a muitas coisas boas, [...] por você ser conhecido muitas pessoas nem mexe com você, entendeu, tem muita luxúria, você vai muitos lugares, muitas coisas valiosas você tem, tipo se você quiser comprar um iate, você vai lá e compra, um Camaro você vai lá e compra. (Kaká)

Como discutido no segundo capítulo, uma das principais características do tráfico de drogas é o poder que os jovens envolvidos possuem perante a comunidade. O poder que os jovens dispõem é resultado do contrato social entre organização e comunidade, pois os membros da organização circulam livremente na comunidade com armas na mão, o que resulta no medo da comunidade, como salientam Faria e Barros (2011).

As entrevistadas pontuaram sobre fama, poder e ter muitos amigos, o que remete aos objetivos que a sociedade impõe como fundamentais na vida, ser desejado e invejado pelos outros, conforme aponta Calligaris (2013). As jovens envolvidas com o tráfico se reconhecem

fora da invisibilidade que carregavam anteriormente, pois, com sua inserção, as relações sociais mudaram, elas passam a ser enxergadas e reconhecidas por todos na comunidade.

5.4 O sentido e o significado do tráfico de drogas para as jovens

De acordo com Durkheim (2011), uma instituição é um conjunto de normas e regras de vida que se estabelece fora dos indivíduos e que se mantém por gerações. A partir do pensamento do autor, pode-se considerar o tráfico de drogas como uma instituição, uma vez que seus procedimentos são reconhecidos socialmente. Mesmo o tráfico de drogas, ao ter se consolidado na sociedade no século XX, tem as principais características para se efetivar como uma instituição, pois possui poder perante os indivíduos, não existe somente para um indivíduo e sim à coletividade e, para finalizar, transita entre gerações.

A maioria dos indivíduos possui seu ponto de vista referente a essa organização, porém, as jovens entrevistadas relatam que a vivência nessa instituição e a prisão possibilitaram um novo olhar sobre o sentido e o significado perante o tráfico de drogas. A importância de trazer a pauta da instituição remete à importância de compreender que, independentemente das regras e dos modos de vivência dentro das organizações do tráfico de drogas, cada indivíduo sofre o impacto de forma diferenciada no cotidiano da organização, o que individualiza o sentido e o significado para cada um dos sujeitos.

Para investigar como as jovens reconhecem a experiência no tráfico de drogas e a percepção que possuem hoje, foi abordada nas entrevistas a seguinte indagação: “Como que, hoje, você reconhece o tráfico de drogas?”. Mesmo cada jovem com sua subjetividade e sua percepção da experiência na instituição do tráfico de drogas, o conteúdo das respostas dialogam entre si.

Esse glamour, essa coisa toda é tudo ilusão, é uma coisa que dura momentânea [...] Infelizmente não compensa, é um dinheiro fácil é, tudo que eu tive do tráfico hoje eu não tenho mais nada, eu tinha carro, eu tinha moto, eu tinha dinheiro, tinha conta bancária, hoje em dia eu não tenho mais nada, nem um centavo, mal eu tenho uma casa. (Bela)

É um mundo de ilusão, é mundo que... você acha que você tá feliz, você acha que você tá ostentando, você acha que você tá no auge, que você é tal da história, mas no fundo no fundo você tá no fundo do poço. (Novinha)

[...] hoje percebo como que o tráfico é uma ilusão, ele te dá tudo fácil, mas te arranca muita coisa que você não percebe e você acha que podendo. (Lili)

[...] essa vida aí é só de ilusão, traz fama, dinheiro, mas é só ilusão, que aquilo tudo ali é só ilusão, que um dia aquilo tudo ali vem com as consequências e são as piores.
(Nath)

Ele [tráfico de drogas] flui coisas boas, mas ao mesmo tempo flui coisas ruins. [...] Coisas boas é o dinheiro, as armas e os amigos, as coisas ruins eu acho que é só a cadeia mesmo. (Camila)

A linguagem é uma forma de expressar os sentidos e os significados de cada indivíduo sobre determinado aspecto em sua vivência, uma vez que flui e conecta no plano de composição, pois não é somente uma prática, mas está regularmente inserida em um ato. As jovens, ao relatarem seu ponto de vista referente ao tráfico de drogas, inserem a palavra “ilusão”, que esteve presente no conteúdo das respostas. Etimologicamente, o substantivo feminino ilusão significa “Engano dos sentidos ou da mente, que faz tomar uma coisa por outra; sonho, devaneio”. (FERREIRA, 2001, p. 402).

A presença desse substantivo representa o impacto da percepção das jovens na vivência no tráfico de drogas. A partir das falas delas, a experiência permite colocar em xeque o valor do envolvimento no tráfico de drogas, pois, para quem está dentro da organização, os benefícios são imediatos e gratificantes, principalmente no que tange à questão financeira, porém, as consequências são as piores. Como discutido no segundo capítulo, no tráfico de drogas, é possível conquistar bens materiais que seriam impossíveis trabalhando de forma legalizada, mas da mesma forma que tudo vem fácil, acaba na mesma rapidez. A forma intensa de viver a vida de quem atua no tráfico não permite um deslumbramento do futuro, os desejos são realizados de maneira imediata. Essas características são decorrência dos graves resultados que o envolvimento nessa atividade proporciona, tais como a morte, a cadeia ou a cadeira de rodas, este como resultado da troca de tiros com organizações rivais e polícias militar ou civil, em que se pode ser atingido por um tiro e ter como consequência o uso da cadeira de rodas.

Camila traz um discurso diferenciado das outras jovens, pois aponta que, a partir da sua experiência no tráfico de drogas, o ponto negativo que envolve essa atividade é a prisão, uma vez que, se não fosse esse ponto, atuar no tráfico de drogas seria um trabalho como outro, sem entrave. Nas entrevistas, as jovens relataram que a experiência de atuar no tráfico de drogas trouxe uma nova imagem perante a realidade dessa atividade, uma vez que, enquanto sujeitos, estabelecemos rótulos perante todas as instituições. A partir da vivência em determinada instituição, muitos sujeitos, conforme estabelecem sua experiência e seu sentido é construído, desenvolvem uma nova imagem diante da instituição.

Hoje que consigo ver que o mundo do tráfico de drogas não é um mundo livre ou bom, é um mundo horrível, realmente é destruidor, eu hoje consigo ver o traficante é o mesmo que um homicida, um traficante não matava com um revólver na sua cabeça, matava vendendo a droga [...]. A vida da minha mãe foi destruída por um traficante, ele não matou ela, mas a droga que ele vendia matou ela. Então, eu acho que é a mesma coisa que um homicida, a gente não mata, assim chegar e dar um tiro na cabeça, morreu na hora, mas a gente mata aos poucos. (Novinha)

O tráfico é uma ilusão, ele ilude as pessoas, vai acabando com vidas, a pessoa vem de terno, as pessoas vendem as roupas do corpo pra conseguir comprar drogas, sabe. Então, o tráfico de drogas destrói as vidas das pessoas, de suas famílias e das que gostam de quem compra e de quem vende, sua vida acaba e de todos. (Nath)

A jovem Novinha pontua como o tráfico de drogas pode acabar com a vida de uma pessoa e todas as pessoas próximas, comparando o traficante ao homicida. Para ela, cada um com suas especificidades possui como característica comum acabar com a vida de outra pessoa. Nath também relata como o tráfico consegue acabar com a vida do usuário, dos seus familiares e das pessoas próximas. As pessoas que atuam no tráfico de drogas e seus familiares também têm suas vidas destruídas.

[...] eu prejudiquei minha família vendendo droga. Muitas vezes, quando meu marido tava na rua que ele vendia droga. Chegava pessoas e eu estava grávida com pacotes e pacotes de fraldas, caixas e caixas de leite, tudo que eles tiraram de dentro da casa deles, então automaticamente a gente destrói a vida do próximo. (Novinha)

Novinha consegue reconhecer seu lugar de traficante, pois, ao estar envolvida, suas ações prejudicaram o outro e a sua própria família. A saída das ruas e o rompimento com o tráfico de drogas possibilitaram para todas as entrevistadas uma análise crítica sobre essa experiência, cada uma com sua história de vida e sua subjetividade.

Eu ficava muito incomodada com a falta de liberdade que a gente tem quando envolve com o tráfico, eu não entendia isso de não poder ir em tal lugar, conversar com determinada pessoa, sabe, tudo é controlado, a gente vira refém do patrão, só podemos fazer o que ele quiser e quando ele quiser. Eu tinha muito dinheiro, mas nunca fui ao *shopping* gastar, eu nunca fui ao cinema, nunca viajei pra outra cidade, não conheço o mar, sabe a gente tem dinheiro pra o que mesmo? Pra nada, vou ser sincera pra nada e hoje tô aqui mais presa do que nunca. (Lili)

Atrapalhou muito, perdi muita oportunidade, sabe deixei de formar, de ter uma profissão boa, perdi muitas oportunidades, se eu não tivesse entrado pro mundo do crime, hoje eu teria uma vida boa. (Kaká)

Lili e Kaká apresentam no discurso alguns impactos negativos do envolvimento direto no tráfico de drogas. Lili relata um tema importante dos aspectos do tráfico de drogas: a falta de liberdade. Diversos autores apresentados nesta pesquisa, como Athayde, Bill e Soares

(2005), Athayde e Bill (2006) Dowdney (2003), Feffermann (2006) e Oliveira (2006) apontam como o envolvimento prejudica a liberdade do jovem na comunidade e na cidade em que atua. Segundo os autores, a liberdade no tráfico de drogas possui um determinado limite, pois cada organização tem sua área de atuação, e ultrapassar esse limite é lançar sua vida para a morte, e um motivador para conflitos entre organizações rivais.

Esse fato remete a uma cena do filme “Cidade de Deus” (2002), quando um jovem chega a uma “boca de fumo” para comprar droga. Após a transação, o traficante Bené segue o jovem e o convida para uma corrida de bicicleta até um determinado ponto. Quando se encontram, Bené pergunta sobre suas roupas e solicita que o jovem compre para ele peças iguais, pois ele não podia sair da comunidade para comprar. Esse trecho do filme retrata a realidade de muitos jovens, uma vez que a falta de liberdade retira deles um direito de todo cidadão de ir e vir e, como consequência, pode restringir o acesso a serviços básicos, tais como escola, saúde, educação e lazer.

A jovem Kaká pontua como que a entrada no tráfico de drogas impossibilitou a progressão esperada da vida de um jovem: estudar, profissionalizar-se e exercer uma profissão. Se tivesse trilhado outro caminho, poderia ter uma vida totalmente diferente.

Como qualquer instituição, o tráfico de drogas impacta de forma diferente a vida de todos que estão envolvidos, os trabalhadores, os compradores, a comunidade e a sociedade. A jovem Lili apresentou alguns pontos sobre sua percepção dessa atividade. A seguir, ela apresenta a importância dela na sua vida.

[...] eu fiz o que fiz porque precisei e vou ser sincera com você, que hoje se tivesse a oportunidade de voltar no passado, não sei seria diferente, porque eu realmente precisei me envolver no tráfico. No início, eu utilizei do tráfico para conseguir afastar meu pai e deu certo, depois conseguiu aproximar da minha mãe e dos meus irmãos, o tráfico foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida durante um determinado momento [...] olha como que tudo na minha vida é estranho e errado [...] pra mim foi minha salvação ou não sei o que poderia ter feito pra parar com tudo que acontecia na casa da minha avó comigo. (Lili)

Como apresentado anteriormente, a jovem Lili foi vítima de abuso sexual cometido pelo seu pai. Na tentativa de acabar com os abusos, ela começou a namorar um rapaz envolvido no tráfico de drogas e os abusos se encerraram. Ao mesmo tempo, como consequência do relacionamento amoroso, a relação com a mãe se torna positiva em decorrência do dinheiro do namorado. Para a jovem, todos esses aspectos resultantes do tráfico de drogas foram positivos em sua vida, pois a libertou de um sofrimento e possibilitou estabelecer um laço afetivo com sua mãe e irmãos.

Ao analisar os dados apresentados pelas jovens entrevistadas, vários fatos se entrecruzam, tais como problemas familiares, envolvimento amoroso, residir nas ruas e uso de drogas. Diante de todos esses pontos, a relação familiar entre a jovem e os membros da família apresentou grande importância como processo que influenciou de forma direta e indireta a inserção das jovens no tráfico de drogas, fator que culminou na discussão do capítulo seguinte, que aborda as relações familiares.

6 RELAÇÕES FAMILIARES

6.1 As jovens e seu contexto familiar

A família é uma das instituições mais antigas da humanidade, sendo o primeiro grupo social no qual o indivíduo interage. No decorrer da história, a família se modifica no que se refere ao seu papel perante a sociedade e na composição dos membros, mas, mesmo diante das mudanças, sempre se manteve consolidada e reconhecida.

Não é necessário ir longe para perceber as mudanças que atingiram a família nos últimos anos, que tinha como modelo tradicional a origem a partir de um casamento entre um homem e uma mulher, reconhecido pela comunidade, seguido pela procriação, sendo o homem responsável pelo sustento da família e a mulher, encarregada do zelo da casa e dos cuidados com os filhos e marido.

Na sociedade contemporânea, essa padronização da família tem perdido força, pois, tem ocorrido o reconhecimento da diversidade nos formatos dessa instituição. Conforme Freitas, Barros e Braga (2011), é necessário reconhecer a diversidade da família, por isso pontuam a importância de usar o termo no plural: famílias, uma vez que, na atualidade, existem diversos exemplos de grupo familiar. As autoras consideram fundamental o reconhecimento do outro como diverso e diferente, sendo que esse processo impacta nas mudanças que atingiram as famílias.

Esse rompimento com o modelo tradicional de família foi encontrado no campo da pesquisa, sendo que, entre as entrevistadas, existiu uma grande diversidade no grupo familiar e dos papéis desempenhados.

Segundo Pereira (2008), na realidade brasileira, essas modificações são resultado da inserção das mulheres no mercado trabalho e em outros espaços públicos, pois as conquistas retiram a mulher da exclusividade do espaço privado. Contudo, mesmo com esse avanço, a mulher na sociedade contemporânea ainda é reconhecida como a responsável pelo lar e pelo cuidado com os membros da família, o que acarreta a dupla jornada de trabalho e a divisão entre os espaços público e privado.

Essa realidade da mulher sair de casa para trabalhar e ser a responsável pelo sustento da família esteve presente em alguns relatos das entrevistadas:

[...] minha mãe trabalhava e praticamente sustentava a casa porque meu pai não conseguia ficar em emprego algum por causa da droga. [...] meu padrasto também não trabalhava. (Nath)

[...] Minha mãe separou do meu pai que ele tinha problema, ela arrumou meu padrasto que não trabalhava, aí ela teve que trabalhar e sustentar todo mundo. (Bela)

Em ambos os relatos, a mãe trabalha, é a mantenedora financeira da família e a figura masculina não está vinculada ao trabalho, o que mostra a modificação de papéis do homem e da mulher no âmbito familiar. Pereira (2008) pontua que para a família brasileira desprovida de recursos financeiros, a inserção do mercado de trabalho sempre foi presente para as mulheres, devido à necessidade de auxiliarem na sobrevivência dos familiares.

A família, para muitos, é considerada a instituição que reproduz afeto, carinho, zelo e que repassa o conhecimento e a tradição. Conforme definido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a família “é um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou, de solidariedade” (PNAS, 2004). A pesquisa de campo apresentou uma diversidade de famílias, as quais cuidavam dos seus membros, mas também constatei as famílias como as reprodutoras da violência, dos maus-tratos e do abandono.

Minha família sempre foi muito unida, sabe cresci no interior, minha vida era só brincar, ir na escola e me divertir, sempre com meus pais, irmãos juntos e o restante da família. [...] Eu tenho 13 irmãos contando comigo, minha mãe e meu pai, tenho ainda 32 sobrinhos, família grande e unida graças a Deus. (Kaká)

[...] sabe, sempre tive inveja das minhas amigas quando ia à casa delas e via a família delas, todo mundo conversando, de boa um com outro, vivendo da forma que dava. Eu nunca tive uma família de verdade, quero dizer assim de pai e mãe, porque minha avó cuidou de mim direitinho, não falo de ter dinheiro, mas de ter uma família que me tratasse como uma filha, que cuidasse de mim, que gostasse de mim de verdade, minha mãe só gostava de dinheiro e de me bater, e meu pai aquele ali só gostava de... você sabe do que tô falando, não preciso ficar falando o tempo todo. (Lili)

Nesses relatos, presenciamos a diversidade no modo de convivência das famílias. Com Kaká, a imagem da família unida, grande e todos zelando pelo bem-estar do próximo. A instituição família cumprindo seu papel conforme os padrões da sociedade e como a maioria dos indivíduos deseja possuir.

Em relação à Lili, esse quadro se inverte, sendo que a família se torna a representação da violência física e sexual, da falta de cuidado e do abandono. No capítulo anterior, é apresentada a história de vida da jovem, a qual aponta toda a violência física que sofreu com

sua mãe, o acolhimento institucional e a violência sexual cometida pelo seu pai. Em diversos momentos, a jovem relata como sua vida sempre foi carregada de sofrimento, que os únicos momentos de amenização foram quando morou com sua avó paterna e quando começou a namorar um traficante: [...] Minha vida hoje tá uma merda, mas quando que foi diferente? Sempre uma merda, sempre infeliz, sempre sem ninguém e sem nada. (Lili)

A narrativa chama a atenção, pois demonstra que, mesmo com uma extensa legislação que garante o bem-estar da criança e do adolescente, a violência familiar está presente. No caso de Lili, conforme relatado no capítulo anterior, ela teve o auxílio de uma rede de proteção, que, com acompanhamento e encaminhamento, garantiu uma qualidade de vida mais digna. Importante ressaltar que a jovem reside em uma capital que possui uma rede de instituições estruturada, o que não acontece em todos os municípios do Brasil.

Ainda sobre o papel da família na garantia da qualidade de vida dos membros, a jovem Bela relata sobre suas relações familiares e a complexidade que permeia sua trajetória após sofrer o abuso sexual cometido pelo seu padrasto. Em diversos momentos, ela pontua como sua vida poderia ser diferente se o seu pai não tivesse falecido.

Meu pai faleceu dos meus 13 para 14 anos e assim que ele faleceu, meu padrasto tentou abusar de mim e minha mãe não acreditou. Saí de casa, foi tudo assim uma atrás da outra... e eu acho que tudo aconteceu mais pela falta do meu pai, se meu pai tivesse vivo ele não teria duvidado de mim. Ele teria tomado providência por mais que ele era alcoólatra ele teria feito alguma coisa. (Bela)

Nesse trecho, a jovem apresenta que a ausência da figura paterna, para o qual ela direciona a responsabilidade pela garantia da sua qualidade de vida e sua integridade física, uma vez que seu padrasto começou a abusar dela na sequência do falecimento do seu pai.

Camila relata que: “Desde quando eu saí da casa do meu pai, eu não tenho mais contato com ele.”. Segundo ela, após sair de casa devido aos abusos sexuais cometidos pelo seu genitor, ela nunca mais conversou com ele. Durante a entrevista, a jovem pontua todo o sofrimento que seu pai lhe causou e que só encontrou paz nas ruas e nas drogas.

No início da entrevista, a jovem não entrou em detalhes sobre o que seu pai fez com ela, somente quando o gravador foi desligado que a jovem se sentiu segura em relatar sobre esse fato e informou que nunca tinha contado para ninguém. Escutei a jovem e, no momento apropriado, agradei a confiança e pontuei para Camila a importância de ela conversar sobre o assunto, pois isso pode trazer conforto pra ela, tornar sua vida mais leve.

Outro ponto citado nas histórias das jovens é o uso e o abuso de drogas legais e ilegais por membros da sua família, o que, para muitas, ocasionou o interesse e a curiosidade em experimentá-las.

Ai, minha vida sempre foi assim mesmo complicada. [...] minha mãe é usuária de drogas, meu irmão é usuário de drogas. (Camila)

Minha tia não queria que tivesse contato com minha mãe, porque ela era usuária de crack e minha avó também, minha mãe já tinha passado pelo tráfico, minha avó já tinha passado pelo tráfico e minha tia não queria que eu fosse pro mesmo caminho. (Novinha)

Meu pai era alcoólatra. (Bela)

Só que desde pequena eu convivia com as drogas, eu cresci presente com as drogas, porque meu pai usava na minha frente, aí eu cresci e queria usar [...]. (Nath)

A família é a primeira instituição com a qual o indivíduo tem contato, que consolida os parâmetros de certo e errado. Conforme relatado pelas jovens, elas conviviam com as drogas desde a infância, o que lhes trouxe a naturalização do uso e abuso das drogas.

[...] minha mãe usava droga na minha frente, eu já saí pra comprar droga pra ela na favela, eu cresci achando aquilo normal, coisa que todo mundo fazia, não adiantava minha tia falar que aquilo era errado, ela era só minha tia, pra minha mãe aquilo era vida e eu acreditava. Quem sabe se fosse diferente quando eu conheci meu marido eu não iria aceitar fazer aquilo e reconhecer que era ilegal porque pra mim aquilo tudo fazia parte da minha vida. (Novinha)

Meu pai que fez as drogas serem naturais pra mim, eu acredito que isso não é normal pra uma criança conviver com droga dentro de casa o tempo todo. (Nath)

A convivência com as drogas em casa gerou nas jovens um olhar diferenciado sobre o seu uso. No caso de Novinha, ela pontua que sua mãe era usuária de droga e que, mesmo sua tia explicando que essa situação era ilegal, a jovem legitimava a realidade da mãe, que auxiliou na sua entrada no tráfico de drogas, sem carregar para si o peso da sua escolha, pois considerava um fato natural em sua vida.

Nath também pontua sobre a naturalização da droga em sua vida diante da realidade da sua família, a qual convivia diariamente com a droga. A jovem traz em sua fala uma dura realidade ao questionar: “isso não é normal pra uma criança conviver com droga dentro de casa o tempo todo” (Nath). Na sociedade contemporânea, a droga está consolidada, mas uma criança conviver com essa realidade não é o esperado no ambiente familiar e é possível acreditar que tal naturalização gera uma concepção diferenciada no que se refere à relação do sujeito com as drogas, tal qual uma criança que não possui contato com droga, tanto as ilegais

como as legalizadas. Dentre as entrevistadas, Kaká foi a única que passou pela experiência do casamento e concretude da construção de uma família no modo tradicional, na qual o marido é o responsável pelo sustento da família e a esposa, cuidadora do lar e da filha.

Depois que casei simplesmente minha vida era do trabalho, pra escola e pra casa, cuidar da minha filha e da igreja, isso foi até meus 15 anos, aí depois dos 15 parei de estudar e trabalhar, só ficava em casa cuidando da minha filha e da casa. (Kaká)

No relato da jovem, em diversos momentos, ela pontua que o casamento precoce prejudicou sua vida, pois abriu mão dos estudos e do trabalho para uma vida de submissão e devoção ao marido. Esse modelo, conforme Pereira (2008), está perdendo força, mas é questionado se realmente esse fato está acontecendo, ou com as grandes modificações no papel da mulher, as que vivenciam essa realidade se escondem perante o outro, por vergonha ou desconhecimento da situação que a acomete.

No decorrer dos relatos apresentados pelas jovens, as relações familiares se modificam conforme elas se inserem no contexto do tráfico de drogas. Para a maioria delas, ocorrem desgaste e afastamento das relações, e somente em um caso tem-se a consolidação e o estreitamento dos laços familiares com a inserção na atividade do tráfico de drogas.

6.2 As relações familiares após a entrada das jovens no tráfico de drogas

Etimologicamente, o substantivo “relações” significa, “convivência entre pessoas. As pessoas com quem se mantém relações” (FERREIRA, 2001, p. 632). Em conformidade com essa discussão, a família é uma instituição que impacta diretamente a vida da maioria dos indivíduos, pois é o primeiro contato do sujeito com o mundo e as regras da sociedade.

[...] meu padrasto não aceitava [entrada no tráfico de drogas] e a gente sempre discutia e minha mãe ficava sempre do lado. A minha família nunca aceitou, mas eu não importava, eles falavam comigo pra sair e tudo e tal, mas pra mim o que eles falavam comigo não mexia comigo e não me importava. (Nath)

Nas entrevistas, as jovens relataram que, após a entrada no tráfico de drogas, as relações familiares sofreram grandes impactos, de forma negativa, com a reprovação da família perante a jovem. Nath relata que, ao entrar para o tráfico de drogas, sua família reagiu de forma negativa, conversando e apontando para a jovem que esse caminho não estava correto. Em diversos momentos da entrevista, a jovem frisa que teve várias discussões com seu padrasto sobre o uso de drogas e, posteriormente, sobre o envolvimento.

Minha vida melhorou quando comecei a namorar com o traficante, meu pai parou de mexer comigo e fui morar com minha mãe, que começou a me tratar super bem pela primeira vez por causa do dinheiro que meu namorado sempre arrumava pra gente. Depois começamos a trabalhar para o tráfico, ganhar dinheiro e juntar quase toda a família, se for olhar só as minhas irmãs mais velhas que não trabalhavam com a gente. Pra mim o tráfico foi a felicidade que sempre busquei. (Lili)

Diante da diversidade das famílias, no caso de Lili, a relação com sua família, especificamente sua mãe e seus irmãos, melhorou após a entrada dela no tráfico de drogas. Ela conta que, após se envolver amorosamente com um traficante, a relação com sua mãe melhorou em consequência do retorno financeiro do ex-namorado. No segundo momento, a jovem pontua que, ao começar a trabalhar no tráfico de drogas juntamente com sua família, que inclui a mãe e os irmãos mais novos, a relação entre eles se consolidou positivamente, pois trabalhavam e ganhavam dinheiro juntos.

De acordo com Freitas, Barros e Braga (2011), pensar na diversidade das famílias permite pensá-las nas suas relações com a sociedade, que reflete diretamente nos membros familiares. Para as autoras, diante de um mesmo cenário, cada família irá responder conforme seu modo de vida e seu posicionamento perante o mundo.

[...] meu pai depois que saí da casa dele e comecei a trabalhar pro tráfico de drogas, nunca mais conversei com ele, cheguei a ver ele no bairro, mas nem olhava pra cara dele. [...] pra você ter ideia hoje ele nem pode aparecer no bairro que moramos porque foi acusado por uma menina que mora pertinho da casa dele de estupro e os traficantes foram atrás dele pra matar ele, mas ele tinha fugido e minha avó com medo foi morar em outro bairro. (Lili)

Lili relata que, após se envolver amorosamente com um traficante, o que resultou no fim dos abusos sexuais por seu pai, sua relação com o pai se encerrou, pois o encontro com ele resultava em uma grande repulsa. Posteriormente, ela aponta que a situação dele se tornou grave perante a organização do tráfico de drogas devido à outra acusação de estupro, pois, frente às regras do contrato social entre organização e comunidade, esse delito tem como punição a morte do abusador. Outro ponto apresentado pelas jovens é referente ao não conhecimento da família quanto ao envolvimento delas com o tráfico de drogas devido ao fato de as jovens não atuarem no mesmo território em que sua família residia. De acordo com Santos (2011), o território é o local onde a história do homem acontece a partir das diversas manifestações da sua existência, sendo o território definido como matriz das relações de interação social.

De acordo com Oliveira (2006), o território é fundamental para a consolidação de uma organização que atua no ramo do tráfico de drogas, pois necessita de um local no qual a

atuação do Estado não seja presente para, assim, conseguir o poder de controle dos moradores e ter mão de obra.

Quando saí de casa [...] aí eu fiquei sempre naquele... naquela vida mesmo de roubar, fazer isso, fazer aquilo outro, vende droga pros outros, sustentar meu vício mesmo ou acabar fazendo as coisas que não deveria, [...] ninguém sabia que eu estava ali e minha mãe mora em Ibirité. Aí logo depois minha mãe veio atrás de mim, eu com uns 15 anos de idade fui pra casa dela de volta, fiquei lá por volta de um ano e voltei pro mesmo lugar novamente. (Camila)

Eu não atuava onde eu morava, eu ficava em cidade vizinha, porque como a minha mãe tinha lanchonete eu aproveitava que ia entregar as coisas pra ela e já fazia os meus corres [...] pedia pra pessoa encontrar comigo no meio do caminho para agilizar e assim foi indo nunca tive problema com minha família, nunca desconfiaram de nada. (Kaká)

As pessoas que se envolvem com o tráfico de drogas preferem atuar no local de moradia, pois necessitam ter uma relação com a comunidade. Ao trabalharem no tráfico de drogas afastado do local de moradia, elas conseguem, durante um determinado período, o desconhecimento de sua família de sua ação. Nos relatos, as jovens pontuam que suas famílias desconheciam o envolvimento delas no tráfico de drogas exatamente por atuarem distante do local de moradia.

No segundo momento, Camila relata que, quando sua mãe toma conhecimento do local que reside, vai ao seu encontro e leva a jovem para sua casa, porém Camila, após um tempo, retorna para o local que residia. Em diversos momentos da entrevista, a jovem contou que tentou voltar para a casa da mãe, mas que não conseguia ficar afastada do local que residiu quando saiu da casa do seu pai, uma vez que possui grande relação com esse território. A figura da amiga ou do amigo é presente no discurso das jovens. Calligaris (2013) estabelece que os adolescentes e jovens buscam pares para formar seus grupos com a intenção de encontrar um outro que compreenda sua situação, pois o mundo dos adultos não os reconhece como iguais.

[...] na rua eu não queria saber deles, sabe da minha família, eles só sabiam encher o saco e ficar falando na minha cabeça, então, eu nem ficava perto. Minha relação era com meus amigos e mais ninguém, eu não precisava da minha família. (Camila)

Camila pontua a relação com os amigos, que, diante da saída de casa e do afastamento dos seus familiares, foram eles que ocuparam o lugar da família. Em diversos momentos da entrevista, a jovem relata como os amigos ajudaram a sobreviver nas ruas, pois eles a ensinaram estratégias para conseguir dinheiro além da prostituição, forneceram moradia e carinho.

Calligaris (2013) argumenta que o adolescente e o jovem buscam constantemente ser identificados como iguais pelos adultos e a sociedade, pois eles se encontram em um momento da vida em que se sentem inseguros e sem encontrarem um lugar no universo. A jovem Bela apresenta a busca constante de reconhecimento perante sua mãe:

[...] minha mãe cruzou os braços, minha mãe já passou na rua do meu lado e eu tava sentada no passeio duas ou três horas da manhã usando droga e ela fingia que não me via. Então, quando ela fazia aquilo eu queria era morrer mesmo, porque eu falava assim: “nem minha mãe liga pra mim”. (Bela)

Bela assinala que, mesmo após sua saída de casa, buscou constantemente o retorno dos laços com sua mãe e, por muitos momentos, foi ignorada por ela. A jovem, durante toda a entrevista, apresenta sua mágoa referente à postura de sua mãe. Pereira (2008) aponta que diversas jovens que sofrem abusos sexuais pelo pai ou padrasto convivem com a dura realidade da traição da mãe, que prefere abandonar a filha a se separar do abusador.

Outro ponto importante que se repetiu nos relatos das jovens remete a se tornarem mães no período em que atuavam no tráfico de drogas. Entre todas as entrevistadas, somente Camila e Lili não tiveram filho nesse período, lembrando que Kaká já tinha uma filha quando teve sua entrada no tráfico de drogas. Feffermann (2006) pontua que a constituição de uma família para muitos jovens pode ser o motivador da entrada e da permanência no tráfico de drogas, uma vez que eles não querem que seu filho ou filha passe pelas dificuldades financeiras que eles viveram.

Athayde e Bill (2006) acrescentam que muitos jovens que atuam no tráfico de drogas não desejam que seu filho ou filha sigam seu caminho, uma vez que conhecem a dura realidade de atuar nessa atividade.

Aí ele [meu marido] saiu da cadeia, [...] ele decidiu sair da favela e me levando pra ir morar junto com ele. Começou a trabalhar, ficou tranquilo durante uns seis meses, só que a gente morava de aluguel, tinha que pagar aluguel, conta, tudo. Aí eu engravidei, aí foi onde que pra nós tava sendo uma brincadeira legal ser pai ser mãe. Aí nasceu, aí veio os gastos. O dinheiro já não dava pra pagar o aluguel e nem nada [...] e eu sempre queria ter uma filha pra ser uma boneca. Então, eu mesmo comecei a falar muito que eu queria ter tudo pra ela e tal e tava faltando e ele tipo teve uma revolta comigo e voltou pro tráfico e eu não tive força de sair. (Bela)

Nesse trecho, Bela conta que seu companheiro iniciou uma nova vida ao seu lado quando saiu da cadeia, mudaram da favela, ele começou a trabalhar e ela engravidou, porém, após o nascimento da filha, o dinheiro não era o suficiente e, diante da necessidade e da sua cobrança por mais qualidade de vida, seu companheiro retornou para o tráfico de drogas:

“Antes eu achava que era o melhor, a gente queria dar tudo para os nossos filhos, tudo que nós não tivemos na infância, tanto eu quanto ele tivemos uma infância bem sofrida [...]”. (Bela)

Bela traz à tona os anseios da maioria dos pais ao desejarem uma vida mais digna para seus descendentes para que seus filhos não sofram as mesmas necessidades que eles. Para Feffermann (2006), este ponto foi apresentado pela maioria dos jovens que participou da sua pesquisa: o desejo de suprir com todos os desejos de seus filhos.

Nas entrevistas, as jovens frisaram a relação existente entre elas, sua família e a prisão, pois todas relataram os impactos vivenciados pelos membros do grupo familiar. A prisão das jovens não foi um fato isolado, mas gerou mudanças na vida dos familiares, podendo ser de forma positiva como também negativa.

6.3 As jovens, a prisão e a família

Conforme Feffermann (2006) os jovens que participaram da sua pesquisa pontuaram que para eles havia duas possibilidades para o futuro: a prisão ou a morte. Os jovens que Athayde e Bill (2006) encontraram acrescentaram a cadeira de rodas, como resultado da troca de tiros com organizações rivais e com a polícia militar ou civil, pode-se ser atingido por um tiro e ter como consequência o uso da cadeira de rodas, como uma terceira possibilidade.

Foucault (1987) apresenta a evolução da legislação penal e os métodos punitivos dos últimos séculos. Descreve as transformações nos modelos de punição dos criminosos, dos suplícios até o surgimento do sistema prisional do século XXI.

Evidencia que, inicialmente, as penas aplicáveis aos criminosos tinham caráter aflitivo, eram impostas sobre o corpo do condenado, predominando as sanções corporais e capitais. Passa, então, por períodos intermediários: decadência das penas corporais, extinção, em alguns países, da própria pena de morte, surgimento da pena privativa de liberdade até chegarmos ao momento em que predomina esta espécie de sanção penal.

Duas formas de poder são apresentadas à luz do direito penal: nos regimes absolutistas, é delineado um poder que se exercia e se reafirmava por meio do severo exercício da punição; no mundo emergente pós-revolução francesa, vemos a caracterização daquilo que Foucault chama de “sociedade disciplinar”, uma modalidade de poder que perduraria até nossos dias e que tem como viés em relação ao direito penal a preocupação com o vigiar e disciplinar.

Goffman (1961) aborda as questões das instituições como locais onde há um elevado número de indivíduos em circunstâncias semelhantes, tornando-se isolados do restante da sociedade por um determinado tempo. Nesse sentido, enfatiza as instituições totais e fechadas. De acordo com o autor, as instituições totais e fechadas são como barreiras à sociedade, as suas grades, portas fechadas, muros e paredes altas têm o intuito de isolar o internado para além dos seus limites. O presídio é considerado uma instituição fechada, que é organizada para proteger a sociedade de indivíduos que geram perigo.

De acordo com Foucault (1987), a prisão se fundamenta, primeiramente, no fato de que a liberdade é um bem pertencente a todos e da mesma maneira, logo, a sua privação teria um “preço” equivalente, sendo um castigo igualitário. Como complemento à sua base de fundamentação, a prisão tem o papel de transformar o indivíduo, impondo-lhe disciplina. Um dos responsáveis por essa transformação é o trabalho prisional, cujo sentido não estaria ligado à aprendizagem de um ofício, mas à noção própria de virtude do trabalho, dando aos indivíduos a forma ideal do trabalhador.

O trabalho prisional não seria nem uma adição nem um corretivo ao regime de detenção, ele teria uma função diferente da punição, como bem destaca o autor. Sob o prisma da socialização, a punição não visa apagar um crime, mas sim transformar um culpado por meio de uma técnica corretiva, que o torne dócil aos fins sociais a que se destina. Opera-se uma inclusão por exclusão.

As instituições totais rompem os papéis do internado com o mundo exterior, resultando em um retorno com extensas barreiras, não conseguindo reestruturar e dar sentido pelo eu do ex-internado, tornando-se um processo doloroso. Os presos não perdem somente sua liberdade, mas alguns direitos de cidadão, como votar, trabalhar, tirar fotografia, adoção e, conseqüentemente, terão alguns direitos negados permanentemente.

Os internados submetidos às instituições totais, segundo Goffman (1961), sofrem uma violação do eu, em que os sujeitos, ao entrarem na instituição, têm suas roupas retiradas, assim como seus objetos e seu visual. Os indivíduos são padronizados com os princípios da instituição. Os internados tendem a constituir táticas de resistências de forma a preservar o eu individual, denominando essas estratégias de ajustamento primário ou secundário. Enquanto as primeiras se desenvolvem quando o indivíduo colabora com as normas institucionais, tornando-se um colaborador, a segunda estratégia consiste em quebras e não aderência às normas.

A prisão gera o isolamento, que possibilita criar no sujeito a reflexão sobre seu ato e livrá-lo dos efeitos externos que o levaram a cometer o delito. Mesmo que na realidade tenha se tornado um ambiente perigoso em vez de útil e essencial, ainda é necessária à sociedade.

Ressalto que Foucault (1987) traz o conceito de disciplina ou técnicas de controle e sujeição dos corpos com o fim de tornar o indivíduo dócil e útil, acreditando-se que o pior dos presos deveria ser respeitado, mesmo quando punido. A humanidade deveria enxergá-lo como um cidadão, pois o homem, que foi descoberto como criminoso, torna-se alvo da intervenção penal, sendo o objeto que pretende corrigir e transformar.

Esta pesquisa foi realizada com jovens que estavam presas devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, sendo que muitas delas eram reincidentes no sistema prisional em consequência do mesmo delito.

Na minha primeira cadeia não fez diferença nenhuma, eu entrei e saí a mesma pessoa. Também, né, foi um período muito curto, seis meses passa rapidão. (Camila)

[...] Eu fui presa a primeira vez com 18 anos, ganhei a minha liberdade, aí eu tô aqui de volta no mesmo processo. Então, nesse tempo que eu fiquei lá no mundo, lá no tráfico, rolou isso e fui presa novamente no tráfico de drogas. [...] A primeira não me afetou em nada, achei que tava num parque de diversão. (Nath)

Nos relatos as jovens afirmam que a primeira prisão não chegou a impactar mudanças em suas vidas. A Camila argumenta que isso se deve ao curto tempo que ficou presa, o que não possibilitou mudanças. Ao analisar a fala de Camila, questiono se justifica manter pessoas mais tempo na prisão para que seja possível o impacto e gere mudanças na vida deles.

No seu relato, Nath pontua que sua primeira prisão foi como estar em um parque de diversão. É difícil tentar fazer um paralelo entre uma prisão e um parque de diversão, pois são contextos muitos diferentes, mas representa a forma que a prisão representa em sua vida, como uma mera diversão e que, após sua saída, retornou para o tráfico de drogas. Indago a colocação de Nath ao questionar se a vida dela era muito difícil fora da prisão que, dentro desse espaço, pareceu um parque de diversão. No decorrer da entrevista, questiono essa fala, mas não consegui responder.

Minha primeira prisão mudou muita coisa, mudou que eu nunca mais tinha pensado em vim presa, procurei atrás de serviço, aí na época a guarda da minha filha passou pro pai dela porque eu tava presa. Eu lutei pela guarda da minha filha e fui procurar um serviço, um emprego, aí quando eu estava tranquila esse fato aconteceu, vim presa novamente. (Kaká)

Divergente dos relatos anteriores, Kaká conta que a experiência da primeira prisão impactou sua vida de maneira que não desejava voltar mais, mas acabou sendo presa novamente.

A relação entre as entrevistadas e a prisão ocorreu de forma diversificada, pois cada uma com sua subjetividade respondeu de forma diferente à nova realidade. Ao serem questionadas sobre a segunda prisão, as jovens foram unânimes ao responderem que a segunda prisão gerou mudanças no modo de reconhecer seu ato.

Agora nessa segunda, eu já penso mais, porque eu já tô pensando mais na minha filha, já procurei tratamento pra droga, o tempo que eu tô aqui, tô pensando em não traficar mais quando sair daqui e arrumar algum serviço entendeu? (Nath)

Agora na segunda cadeia tem sido diferente, tenho feito mais coisa tá boa mesmo, tô até trabalhando aqui, foi aonde a gente pode ter a oportunidade de chegar lá fora, se quiser ir trabalhar você tem oportunidade [...] eu estava querendo estudar, só que aí a gente tem que escolher em serviço ou estudo, não dá pra fazer os dois, aí eu preferi trabalhar. (Camila)

Na segunda prisão, as jovens relatam que tiveram grandes impactos no modo de se reconhecerem perante seus atos. Elas estão realizando atividades para ocupar o tempo, como tratamento para dependência química, e trabalhando. Essa nova relação pode proporcionar para elas uma transformação interior e autoconscientização, o que pode gerar a efetiva ressocialização.

Para Foucault (1987), o modo de funcionamento das prisões prejudica o processo de ressocialização dos presos, uma vez que impacta na subjetividade de cada um, pois estar preso não é somente perder a liberdade. Os efeitos secundários da prisão podem ser mais graves que a pena, tais como o enfraquecimento da personalidade devido à moldagem de todos os presos, ao serem controlados e qualquer desvio pode ocorrer punição, a baixa autoestima, já que todos possuem o mesmo padrão de estilo estético, além da ruptura ou do enfraquecimento dos laços familiares e de outras relações humanas. As entrevistadas pontuaram que a prisão impactou diretamente nas relações familiares.

A minha relação melhorou depois que vim pra cadeia porque na rua eu não queria saber deles, eles só sabiam encher o saco e ficar falando na minha cabeça, então, eu nem ficava perto, minha relação era com meus amigos e mais ninguém, eu não precisava da minha família. (Camila)

Minha família vem me visitar e o meu namorado vem me visitar, minha avó e agora minha irmã, mas eu nem ligo porque já tô pra sair mesmo e minha família tá num momento tenso, tô com um irmão por parte de mãe preso também por tráfico de drogas e um tio por parte de mãe também tá preso, minha mãe é usuária de droga,

agora que minha irmã vai começar a vir porque ela tem 17 anos, vai fazer 18 anos por agora. Você sabe que pra visitar tem que ser maior de 18, né? De menor não entra sem o responsável e minha mãe não é nada responsável (risos) ela é irresponsável, mas gente boa, só vêm minha avó e meu namorado me visitar. (Camila)

Camila alega que sua relação familiar melhorou após sua prisão. De acordo com seu relato, enquanto estava na rua, não tinha convivência com seus familiares, pois eles “enchiam o saco”, e ela preferia ficar com os amigos. Calligaris (2013) pontua que essa valorização dos amigos em detrimento à família é um processo comum entre adolescentes e jovens.

No outro trecho, a jovem descreve sobre a realidade da sua família, a qual convive com a prisão de outros membros e o uso e abuso de droga por sua mãe, mas que, mesmo diante desse contexto, sua avó a visita e que há possibilidade de sua irmã começar a visita-lá também. Nesse momento, a jovem fala da sua irmã com muita empolgação e carinho: “Alguns me dão apoio aqui dentro e vêm me ver, mas é só minha mãe e meu namorado. Ah, meu pai também (Nath). Entre todas as entrevistadas, Camila e Nath foram as únicas que relataram receber visita de seus namorados. Esse é um fato que possui grande pauta na discussão referente às mulheres presas, pois geralmente são abandonadas pelos seus maridos ou namorados. Para as mulheres encarceradas, a pena maior é do abandono, fato que não ocorre com os homens, que mesmo presos mantêm os laços familiares e afetivos com sua parceira.

Eu não tenho mais contato com minha tia, nenhum contato, porque quando eu vim presa, ela falou comigo que era pra mim esquecer ela, porque eu liguei pra ela quando eu vim presa e ela falou pra mim esquecer ela que ela ia trocar o número do telefone dela e realmente ela trocou o número do telefone dela, ela não mora no mesmo endereço, ela simplesmente sumiu. O contato familiar que eu tenho hoje é com a minha filha e o meu sogro, ele que me visita que me ajuda, o meu sogro traz a minha filha pra me visitar, porque se não fosse ele eu não teria ninguém. (Novinha)

Minha avó sempre me visita aqui, me envia dinheiro e pertence. A minha mãe veio aqui poucas vezes, só pra reclamar que ela teve que pagar pela droga que a polícia pegou comigo na padaria. [...] Minhas irmãs nunca vieram me visitar. [...] Agora meus irmãos que trabalhavam comigo nunca vieram aqui, mas conversamos por carta [...]. (Lili)

Esses relatos comprovam a discussão anterior referente ao abandono das mulheres nas prisões. A mulher transgressora é considerada criminosa em dois âmbitos: pelo delito em si e o de não cumprir com seu papel social, de ser uma pessoa dócil, recatada e do lar. Ao romperem com esse papel e sendo presas, muitas mulheres são abandonas pela família e pelo companheiro, passando por esse momento sozinhas. Ao discutir a instituição família, é

necessário pensar na diversidade no modo de relacionamentos entre seus membros. Como apontado anteriormente sobre o abandono pelos seus familiares, marido e namorados das jovens presas, entre as entrevistadas, algumas conseguiram se aproximar da família, como no caso de Camila anteriormente apresentado, e manter os laços familiares.

O meu pai, esse mesmo que usava droga que agora depois de tudo que aconteceu comigo ele parou de usar droga, ele converteu na igreja e já foi até batizado. (Nath)

Eles vêm sim, mesmo Arcos sendo longe, às vezes eu peço pra eles virem de quatro em quatro meses, às vezes eles querem vim uma vez por mês, de vez em quando de 15 em 15 dias, mas não tem necessidade [...] tem minha filha ainda, tem meus trens que eles me mandam de 15 em 15 dias que o Sedex aqui da unidade, então fica muito caro e eu não penso só por mim [...] eles estão fazendo de tudo pra me ajudar. (Kaká)

Nath relata que sua prisão impactou diretamente a relação do seu pai com as drogas. Como relatado anteriormente, a jovem sempre conviveu com as drogas devido ao fato de seu pai ser usuário, e isso trouxe para ela uma visão de naturalização. Na entrevista, Nath relata que culpava seu pai e seu padrasto pela sua entrada no tráfico de drogas. Questiono, então, se sua prisão gerou um sentimento de culpa em seu pai ao ponto de mudar radicalmente seu modo de vida e poder tornar-se exemplo positivo para sua filha.

No Brasil, existem poucas unidades prisionais destinadas a mulheres presas, o que gera para seus familiares a jornada de percorrerem grandes distâncias para conseguir visitar a familiar presa. Kaká fala que, mesmo com a distância entre Arcos e Belo Horizonte, sua família sempre realiza visita e está presente nesse momento delicado da sua vida.

Conforme apresentado anteriormente, a maioria das jovens entrevistadas possui filho, e o encarceramento retira da mãe o acompanhamento próximo dos seus descendentes, apesar de todas relatarem que recebem visita deles.

Hoje minha filha tá com o pai dela [...] vejo ela na visita assistida, só na visita assistida. Minha irmã traz ela porque como um parente pode ter cadastro no NAF [Núcleo de Assistência às Famílias], aí minha irmã como é tia dela pode trazer. (Kaká)

Eu tenho tempo que não vejo ela [filha], a última vez que eu vi ela foi no Dia das Mães, na visita assistida como sempre, mas foi uma hora a visita. (Nath)

Eu tenho visita assistida com ela na unidade de três em três meses, porque a guarda é minha, eu compartilho com o meu sogro e nós temos uma convivência. Na medida do possível eu tento mostrar pra ela que eu sou a mãe dela e ela tende a vim pra mim, porque a cada visita ela tá mais apegada, mais quer ficar comigo, mais que brincar comigo. (Novinha)

Minha sogra me visitava trazia a minha filha e meu filho pra me ver. Só que nessa saída temporária, na minha última saída que saí 14 de junho e voltei dia 21. [...] Agora a gente tá brigando muito, na verdade a gente não tá nem brigando, eu não tô nem conversando com ela. (Bela)

Durante as entrevistadas, as jovens apresentavam muito carinho quando relataram sobre a visita assistida² com seus filhos. Esse contato é fundamental para as jovens superarem esse momento, pois a presença de seus filhos mostra que elas não estão sozinhas e que existem pessoas que precisam delas e aguardam seu retorno para casa. Um ponto que todas as entrevistadas apresentaram em seus discursos remete à reflexão sobre seu futuro, e o desejo de mudança está diretamente vinculado a ser um exemplo para seus descendentes.

Então hoje em dia eu já penso diferente. Agora eu comecei a dar valor à minha filha porque eu parei e pensei, porque aqui a gente tem tempo demais para pensar. Igual meu pai usava droga e eu me inspirei nele, o que não quero desejar nunca pra minha filha. Então isso eu tô sentindo e eu vi que eu estava fazendo a mesma coisa que o meu pai tava fazendo, então eu parei e pensei que não quero isso pra minha filha que ela siga meu exemplo, também não quero que minha mãe sofra mais, eu quero mudar de vida e não quero mais vim pra esse lugar que eu não desejo nem pro meu pior inimigo. (Nath)

Como apresentado anteriormente na pesquisa realizada por Athayde e Bill (2006), os jovens envolvidos com o tráfico de drogas reconhecem a vulnerabilidade de estarem inseridos nessa atividade e não desejam ser um exemplo negativo para seus filhos, pois valorizam as pessoas que estão próximas e que ajudaram nos momentos difíceis. Nath relata que a convivência com a dependência química do seu pai despertou nela o desejo de usar drogas, o que faz com que ela tenha consciência da influência que pode gerar no modo de vida de sua filha. Como perspectiva de vida para o futuro, Nath almeja ser uma pessoa diferente.

Cada jovem tem sua história dentro da prisão, mas todas pontuam que esse fato impactou diretamente na relação com sua família, de forma positiva ou negativa, e a prisão possibilitou uma concepção da vida, com tempo para pensar nas suas ações do passado e para construir planos para o futuro quando estiverem em liberdade.

² Conforme explicado por um membro da Superintendência de Atendimento ao em que a família solicita ao diretor-geral da unidade prisional essa modalidade específica, que é agendada, e conta com a companhia de um psicólogo ou assistente social. A visita tem duração de 20 minutos.

7 PERSPECTIVA PARA O FUTURO

7.1 O que as jovens buscam

Neste capítulo, será abordado o que as jovens esperam e buscam para seu futuro após suas vivências e reflexões.

As jovens buscam uma nova história de vida para o seu futuro, além de concretizar novos sonhos, acreditar em seus potenciais e conhecer novas profissões. Ao abrirem mão do seu passado e dos seus erros e começarem tudo de novo, confiam que podem mudar seu posicionamento perante o mundo, serem vistas por todos os outros enquanto pessoas que merecem ser respeitadas.

Enfim, buscam a liberdade que, independentemente do tempo na prisão, em nenhum momento elas desacreditam que serão livres e poderão escrever um novo capítulo em suas vidas e com muito sucesso. Conforme apresentado no quarto capítulo, são jovens com penas altas para o delito de tráfico de drogas. Como definido na Lei n. 11.343, de 2006, é instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, e, em seu Art. 33, é apontado como pena para tráfico de drogas: “Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.” (BRASIL, 2006).

No relato das jovens, suas penas são acima do período determinado por essa legislação. Foram realizadas tentativas de acesso ao processo das jovens no intuito de verificar se elas possuíam outros delitos cometidos para justificar suas penas, mas não houve liberação do órgão responsável.

O encarceramento feminino reproduz a sociedade patriarcal, pois, ao ser presa, a mulher não paga somente pelo crime cometido, mas sim por ter rompido com seu papel social citado anteriormente. Nesta pesquisa, foi possível constatar, a partir do relato das entrevistadas, que elas pegaram penas maiores em relação a homens presos pelo mesmo delito.

Eu tô pra sair sim, eu tinha pegado uma pena de seis anos e oito meses. (Camila)

[...] 108 dolinha e 20 tabletes de maconha e eu peguei 20 anos de cadeia por um trem que não era meu. (Kaká)

Peguei 14 anos de primeira. (Novinha)

[...] até que não sei como a polícia descobriu o que eu tava fazendo, alguém deve ter me denunciado e com certeza foi alguém que trabalhava na padaria comigo, e eu fui

presa na padaria e imediatamente foram na minha casa e acharam muita droga, mas não prenderam ninguém e acabou que eu respondi por tudo, tráfico de droga, posse de arma, na minha casa eles acharam arma e corrupção de menor. Minha pena foi de 19 anos, mas recorri e caiu pra 15 anos, eu tô aqui desde os meus 18 anos. (Lili)

Conforme relatado pelas entrevistadas, suas penas são superiores ao definido na legislação para o tráfico de drogas. Somente Lili relata responder por outros crimes além do tráfico de drogas, tais como posse de arma e corrupção de menor. Ao analisar esse fato, sem acesso ao processo das entrevistas, é possível indagar se essas penas são o resultado de uma sociedade machista e patriarcal, em que essas mulheres podem ter penas altas por serem julgadas e condenadas pelos delitos que cometeram e por serem mulheres que rompem com seu papel de mulher dócil, recatada e do lar.

Como apontado anteriormente, as jovens, mesmo com um grande período de encarceramento, possuem grandes expectativas para o futuro.

Minha perspectiva de vida é sair, eu tenho vontade ser bombeira e eu já sofri muito na minha vida e hoje vejo as coisas diferentes, as pessoas diferentes, hoje em dia eu não tenho a mente de antes, eu pretendo formar e ir embora o mais rápido possível, ajudar minha vó que tá precisando de mim e construir uma nova vida, isso aqui não é o fim pra ninguém e eu sei que o juiz pode ter me dado essa pena alta [...]. Um futuro melhor, porque aqui a gente aprende muita coisa, eu particularmente quando vim presa tinha 18 anos, eu era quase uma criança, eu não tinha aquela mente evoluída, hoje em dia sim eu tenho. (Lili)

Lili relata seus sonhos fora da prisão, e tornar-se bombeira apareceu em diversos momentos da entrevista, como um sonho de criança que a vida não permitiu concretizar devido à sua história e a suas escolhas, e aponta que a prisão não é o fim para ninguém, que pode ser um recomeço. Diversas entrevistadas falaram sobre o desejo de mudança em suas vidas e que a prisão possibilitou refletir tudo e poder construir novas estratégias de vida.

A prisão não é um foco da pesquisa em questão, motivo pelo qual não foi investigado o cotidiano das jovens da prisão nem das possíveis violações de direitos nesse ambiente. No caminhar da pesquisa de campo, as jovens foram trazendo, nos seus relatos, alguns aspectos direcionados à sua vida, os quais o encarceramento impactou diretamente, motivo pelo qual a prisão é discutida na pesquisa, mas sem ser o objeto principal de análise.

Porque quando eu vim presa eu falava assim: “eu vou sair e vou continuar fazendo as mesmas coisas, não quero saber, eu tô é pra curtir, eu tô nova, vou zoar, eu vou brincar. [E sua filha, Novinha?] Vai comigo aonde tiver que ir, mas eu não vou deixar de curtir só porque eu vim presa [...] A cadeia é um lugar tão real que você chega a achar que é ilusão, que é mentira, porque é tão real, é tanta realidade que você fala: “não, isso é mentira”, mas não é, é a realidade e eu não quero. A minha perspectiva pro futuro é essa, trabalhar, cuidar da minha filha, recuperar todo tempo

perdido e conseguir todas as minhas coisas dentro da lei e ser uma nova mulher.
(Novinha)

Novinha apresenta em seu relato a mudança de concepção em relação à vida, uma vez que aponta que, no início do encarceramento, queria continuar com o mesmo modo de viver, mas que, no decorrer do tempo, conseguiu um novo olhar para sua relação com o mundo e sua filha.

Todas as entrevistadas projetam para suas vidas um novo caminho. Como pesquisadora, realizo uma análise crítica que muitas pessoas que participam de pesquisas projetam respostas que acreditam que o outro queira escutar.

Meu futuro é trabalhar, quanto mais trabalhar, todos os cursos que tiver vou participar e os pagos também vou fazer, estudar, me formar e sair da dessa vida esquecer esse mundo e não olhar pra trás, construir minha vida e uma nova família.
(Kaká)

Um futuro melhor, porque aqui a gente aprende muita coisa, eu particularmente quando vim presa tinha 18 anos, eu era quase uma criança, eu não tinha aquela mente evoluída, hoje em dia sim eu tenho. [...] Eu sei que um dia eu vou sair, e eu sei que quando eu sair eu vou ser outra pessoa, longe de tudo, longe das pessoas que mexe com drogas, eu não quero ter nenhum vínculo com essas pessoas. (Lili)

Trabalhar muito e recuperar todo o meu tempo perdido longe da minha filha presa nesse lugar e fazer tudo dentro da lei e eu não penso em momento nenhum ultrapassar a lei e voltar pra aqui dentro, eu não quero, aqui é o pior lugar do mundo.
(Novinha)

No discurso das jovens parece que a prisão conseguiu potencializar mudanças na concepção de escolhas para suas vidas, apesar de que, na realidade brasileira, o encarceramento tem imposto para os condenados somente sua privação de liberdade. As jovens entrevistadas mostram um desejo de ressocialização quando retornarem para o convívio social, uma vez que, consideram que todas as pessoas erram e se tiverem outra chance podem seguir novos caminhos.

Em suas falas, as jovens apresentam o interesse em estudar e trabalhar legalmente, fatores que não são conciliáveis com o tráfico de drogas, pois, como Feffermann (2006) apresenta em sua pesquisa, o tráfico de drogas busca por jovens que estão excluídos dos seus direitos básicos como educação, saúde e lazer. As jovens também pontuam sobre desvincular-se das pessoas que atuam no tráfico de drogas.

Outro ponto que as jovens mencionaram remete aos estudos e aos trabalhos realizados na prisão. Todas as entrevistadas estavam inseridas em alguma atividade, estudando ou

trabalhando. Foucault (1987) já pontuava o trabalho como uma das principais ferramentas da prisão, porém, não como uma capacitação ou experiência para os condenados, mas um mecanismo de moldá-los para o mercado de trabalho.

Eu estudei até a 8ª, só voltei a estudar aqui no presídio, tô finalizando a 8ª aqui no presídio. (Bela)

[...] tô até trabalhando aqui, é onde a gente pode ter a oportunidade de chegar lá fora, se quiser ir trabalhar você tem oportunidade, a gente tem oportunidade aqui dentro pra estudar e trabalhar. (Camila)

Antes de eu vir pra cá eu estava em outra unidade, lá eu também estudei e trabalhei durante seis meses, eu estava em Ribeirão das Neves e de lá eu fui transferida pra cá por causa da minha pena, porque lá não tem tanta oportunidade como aqui tem e como a minha pena era alta e precisava de trabalhar e tudo, eu vim transferida de lá por causa disso. Aí aqui eu consegui trabalhar, mas lá também eu trabalhava, mas aqui realmente é melhor a gente tem mais oportunidade das coisas, eu falo em questão de cursos, trabalho, estudo, biblioteca pra ler, porque eu gosto de ler, aqui é melhor. (Novinha)

Então tô estudando aqui e vou conseguir me formar, o tempo que não me faltar mesmo, trabalhar, fazer curso, vou tentar aproveitar o máximo as oportunidades que tenho aqui dentro, pra quando sair poder ter outras possibilidades para além do tráfico. (Lili)

[...] eu tô trabalhando aqui, estudo, tô fazendo curso, já fez de cabeleireiro e estética, trabalho. Então eu tô fazendo de tudo pra me redimir e ir embora porque eu não quero mais essa vida pra mim. (Kaká)

Ao analisar as histórias de vida das jovens, percebi a diversidade, e muitas possuem pontos em comum, tais como evasão precoce da escola, como Camila e Bela, que saíram de casa aos 14 anos e foram morar nas ruas, conseqüentemente, pararam de estudar sem finalizar o ensino fundamental. Kaká também relatou que encerrou os estudos para cuidar da filha e da casa. Lili e Novinha se desvincularam da escola devido à inserção no tráfico de drogas.

Evasão escolar não é um fato isolado das jovens que participaram da pesquisa, mas que acomete a sociedade brasileira independentemente da classe social. A não identificação do jovem com a escola resulta em grandes índices de abandono e reprovação. É necessário um olhar diferenciado para a educação brasileira, para além de um novo ensino médio, uma vez que a evasão ocorre ainda no ensino fundamental.

A relação das jovens entrevistadas com o trabalho foi vivenciada pela maioria somente no tráfico de drogas, apenas Lili e Kaká tiveram vínculo empregatício de forma legalizada. Conforme Antunes (2002), na sociedade capitalista, o trabalho possui um grande poder, sendo considerado um componente ontologicamente fundamental para a relação de existência do

homem com o mundo. As jovens pontuam que a profissionalização fornecida na unidade prisional poderá auxiliá-las na competição existente no mercado de trabalho formal.

Eu hoje não penso em voltar pro tráfico, mas não vou falar que nunca mais volto porque ninguém sabe como vai ser lá fora, eu preciso de dinheiro, não tenho estudo, meu trabalho é só da cadeia. Será que vou conseguir emprego e que paga bem? Por que não vou ser escrava e receber pouco, aí eu prefiro o tráfico. O problema do tráfico é a cadeia e eu não quero voltar pra cá. (Camila)

Aqui dentro as meninas que são reincidentes sempre falam como é difícil pra tudo, sabe, principalmente pra arrumar emprego e a necessidade faz voltar pro tráfico, a roubar, só coisa errada. Eu espero poder mudar sim, hoje nem dou tanta importância pra dinheiro assim, valorizo mais a minha vida e liberdade, porque posso ter pouco dinheiro e fazer o que puder, diferente do tráfico que você tem muito dinheiro e não pode fazer quase nada. (Lili)

Nos relatos, as jovens apontam terem consciência da dificuldade que enfrentarão quando retornarem para a sociedade devido ao estigma que condenados à prisão carregam perante a sociedade. Lili reproduz comentários de outras mulheres presas que são reincidentes e descrevem como é difícil retornar para a sociedade e conseguir acesso ao emprego e a uma vida com qualidade. Isso, em muitos casos, pode acabar levando as jovens, diante da falta de possibilidade de sobrevivência, a retornarem para o trabalho no tráfico de drogas. Em sua fala, Camila apresenta certo receio ao que lhe aguarda nas ruas, pois pretende mudar de vida e não voltar para o tráfico de drogas, mas questiona se vai conseguir emprego de qualidade sem escolaridade e experiência. O medo de como vai ser lá fora foi comum no discurso das jovens.

Importante frisar que ambas as jovens tiveram afastadas do tráfico de drogas e, por escolha, voltaram a atuar nessa atividade. Camila relatou anteriormente que, quando saiu da primeira prisão, foi pra casa da sua avó e, posteriormente, retornou ao tráfico de drogas. Lili, em determinado momento de sua trajetória, decide sair, e relata que não é fácil devido aos procedimentos para se desligar desse tipo de organização. Ela começou a trabalhar em uma padaria, em sequência decide retornar ao tráfico de drogas e vender para os clientes da padaria. Diante da possibilidade de uma mudança de vida, as jovens decidiram voltar para o tráfico de drogas.

A juventude é um período da vida que, para muitos, carrega os buracos deixados na adolescência, em que há a busca por um reconhecimento da família, amigos e sociedade, sendo que esse reconhecimento é cheio de obstáculos impostos pelos próprios adultos. Na sociedade contemporânea, a valorização do outro é fundamental para o enaltecimento pessoal. Em sua maioria, as pessoas consideram um ex-condenado um indivíduo inapto ao convívio social, tratando-o com indiferença, preconceito e discriminação; a própria sociedade

não considera a possibilidade da ressocialização do sistema prisional, e esse não reconhecimento pode gerar no sujeito uma desvalorização como pessoa, fazendo-o retornar ao ato criminoso e, dessa forma, não conseguir ser reconhecido na sua reinserção.

[...] acho importante alguém procurar entender, porque é muito fácil julgar. Igual eu até comentei, tem pessoas que falam “teve escolha”, todo mundo tem escolha de falar sim ou não, mas ninguém tem o mesmo psicológico. A maioria das pessoas olha pra uma pessoa presa ou já foi presa e pensa não presta, procura o errado, não é que procura às vezes as oportunidades são poucas demais, às vezes, pra sobreviver a gente agarra a primeira que passa sem pensar e quando para pra pensar é tarde. [...] Igual à irmã minha, que teve o mesmo fato que o meu padrasto, ele estava olhando minha irmã tomando banho e minha mãe viu ele masturbando, ela [minha irmã] sabe ela é muito séria, ela saiu de casa, continuou estudando, arrumou um namorado bacana [...] casou com ele hoje ela tem uma filha. (Bela)

Bela apresenta a diversidade no modo de cada indivíduo lida com as circunstâncias que acometem a vida ao relatar que várias pessoas passam por situações semelhantes, mas que cada um responde da sua maneira, uma vez que cada indivíduo tem sua subjetividade e a forma de se reconhecer perante a sociedade.

Athayde, Bill e Soares (2005) argumentam que, na sociedade brasileira, ocorre um processo de reincidência dos criminosos, pois todos viram as costas, empregadores, família, amigos e as instituições básicas, como escola, centros de saúde e igreja, trazendo consequências como o desemprego, a marginalização e a desvalorização da construção do novo sujeito. Os autores reconhecem a importância de apoio de toda a sociedade nesse processo de mudança.

Um ponto fundamental quando se aborda o tema do trabalho no tráfico de droga são as dívidas deixadas pelos jovens, fator que pode ser fundamental na permanência do jovem nessa atividade ou ocasionar sua morte.

[...] eu sei que vou ter problema porque minha mãe sempre fala que tenho que pagar minha dívida com ela, porque já comentei que a droga que a polícia pegou comigo quando fui presa, minha mãe teve que pagar pro patrão, o “dono da boca”, e eu tenho mais medo de minha mãe do que do patrão. Eu sei também que a minha vida não vai ser fácil lá fora. (Lili)

Lili conta que, quando foi presa, toda a droga apreendida com ela pela polícia ficou em aberto na organização e sua mãe teve que pagar e, como a jovem relatou anteriormente, a relação com sua mãe sempre foi de muita violência, e a mudança na convivência foi ocasionada pelo tráfico e dinheiro a que sua mãe teve acesso. A jovem pontuou em diversos momentos o medo em relação à sua mãe quando estiver em liberdade e for obrigada a pagar

sua dívida, pois sabe que não é fácil para uma egressa do sistema prisional conseguir emprego digno.

Um ponto frisado pela maioria das entrevistadas remete à aspiração de mudança de vida devido ao desejo de conviver e tentar recuperar o lugar da mãe que, em muitos casos, é direcionado a outros familiares. Essa temática que será discutido no subtópico seguinte.

7.2 As jovens e seus filhos

Como apontado anteriormente, é fundamental na vida de pessoas egressas do sistema prisional o apoio da família, dos amigos e da sociedade em geral. Nas entrevistas realizadas, as jovens genitoras apontavam os filhos como principal incentivo para mudança de vida e um desejo de poder recuperar o tempo perdido.

Ao retomar a história de vida das jovens entrevistadas, essas histórias são, em sua maioria, trajetórias com diversas situações de violações de direitos nos mais diversos âmbitos. A maioria relata que quer reconstruir sua família diferente do modo que foi criada, construir uma história de cumplicidade e afetividade com seus filhos e filhas.

Hoje não, hoje eu vou deixar de curtir, vou deixar de passar uma noite na rua curtindo uma balada pra mim dormir abraçada com minha filha, deixar de ir pra festas, dançar, usar droga, cheirar. O curtir não envolvia o tráfico, envolvia mais as drogas, porque eu gostava de cheirar, beber, ir pro *funk*, dançar e nessas eu perdia noites [...] e nessas eu perdi muitas noites que eu podia estar abraçada com ela a noite inteira, enquanto, eu estava lá curtindo *funk*, achando que eu estava feliz e hoje eu me arrependo, todo dia, deitar e eu não tenho minha filha ao meu lado é uma coisa que dói muito, que é deitar e pensar que minha filha tá dormindo com outra pessoa, sendo que ela tinha que tá comigo, é um erro meu e eu tô pagando por ele, mas não pretendo cometer novamente. (Novinha)

Então hoje em dia eu já tô mais madura, assim, tráfico de drogas pra mim nunca mais, nem se fizerem uma oferta espetacular como gerente, eu prefiro tá trabalhando honestamente do que no tráfico de drogas. É isso que eu tô falando mudar de vida, cuidar da minha filha, ser uma pessoa melhor e conseguir um emprego de carteira assinada. Mesmo eu sabendo como são difíceis as coisas lá fora, quero ser um exemplo positivo pra minha filha, quero ter uma segunda chance de ser mãe. (Nath)

Novinha e Nath apresentam em suas falas a importância de suas filhas em suas vidas. Novinha descreve que, enquanto estava em liberdade, não aproveitava os momentos com sua filha, preferia estar em outros lugares desfrutando da vida e hoje trocaria tudo para ter sua

filha em seus braços. Nath corrobora com a discussão sobre a importância de sua filha, o seu desejo de mudança é motivado para ser um exemplo positivo, ser referência para sua filha.

Hoje minha filha mora com a minha mãe, que pra minha filha é a mãe dela e isso eu não posso mudar, o que posso fazer é mostrar que também sou a mãe dela. (Nath)

No começo ela não me reconhecia muito, no começo ela não me via muito, porque eu deixei ela muito novinha com sete meses, então ela não me reconhecia muito, hoje ela já me chama de mamãe. [...] isso é uma coisa que machuca muito e é um dos motivos que eu não quero essa vida pra mim mais não. Um dos motivos, esse é o principal motivo que eu não quero essa vida pra mim, porque a minha filha, ela não pediu pra nascer, ela veio porque... e ela não merece o que ela tá passando, ela tem que ter a referência da mãe dela e do pai dela. (Novinha)

Minha menina é a que mais sofre, porque meu menino tinha cinco meses quando eu vim presa, então, ele adaptou com a minha cunhada, pra ele ela é mãe, chama ela de mãe e tudo, porque ele era bebê, agora a menina não, ela já tinha 2 anos e meio, ela sente muito a minha falta. (Bela)

Para as jovens, ser mãe e, ao mesmo tempo, não desfrutar da convivência com seus filhos e, conseqüentemente, não ser reconhecida como tal é um fato que as jovens pontuam que não podem mudar, mas que buscam poder conquistar esse lugar. Nath fala que sua filha nomeia como mãe, quem na verdade é sua avó, mas a jovem reconhece o lugar que sua legítima mãe ocupa e que seu reconhecimento será um processo e necessitará de tempo. Bela também apresenta essa angústia do não reconhecimento como mãe pelo seu filho, que tinha somente cinco meses quando ela foi presa. Segundo Bela, somente sua filha mais velha a considera como mãe. Novinha relata que, após um processo de visita, sua filha a legitimou como mãe.

As jovens relataram que, quando ocorreram suas prisões, seus filhos ou filhas ainda eram bebês, fator que culminou no não reconhecimento como mãe para os seus descendentes. Como os dizeres populares: “pai e mãe é quem cria”, pois os laços afetivos e a confiança são construídos nas relações cotidianas da criança com o outro.

Athayde e Bill (2007) relatam que, nas entrevistas realizadas com as mulheres que atuavam no tráfico de drogas, os filhos possuem papel fundamental na inserção e, também, na saída dessas mulheres da atividade em questão, pois, para elas, estar presente na vida dos seus filhos é mais importante do que dinheiro.

Quando eu resolvi sair do tráfico foi por causa dela, da minha filha [...] aí eu fui olhando minha filha e tal, aí aquilo ali foi me incomodando e falei com o meu primo: „que não mexo com isso mais“, aí eu não mexi baseado na minha filha. (Kaká)

Meu primo também saiu, ele era doido pra ser pai, aí conheceu uma moça que engravidou e ele fez igual, pensou no lado da filha dele e saiu e não mexeu mais, virou trabalhador, está com o pai dele trabalhando como eletricista. (Kaká)

Kaká mostra em sua fala a importância de ter um sonho, pois, no caso do seu primo, o desejo de ter uma família foi fundamental para sua saída do tráfico de drogas, mesmo ocupando o cargo de “dono da boca” em parceria com ela. A entrevistada também corrobora com a discussão sobre a importância do filho para mudar de vida. Ao ter consciência da vida em que estava inserida e das consequências negativas na vida de sua filha, optou por sair e ficar com sua filha, porém, em algum momento, foi presa devido ao envolvimento com o tráfico de drogas.

Diante do relato das jovens sobre a importância dos filhos, pontuo que elas eram mães anteriormente à prisão e, sobre o discurso da maternidade perfeita que todas apresentaram, questiono novamente se parte do princípio da melhor resposta perante o outro, mas acreditando na mudança de todo indivíduo quando o desejo é verdadeiro e tendo todo o apoio necessário para conseguir se reerguer.

É fundamental olhar para os dados apresentados a partir da pesquisa de campo e verificar que é necessário compreender essa realidade. Quem são essas jovens? São jovens que se encontram em certa medida excluídas da sociedade no que tange à igualdade de direitos referentes à educação, saúde, lazer e cidadania, o que resulta, a partir das junções desses fatores, em um desequilíbrio quando elas se lançam nas condicionalidades de uma sociedade capitalista.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como intuito contribuir para uma maior compreensão das questões inerentes à juventude feminina e à entrada no tráfico de drogas, assim como também fomentar a discussão sobre os processos que ocorrem na vida das jovens que podem influenciar na escolha em relação a essa atividade ilegal.

Esse processo de construção teórica e a prática investigativa possibilitaram um olhar perante as jovens e os processos que ocorreram em suas vidas, os quais colocaram o tráfico de drogas como uma opção de escolha muitas vezes escassa que, para elas, resultava na própria sobrevivência.

A sociedade, diante da conjuntura socioeconômica de concentração de riquezas, aumento das desigualdades, crescimento constante das cidades sem o acompanhamento de políticas sociais necessárias, aumento do desemprego devido à brusca modificação das bases econômicas e elevado grau de desemprego, silencia-se e se acomoda sem imaginar os impactos e a amplitude dessas atitudes que atingem um contingente inesgotável de parcelas sociais excluídas.

A pesquisa pretende colaborar para a construção de um campo para as políticas públicas que atente para e com esse grupo social. Interessa-me organizar lentes e instrumentos teóricos que permitam conhecer o que as jovens têm vivenciado no que se refere ao ambiente do tráfico de drogas em uma tentativa de identificar e problematizar quais motivadores direcionam essas mulheres ao envolvimento nele.

O tráfico de drogas se consolida em toda a sociedade, sendo resultado das próprias ações dos indivíduos, que o visualizaram como uma estratégia de grande retorno financeiro. Na atualidade, essa atividade gera lucros incalculáveis, tanto no âmbito do atacado, como no varejo, mas gera um grande impacto negativo na sociedade, uma vez que possibilita para uma camada da população, excluída, o acesso a itens como educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. A inserção potencializa recursos financeiros que, de maneira ilusória, apontam para uma vida mais digna. A juventude possui endereço, escolaridade, raça e classe como a mão de obra mais visada para atuar nesse ramo, pois são os invisíveis perante a sociedade e as maiores vítimas do tráfico de drogas, pois são eles que matam e morrem.

Deparai-me no campo de pesquisa com histórias de vida contendo muito sofrimento de forma incalculável que não pode ser subestimado nem avaliado pelo outro. Tive, entre seis

entrevistadas, quatro vítimas de abuso sexual, apontando para um fato mais complicado ainda, que remete à violação e à vulnerabilidade que muitas jovens enfrentam.

São histórias de jovens que passaram por diversos atravessamentos antes de entrarem para o tráfico de drogas, que vão além da parceria amorosa e do dinheiro, apontados como principais motivadores para as mulheres entrarem nessa atividade ilegal, sendo que a parceria amorosa, em alguns casos, existe, mas não como protagonista da história; existem outros fatores anteriores que culminaram em tudo.

Não desconsidero o papel importante que os motivadores apontados possuem, mas questiono que é necessário romper com essa resposta, pois justificar como os únicos fatores é simplificar um cenário complexo e diverso. No campo da pesquisa com seis jovens que, em comum, existia a prisão em decorrência do tráfico de drogas, deparar com histórias de bastante sofrimentos é desconsiderar que, para além de uma jovem envolvida com o tráfico de drogas, existia uma pessoa, com sua história de vida.

Por todo o exposto, chegamos a uma ambiguidade. Por um lado, as jovens como vítimas de diversas violações de direitos e rompimento dos laços familiares e comunitários. Do outro lado, são jovens denominadas bandidas, uma vez que estão presas em decorrência do trabalho no tráfico de drogas. Não é possível remeter as jovens como vítima ou criminosa, mas como um entrelaçamento dos dois fatores, pois é possível apontar que as jovens entrevistadas não entraram para o tráfico de drogas simplesmente porque quiseram, como uma escolha diante de diversidade de oportunidades, mas sim uma escolha diante de alternativas escassas. Ao mesmo tempo, são consideradas indivíduos que conseguem diferenciar entre o certo e o errado.

Analisar a trajetória das jovens no tráfico de drogas proporcionou compreender que, como no mercado formal, as funções que as jovens desenvolvem são apoiadas e geridas em uma diversidade de desigualdades. Dessas desigualdades apontadas pelas jovens, verifica-se que elas ocupavam, em sua maioria, posições subalternas com as menores remunerações e com difíceis possibilidades de crescer dentro da organização. Mesmo ocupando os lugares de menos *status* na dinâmica do tráfico de drogas, as jovens pontuam que o principal motivo da permanência nessa atividade era o retorno financeiro, uma vez que conseguiam muito dinheiro. Importante lembrar que são jovens com baixa escolaridade e sem experiência profissional, perfil que não atende ao cobrado no mercado formal de trabalho. Mesmo ao conseguirem inserir-se no trabalho dentro dos padrões, a questão financeira trazia as jovens novamente para a organização. O anseio por possuir dinheiro não é uma realidade específica

das jovens pesquisadas, mas sim um desejo da maioria da população, e muitos não conseguem realizar devido à desigualdade social existente no Brasil, a qual potencializa essas alternativas de conseguir acesso ao consumo.

Indago até que ponto somos imunes de culpa com relação ao aumento da violência, especificamente do tráfico de drogas, pois, enquanto membros da sociedade, cobramos de todos consumir, e o reconhecimento enquanto sujeito está vinculado aos produtos que consome e não sobre quem realmente ele é, suas qualidades, talentos e entre outras características.

As jovens entrevistadas apontaram com suas experiências que, do crime, nada se desfruta, a não ser a cadeia, que o mundo de glória, poder, dinheiro e fama não passa de ilusão. Reverter esse quadro é missão de todos, basta que não se olhe para uma camada da população brasileira e os classifique como bandidos, como miseráveis e desprezíveis. É preciso que se construam projetos que acolham crianças, adolescentes e jovens e que deem a eles o direito de serem futuros cidadãos construtores da sua trajetória de vida.

Ressalto também que não devemos tornar o problema do tráfico de drogas como individual, já que ele se constitui essencialmente um problema da coletividade. Todos somos responsáveis por essa questão social e devemos trabalhar em busca de soluções para minimizar esses conflitos.

Existem poucos estudos que pautam a discussão das mulheres no tráfico de drogas. Ao especificar a juventude feminina, o leque reduz, o que reproduz uma invisibilidade desse grupo enquanto membro das organizações. A partir desse ponto, os poucos estudos possibilitam o reconhecimento dessas mulheres enquanto sujeitos de desejos e escolhas próprias para além da sombra de um homem.

Considero importante apontar sobre os impactos do encarceramento na vida das jovens, pois serão anos de exclusão do convívio social e comunitário. Elas perderam uma parcela significativa de suas vidas. Os impactos da prisão e a padronização no modo de viver dentro do sistema prisional causam um esvaziamento do sujeito, da sua autonomia e do próprio controle da sua vida.

Nesse sentido, reconheço a importância de investimento em políticas sociais básicas e na promoção plena de direitos fundamentais como saúde, educação, esporte, lazer, cultura, alimentação e habitação. É por meio da plena manutenção desses direitos básicos que acredito que a população poderá realizar um movimento de empoderamento enquanto sujeitos de direitos, reconhecer seus deveres e participar ativamente da sociedade, sendo protagonistas de

sua própria história e, principalmente, da história de uma sociedade mais justa, igualitária, mais humana e menos excludente.

Ao fim desse longo processo de investigação, chego ao processo de consideração com grandes interrogações referentes a como pensar na prevenção no que tange à inserção das jovens no tráfico de drogas. Diante dos resultados coletados, é imprescindível que as políticas públicas visem à garantia da qualidade de vida de crianças, adolescentes, jovens e sua família a fim de que o tráfico de drogas não seja um mecanismo para a sobrevivência.

9 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Míriam et al. **Gangues, Gênero e Juventudes**: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.
- ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna. 1993.
- ATHAYDE, Celso; BILL, Mv. **Falcão** – meninos do tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- ATHAYDE, Celso; BILL, Mv. **Falcão** – mulheres e o tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- ATHAYDE, Celso; BILL, Mv; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BARCINSKI, Mariana. **Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000200026&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- BARCINSKI, Mariana. **Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/26.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BAUER, Martim W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martim W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 187-217.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio / Howard S. Becker; tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). **Drogas**: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); conteúdo e texto original: Beatriz H. Carlini. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS/SNAS, 2004.
- BRASIL. Decreto n. 4.294, 6 de julho de 1921. Estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaína, opio, morfina e seus derivados; crêa um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo álcool ou substâncias venenosas; estabelece as formas de processo e julgamento e manda abrir os créditos necessários. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 jul. 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 891, de 25 de novembro de 1938. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 nov. 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0891.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Decreto n. 69.845, de 27 de dezembro de 1971. Regulamenta a Lei n. 5.726 de 29 de outubro de 1971. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D69845.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. **Lei n. 5.726**, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5726-29-outubro-1971-358075-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 de dez. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei federal n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 de out. 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico de ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília. 24 de ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. Lei n. 12.852 de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**. Brasília. 6 de ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 2 out. 2015.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

BRASIL. **Mapa do Encarceramento:** os jovens do Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2014.

BRASIL. **Mulheres Presas - Dados Gerais.** Projeto Mulheres/Depen. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília. 2011.

BORDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

CABRERA, Valéria Cabreira. **Direito da Infância e da Juventude:** uma breve análise histórica e principiológica constitucional e legal. 2010. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13574&revista_caderno=12>. Acesso em: 10 out. 2016.

CAETANO, Carolina. Gerente do tráfico no Aglomerado da Serra é morto com 30 tiros: homem foi atingido no momento em que cortava o cabelo em uma barbearia, ninguém foi preso. **O Tempo**, Belo Horizonte, 13 set. 2014. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/gerente-do-trafico-no-aglomerado-da-serra-morto-com-30-tiros-1.915461>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** São Paulo: PubliFolha, 2013.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências Humanas.** São Paulo: Idéias & Letras. 2008.

CARVALHAES, Flávia Fernandes de; TONELLI, Maria Juracy. **Rainhas do tráfico de drogas:** imagens de poder. 2011. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/view/242/280>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

CHACHAM, Alessandra Sampaio. Feminino/Masculino: gênero, juventude e classe social em Belo Horizonte. In: CORRÊA, Rosa Maria (Org.). **O discurso sobre os outros e as práticas sociais.** Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. p. 93-112.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 11. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

CIDADE DE DEUS. Direção: Fernando Meirelles e Kátia Lund. Produção: O2 Filmes. Roteiro: Fernando Meirelles e Bráulio Mantovani. Intérpretes: Matheus Nachtergaele, Leandro Firmino da Hora, Alexandre Rodrigues, Seu Jorge e outros. [S.l]; O2 Filmes, Globo Filmes, Rio Filmes, 2002. 1 filme (114min.), son., color., 35mm.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 48-67.

DONNICI, Virgílio Luiz. **A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sem Letras, 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, Juventude e Crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

FARIA, Ana Amélia Cypreste Faria; BARROS, Vanessa de Andrade. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/11.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2015.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis Vozes, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 26. ed.. Editora Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Cláudia Regina Miranda de. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela lei de execução penal. **Revista Faculdade Arnaldo Janssen Direito**. Belo Horizonte. 2012. v. 4, n. 4, p. 125-145, jan./dez. Disponível em: <http://revista.faculdadearnaldo.edu.br/system/scientific_articles/files/000/000/034/original/36-138-2-PB.pdf?1408987706>. Acesso em: 30 out. 2016.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.), **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005. p. 419-468.

JOVEM é executado com 20 tiros no Aglomerado da Serra, em BH: Até o momento, ninguém foi preso e a motivação do crime é desconhecida. **Rede Record**, Belo Horizonte, 9 set. 2015. Notícias. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/jovem-e-executado-com-20-tiros-no-aglomerado-da-serra-em-bh-09092015>>. Acesso em 10 jun. 2016.

KEHL, M. R. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-114.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das drogas**. Tradução Mônica Seincman. São Paulo: Desatino. 2010.

LÉON, Oscar Dávila. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Goiânia: Cânone Editorial, Ed. UFG, 2009.

LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens 1: da antiguidade à era moderna**. Tradução de Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVI, Giovanni. SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens 2: a época contemporânea**. Tradução de Maria Lúcia Machado, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARGULIS, Mário; URRESTI, Marcelo. **La construcción social de la condición de juventud**. Disponível em:

<http://www2.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis_y_marcelo_urresti_-_la_construccion_social_de_la_condicion_de_juventud_urresti.pdf>. Acesso em: 8 out. 2016.

OLIVEIRA, Adriano. **As peças e os mecanismos do fenômeno tráfico de drogas e do crime organizado**. 2006. 321 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Recife. 2006. Disponível em:

<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1397/arquivo4814_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 maio 2016.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa das Moedas. 2003. p. 27-46.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinario (Org.). MATOS, Murílio Castro de. LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008. p. 25-42.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: temas e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PIMENTEL, Elaine. **Criminologia e feminismo: um casamento necessário**. Anais do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Portugal. 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/429.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2014.

PIMENTEL, Elaine. **Amor bandido: as teias afetivas que envolvem as mulheres no tráfico de drogas**. Anais do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Portugal. 2008. Disponível: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>. Acesso: 10/04/2016

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. et. al. **Territórios, Territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina. 2011. p. 13-21.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SENA, Lucia Lamounier. **I Love my White:** mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas. 2014. 187 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Naiara Cristiane da. **O tráfico também é feminino!** Aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica socioespacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.), **Brasil:** questões atuais da reorganização do território. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005. p. 419-468.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 1994.

10 ANEXOS

10.1 Roteiro das Entrevistas

Perfil

Nome

Idade

Naturalidade

Grau de Instrução

Estado Civil

Filhos

Composição Familiar

Histórico

Cidade em que cresceu

Vida na infância e adolescência

Profissão

Idade que começou a trabalhar

Envolvimento com o tráfico de drogas

Motivação para entrada e função exercida

Como você reconhecia a sua identidade no tráfico de drogas

Qual o sentido e significado você dá pra sua vida com a entrada e permanência no tráfico de drogas

Vantagens e desvantagens com a entrada no tráfico de drogas

Prisão

Visão do tráfico de drogas após a prisão

Perspectiva para o futuro

1 prisão ou não (reincidente no tráfico investigar o motivo de retornar ao tráfico de drogas)

Família

Relação com a família após entrada no tráfico de drogas e prisão.

10.2 Pareceres Consubstanciados Comitê de Ética em Pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/MG

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUEM SÃO ELAS?

A juventude feminina no tráfico de drogas

Pesquisador: Ana Maria Augusta dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54914016.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.533.801

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como objetivo investigar as motivações que aparecem nas narrativas de jovens do sexo feminino envolvidas com o tráfico de drogas. A pesquisa será qualitativa, a partir de entrevista em profundidade que será realizada com 4 mulheres que estejam em privação de liberdade devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. Como resultados esperados está a colaboração para construção de um campo para as políticas públicas que se atente para e com esse grupo social. Os autores pretendem organizar instrumentos teóricos que permitam conhecer o que as jovens têm vivenciado no que se refere ao ambiente do tráfico de drogas, numa tentativa de identificar e problematizar quais motivadores direcionam essas mulheres ao envolvimento com as drogas.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 0.535-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/MG

Continuação do Parecer: 1.533.801

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

– Investigar as motivações acerca da entrada e permanência de jovens do sexo feminino no tráfico de drogas.

Objetivos Secundários:

– Compreender de que forma as jovens do sexo feminino constroem suas identidades a partir da vivência no tráfico de drogas.

– Identificar e analisar as funções que às jovens do sexo feminino ocupam no tráfico de drogas.

– Analisar qual o sentido e significado que às jovens do sexo feminino dão com a entrada e permanência no tráfico de drogas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos envolvidos no estudo remetem aos desconfortos em compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em algum momento que possa sentir incômodo em falar. Segundo os autores a entrevista será interrompida caso ocorra constrangimento.

Benefícios: Os benefícios para às entrevistadas de forma direta ou indiretamente ao poderem falar sobre sua história de vida, alguns aspectos serem identificados; Gerar uma nova forma de ver a vida; Poder gerar uma mudança na condução da vida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para população envolvida e profissionais que atuam no seguimento.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 0.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/MG

Continuação do Parecer: 1.533.801

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo de compromisso: Presente e assinado. TCLE: De acordo.

Roteiro de entrevista: De acordo.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem inadequações.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_D O_P ROJETO_669010.pdf	06/04/2016 22:41:52		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodecompromissoSEDS.pdf	06/04/2016 22:40:19	Ana Maria Augusta dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro das entrevistas.docx	05/04/2016 10:02:57	Ana Maria Augusta dos Santos	Aceito
Cronograma	CronogramaPesquisa.xlsx	05/04/2016	Ana Maria Augusta	Aceito

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico

CEP: 0.535-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517

Fax: (31)3319-4517

E-mail: cep.proppg@pucminas.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC/MG

Continuação do Parecer: 1.533.801

Cronograma	CronogramaPesquisa.xlsx	10:02:06	dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/04/2016 09:40:20	Ana Maria Augusta dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	05/04/2016 09:28:42	Ana Maria Augusta dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.docx	25/02/2016 09:45:38	Ana Maria Augusta dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 06 de maio de 2016

Assinado por:

CRISTINA LEITE CARVALHO

(coordenador)

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 0.535-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br